



ARQUITETURA URBANA

**PARQUE MUNICIPAL CHICO MENDES
OURO PRETO DO OESTE - RO**



SÃO LUCAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO

KETULIN DA SILVA COTA

ARQUITETURA URBANA

Parque Municipal Chico Mendes em Ouro Preto Oeste – RO.

Ji-Paraná

2019

KETULIN DA SILVA COTA

ARQUITETURA URBANA

Parque Municipal Chico Mendes em Ouro Preto Oeste – RO.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário São
Lucas de Ji-Paraná, para obtenção de
graduação em Arquitetura e Urbanismo,
sob orientação do Professor Edison
Carlos da Costa e co-orientação do
Professor Hariane Helena Ferreira da
Rocha Teles.

Ji-Paraná

2019

C843a

Cota, Ketulin da Silva

Arquitetura urbana – parque Chico Mendes no município de Ouro Preto do Oeste / Ketulin da Silva Cota. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

135 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ji-Paraná, 2019.

Orientador: Prof. Edisson Carlos da Costa

1. Arquitetura paisagística. 2. Parque urbano. 3. Ecoturismo.
I. Costa, Edisson Carlos da. II. Arquitetura urbana – parque Chico Mendes no município de Ouro Preto do Oeste.

CDU 712

KETULIN DA SILVA COTA

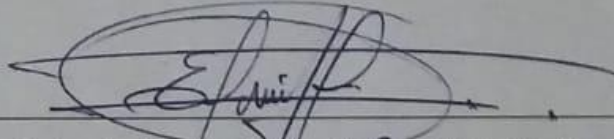
ARQUITETURA URBANA

Parque Municipal Chico Mendes em Ouro Preto Oeste – RO.

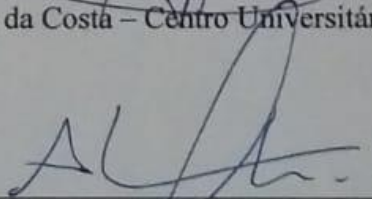
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná – em 14/06/2019, para obtenção de grau acadêmico de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Professor (a) orientador (a): EDISSON CARLOS DA COSTA

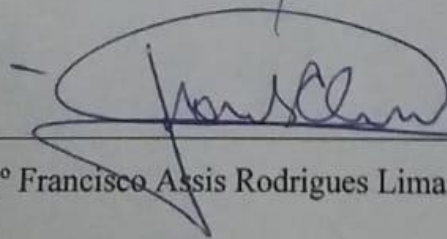
AVALIADORES



1º Edison Carlos da Costa – Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná



2º Alessandro Alves da Silva – Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná



3º Francisco Assis Rodrigues Lima – Arquiteto e Urbanista

Ji-Paraná

2019

DEDICATÓRIA

Dedico a minha Família que sempre esteve ao meu lado e a todos os cidadãos que tentam de alguma forma contribuir para o desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTO

A vida é feita de inúmeros obstáculos para superar, alguns com mais dificuldades e outros mais fáceis, no decorrer destes conhecemos pessoas e nos adaptamos ao que a vida tem de oferecer naquele momento e não seria possível conseguir chegar até aqui sem pessoas especiais que me apoiaram neste momento tão delicado de minha vida onde hoje só tenho que agradecer.

Deus, uma palavra tão pequena com um poder tão grande, a ti senhor eu lhe agradeço imensamente, por me acalantar nos momentos difíceis, por curar minhas enfermidades, nesses meses tão turbulentos e por sempre estar próximo, mesmo eu distante.

Agradeço aos meus pais, Tânia e Joaquim por sempre me apoiarem, me mostrando o caminho correto e principalmente que o conhecimento é algo que nunca ninguém poderá me tirar.

As minhas filhas, Livia e Alice por estar sempre presentes, mesmo quando era para estar dormindo. Por serem quem são e como são, crianças incríveis, amorosas, inteligentes e até mesmo pacientes.

Agradeço aos meus irmãos que nunca me deixaram sozinha, que aguentam o meu estresse e fazem de conta que não disse nada, quando a vontade deles seria de brigar, assim como gratidão aos meus amigos, que respeitaram a minha ausência, sabendo que existia um propósito para tal.

Ouvi no decorrer do meu projeto que era doida por escolher um tema tão grande e realmente (kkkkkk) sou doida, doida pelo que faço, doida pelos desafios, doida para conquistar o que eu quero, obrigada pelas pessoas que acreditaram em mim, quando nem eu mesma acreditava, aos profissionais (Arlei, Fiana e Rivian) e futuros amigos de profissão (Dhieny, Carpegiane, Will e Tiago) que nunca me deixaram para baixo e sempre me davam um empurrão para poder dar mais um passo.

Sem mais delonga, Gratidão é a palavra para meu Discente e Orientador Edisson Costa, nunca irei esquecer: “Você consegue sim, eu acredito em você mulher”, enfim, agradeço imensamente a todos os Docentes que passaram por minha jornada acadêmica, e todo conhecimento passado, assim como as correções feitas perante meus erros.

Meu Muito Obrigada!

“ Se quisermos criar um ambiente
construído sustentável, devemos projetar
lugares que as pessoas valorizem e aos
quais elas possam se conectar
emocionalmente. ”

Martha Schwartz.

RESUMO

Os parques urbanos são fundamentais para o desenvolvimento das cidades além de possuir função ecológica, recreativa e paisagística, auxilia na estética da escala entre as edificações e a vegetação bem como atua na limpeza de agentes poluentes aéreos que ocasionam disfunções no processo físico e biológico das cidades, contribuindo então consideravelmente para a qualidade de vida dos moradores e equilíbrio ambiental da natureza. O presente trabalho tem como objetivo propor equipamentos urbanos no Parque municipal Chico Mendes no Município de Ouro Preto do Oeste - Rondônia, visando fomentar o turismo ecológico, onde por sua vez incentivará a conservação ambiental, viabilizando o desenvolvimento sustentável, garantindo a segurança, proporcionando o lazer e difundindo os esportes radicais. Assim a referente pesquisa utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa, bem como método de dedução pode-se analisar os dados comparativos das referências arquitetônicas, e as legislações pertinentes, dentre outros parâmetros expondo a pesquisa em linguagem textual e visual. Deste modo a referida sugestão é viável levando em conta a localização do Parque, bem como os atrativos turísticos que o mesmo proporcionará aos visitantes potencializando o título do município como estância turística e garantindo a conservação e proteção desta Arquitetura Paisagística.

Palavra-Chave: Arquitetura Paisagística; Parque Urbano; Ecoturismo.

ABSTRACT

The urban parks are fundamental for the development of other functions besides the ecological, recreational and landscape function, assisting in the aesthetics between buildings and renovation, as well as the cleaning of air pollutants that cause dysfunctions in the physical and biological process of the cities, contributing so for a quality of life of the residents and an environmental balance of nature. The objective of this work is to propose urban facilities in the Chico Mendes Municipal Park in the Municipality of Ouro Preto do Oeste - Rondônia, aiming to promote ecological tourism, which in turn will encourage environmental conservation, enabling sustainable development, ensuring safety, leisure and spreading radical sports. This the reference research using the methodology of qualitative research, as well as method of deduction can analyze the comparative data of the architectural references, and the pertinent legislations, among other parameters exposing the research in textual and visual language. In this way, the aforementioned suggestion is feasible taking into account the location of the Park, as well as the tourist attractions that the same will provide to the visitors, enhancing the title of the municipality as a tourist resort and guaranteeing the conservation and protection of this Landscape Architecture.

Key-words: Landscape Architecture; Urban Park; Ecotourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do Urbanismo.....	16
Figura 2: Central Park	17
Figura 3: Esquema da Cidade Jardim	18
Figura 4: Parque Campo Santana em pintura de Franz Frühbeck	20
Figura 5: Passeio Público do Rio de Janeiro	21
Figura 6: Parque do Itatiaia	22
Figura 7 - Quadro Lei 120/86 - Criação do Parque Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO.....	25
Figura 8 - Quadro Lei 203/89 – Denominação do Parque Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO	25
Figura 9/A - Quadro Lei 1285/07 – Atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e turismo - RO	25
Figura 10/A - Quadro Lei 130/87 – Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.	26
Figura 11 - Quadro Lei Complementar 09/01 – Código de Postura do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.....	27
Figura 12 - Quadro Lei 3924/16 – Normas de Segurança Contra Incêndio do Estado de Rondônia.....	28
Figura 13- Quadro Lei 547/93 – Criação do SEDAR e seus instrumentos.	29
Figura 14 - Quadro Constituição Estadual de Rondônia/89	30
Figura 15- Quadro Lei Federal 12651/12 – Proteção da Vegetação Nativa.....	31
Figura 16 - Quadro Lei Federal 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente.	32
Figura 17 - Quadro Constituição Federal de 1988.	32
Figura 18- Quadro Resolução nº 369/06 CONAMA – Casos excepcionais de Intervenção ou Supressão de Vegetação em APP.	33
Figura 19 - Quadro NBR 9284/86 – Equipamentos Urbanos.....	34
Figura 20 - Quadro NBR 15500/14 – Turismo e Aventura.....	34
Figura 21/A - Quadro NBR 16333/17 – Transporte de pessoas por Cabo.....	34
Figura 22/A - Quadro NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.	35
Figura 23: Perspectiva Parque Zaryadye	46
Figura 24: Vista Aérea Parque Zaryadye	47
Figura 25: Espaço Social	47
Figura 26: Implantação Geral	48
Figura 27: High Line Park	48
Figura 28: Área Verde	49
Figura 29: Localização High Line Park.....	50
Figura 30: Vista Aérea Central Park.....	50
Figura 31: The Mall.....	51
Figura 32: Passagem de Pedestre sob a 65th Street.....	51
Figura 33: Alice País Maravilhas.....	52
Figura 34: Jardim Shakespeare.....	52
Figura 35:Lago Ramble	52
Figura 36: The Loch	53

Figura 37: Castillo Chapultepec	53
Figura 38: Los Niños Heroes.....	54
Figura 39: Praça.....	54
Figura 40: Vista Aérea Jardim Botânico de Cingapura	55
Figura 41: Corte Esquemático	55
Figura 42: Estufa Jardim de Cingapura	56
Figura 43: Perspectiva Jardim Botânico de Cingapura	56
Figura 44: Implantação Geral Parque Ibirapuera	57
Figura 45: Palácio dos Estados.....	58
Figura 46: Palácio das Nações.....	58
Figura 47: Palácio das Exposições	59
Figura 48: Perspectiva Madureira	59
Figura 49: Centro de Educação Ambiental	60
Figura 50: Perspectiva	61
Figura 51: Área de Lazer	61
Figura 52: Praça do Samba.....	62
Figura 53: Implantação Geral Parque Barigui	62
Figura 54 Lago Barigui	63
Figura 55: Expo Renault.....	63
Figura 56: Vista Aérea Parque Tanguá.....	64
Figura 57: Lago e Túnel	64
Figura 58: Jardim Poty Lazarotto	65
Figura 59: Jardim Parque Tanguá.....	65
Figura 60: Entrada Principal Parque Estadual Morro do Diabo	66
Figura 61: Passarelas	66
Figura 62: Morro do Diabo.....	67
Figura 63A– Quadro de Destaque de Referências Internacionais.	67
Figura 64 – Quadro de Destaque de Referências Nacionais.	68
Figura 65 – Quadro de Resumo das Referências Internacionais.	69
Figura 66 – Quadro de Resumo das Referências Nacionais.....	70
Figura 67 – Quadro do Programa de Necessidade.	71
Figura 68: Setorização – Google Earth.....	72
Figura 69: Volumetria – Google Earth.....	72
Figura 70 - Fluxograma do Parque Municipal Chico Mendes	73
Figura 71: Área Urbana – Google Earth.....	74
Figura 72: Áreas de APP e Turística – Google Earth.....	75
Figura 73: Área da Intervenção – Google Earth.....	76
Figura 74: Acessos Sistema Viário – Google Earth	77
Figura 75: Lote do Parque Chico Mendes	78
Figura 76: Rampa Oeste	79
Figura 77: Rampa Leste.....	79
Figura 78A: Espécies de Vegetação identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura de Ouro Preto do Oeste – RO.	81
Figura 79A: Espécies de Avifauna identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO.....	82
Figura 80: Parapente vista superior 2D	84
Figura 81: Vista da Rampa Oeste	85

Figura 82: Placas Fotovoltaicas	86
Figura 83: Captação e Reuso de água da Chuva	87
Figura 84: Placas Low-e	87
Figura 85: Casa em Palafitas	88
Figura 86: Madeira Ecológica	88
Figura 87: Poço Artesiano	89
Figura 88: Postes de Iluminação.....	89
Figura 89: Teleférico	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1. Histórico e Evolução	15
1.1.1. Histórico e Evolução dos Parques Urbanos Internacionais	15
1.1.2. Histórico e Evolução dos Parques Urbanos Nacionais	20
1.2. Legislação	24
1.2.1. Legislação Municipal	25
1.2.2. Legislação Estadual	28
1.2.3. Legislação Federal	31
1.2.4. . Normas	34
1.3. Aspectos Teóricos	37
1.3.1. Opiniões de Autores Internacionais	37
1.3.2. Opiniões de Autores Nacionais	40
2. TIPOLOGIA	42
2.1. Família	42
2.2. Tipos	42
2.3. Tipo escolhido	43
3. METODOLOGIA	44
3.1. Pesquisa	44
3.2. Método	44
3.3. Procedimento	45
4. REFERENCIAL ARQUITETÔNICO	46
4.1. Obras Internacionais	46
4.1.1. Parque Zaryadye	46
4.1.2. Parque High Line	48
4.1.3. Central Park	50
4.1.4. Chapultepec Park	53
4.1.5. Jardim Botânico de Cingapura	55
4.2. Obras Nacionais	57
4.2.1. Parque Ibirapuera	57
4.2.2. Parque Madureira	59
4.2.3. Parque Barigui	62
4.2.4. Parque Tanguá	64
4.2.5. Parque Estadual Morro do Diabo	66

4.3.	Análise das referências Arquitetônicas	67
5.	PROGRAMA DE NECESSIDADE	69
5.1.	Quadro Resumo	69
5.2.	Programa de necessidade Proposto	70
5.3.	Estudo de massas	71
5.3.1.	Setorização	71
5.3.2.	Volumetria	72
5.4.	Fluxograma	73
6.	ESTUDO DE CASO DO SÍTIO.....	74
6.1.	Imagens	74
6.2.	Localização e Acessos	76
6.2.1.	Localização	76
6.2.2.	Acessos	77
6.3.	Lote	77
6.3.1.	Medidas.....	78
6.3.2.	Características	79
7.	CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	84
7.1.	Conceito	84
7.2.	Partido Arquitetônico.....	85
7.2.1.	Sustentabilidade	86
7.2.2.	Conforto Ambiental	87
7.2.3.	Materiais e especificações	88
7.2.3.1.	Palafitas.....	88
7.2.3.2.	Madeira ecológica.....	88
7.2.3.3.	Poço Artesiano.....	89
7.2.3.4.	Postes solares de LED.....	89
7.2.4.	Acessibilidade	90
	CONCLUSÃO.....	91
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
	APÊNDICE	100
	VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP.....	100

INTRODUÇÃO

Os Parques Urbanos surgiram na Inglaterra no século XVIII, durante a revolução industrial. Historiadores e pesquisadores relatam que devido a existência de inúmeros lugares insalubres os parques surgiram com a necessidade de amenizar a poluição e proporcionar a alta classe burguesa áreas verdes com espaços saudáveis.

No século XIX, além de grandes jardins, o objetivo principal era proporcionar entretenimento e lazer para os visitantes, intensificando ainda mais as áreas verdes por toda as cidades.

Os Movimentos conservacionistas auxiliaram para o reconhecimento dos Parques Públicos, bem como a idealização de grandes projetos onde além de otimizarem os espaços livres, intercalando entre o lazer e a recreação, ainda se preocupavam com as consequências de seus próprios atos, atentando para o controle dos recursos naturais, fazendo o replantio de árvores, buscando medidas estruturais que visando a prevenção de enchentes, protegendo os recursos hídricos como igarapés.

Fatos na história como o movimento “Park Movement”, a criação da Cidade-Jardim, a reforma arquitetônica Cidade-Bonita, bem como a conservação dos parques nacionais, levou a difusão do paisagismo por todas as cidades, superando a ideia de áreas verdes simplórias, e sim dispendo de características cênicas com ambientes variados. Nos anos 70 além das exuberantes áreas verdes do paisagismo, os parques passaram a proporcionar estruturas independentes com equipamentos esportivos, pistas de caminhada, ciclovias, quadras abertas, pequenos bosques, espelho d’água e edificações distintas.

Quando planejam as áreas urbanas é necessário pensarmos no contexto do local, a história e a classificação que essa área está inserida, visando estabelecer os elementos constituintes que favorecem ou não a gestão ambiental, analisando os impactos e as manutenções que deveram ser realizadas para que não haja um impacto futuro.

A Metodologia de pesquisa adotada neste trabalho teve a finalidade de levantar informações relativas ao tema. O traçado da pesquisa foi dividido por capítulos distribuídos da seguinte forma:

No primeiro capítulo foram abordados fatos históricos, desde o mercantilismo até o surgimento dos parques ecológicos, com alinhamento de pesquisa em âmbito nacional e internacional bem como opiniões de autores sobre o tema e as legislações pertinentes.

No segundo capítulo pode ser observado as tipologias existentes, com dados sobre a Arquitetura Paisagística e os tipos que fazem parte da família escolhida, bem como conceitos sobre o tema escolhido.

No Terceiro capítulo foi desenvolvido a metodologia de pesquisa empregada referenciando através de opiniões de autores o tipo de pesquisa, o método e o procedimento adotado.

No Quarto capítulo foram apresentadas as obras levadas como referência arquitetônica, fazendo um quadro de destaque das referências internacionais e nacionais.

No Quinto capítulo foi representado o programa de necessidade, fazendo um quadro de resumo comparativo das referências arquitetônicas, criando posteriormente o programa de necessidade da proposta, bem como a setorização, volumetria e fluxograma.

No Sexto capítulo foi realizado um estudo do local escolhido para o projeto, que neste caso foi o parque já existente, fazendo um levantamento de dados climáticos bem como suas características físicas (medidas, topografia, locação) e dados de seu entorno como acesso principal e zoneamento.

Encerrando com o Sétimo capítulo que abordou a inspiração do projeto, o que levou o autor a idealizar seu trabalho e as diretrizes projetuais para leva-lo a diante.

1.REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico internacional e nacional, as legislações pertinentes e normas, e opiniões de autores sobre os Parques Urbanos com o intuito de explicar de maneira clara o surgimento do urbanismo no mundo, assim como seus principais idealizadores ou profissionais que contribuíram para o projeto de grandes Espaço Urbanos.

1.1.Histórico e Evolução

Devido a rápida expansão das cidades, este capítulo abordará, fatos e contextos históricos relevantes para o entendimento sobre o surgimento dos Parques Urbanos em todas suas magnitudes em âmbito Internacional e Nacional.

1.1.1. Histórico e Evolução dos Parques Urbanos Internacionais

Para Bonin (2010) a principal atividade econômica da Europa no século XII era o comércio, onde através da classe burguesa acumulava riquezas com a troca de mercadorias e exploração do ouro e da prata, causando o declínio do feudalismo, e concomitantemente o crescimento do lucro do mercantilismo obtido por meio da exploração do trabalho do homem e o início da expansão marítima para a conquista de novos territórios e a exploração do comércio americano, da Ásia e da África proporcionando o crescimento da economia mercantil.

Esta atividade econômica gerou o que atualmente chamamos de imigração internacional, devido a grande massa do tráfico de escravos, sendo os mesmos forçados a deixar seu país para ir trabalhar sem qualquer direito em outros países ou até mesmo continente, todavia com a Revolução Industrial na metade do século XVIII e a abolição da escravatura no século XIX, a imigração teve uma mudança pois as pessoas passaram a sair de suas casas em busca de uma melhor qualidade de vida, assim como os imigrantes houve também o êxodo rural, ocasionando a aglomeração urbana. (BONIN, 2010)

O desenvolvimento científico-tecnológico levou ao crescimento de grandes cidades desordenadamente, ocasionando problemas urbanos e diminuindo a qualidade de vida da população, gerando a necessidade de haver um estudo para a organização e intervenções no espaço urbano. (MORALES, 2007)

Figura 1: Evolução do Urbanismo

CRONOLOGIA SOBRE A EVOLUÇÃO DO URBANISMO MUNDIAL		
ANO	PAÍS	ACONTECIMENTO
1760 a 1860	Inglaterra	Início da Revolução Industrial
1813	Grã-Bretanha	Robert Owen inicia New Lannark
1820	Portugal	Revolução Liberal do Porto
1824	Estados Unidos	Robert Owen funda a colônia "New Harmony", Indiana
1843	França	Construção da biblioteca Saint Genevieve em Paris, projetada por Henri Labrousse.
1851	Grã-Bretanha	1ª Exposição Universal, em Londres, realizada no "Cristal Palace".
1854	Grã-Bretanha	Projeto do metrô de Londres
1857	Estados Unidos	USA: Projeto para o Central Park de Nova Iorque, de Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux
1859	Espanha	Concurso para um plano de expansão de Barcelona. Início da implantação proposta por Idelfonso Cerdá.
1861	Grã-Bretanha	William Morris funda a firma Morris, Marshall, Faulkner & Co, embrião do Arts and Crafts Movement
1864	França	Emile Télet funda a École Centrale d'Architecture
1865	Itália	Início da construção da Galeria Vittorio Emanuele II em Milão, projeto de Giuseppe Mengoni
1867	França	Exposição Universal em Paris
1868	Grã-Bretanha	Construção da Estação Ferroviária de St. Pancras em Londres
1872	Argentina	Fundação da Sociedade Científica Argentina em Buenos Aires
	Estados Unidos	Criou o Primeiro Parque Nacional: Parque Yellowstone.
1874	Suécia	Programa de construção obrigatório para todos os municípios suecos.
1875	Áustria	Camillo Sitte funda a "StaatsGewerbeschule" (Escola Nacional Industrial de Viena), em Salisburgo
1876	Argentina	Fundação da Sociedade Estímulo de Bellas Artes
1877	Grã-Bretanha	Richard Norman Shaw projeta Bedford Park; William Morris cria a Society for the Protection of Ancient Buildings.
1886	Espanha	Projeto da "Ciudad Lineal " de Arturo Soria y Mata
1898	Reino Unido	Ebenezer Howard cria o movimento da Cidade-Jardim.
1901	Estados Unidos	Criação da Park Comission em Washington
1901 a 1909	Estados Unidos	O presidente Theodore Roosevelt promove a conservação e os Parques Nacionais
1904	Estados Unidos	O arquiteto e historiador de arte Charles Lamb cria um plano hexagonal para Nova Iorque
1909	Estados Unidos	O movimento Cidade Bonita Constrói parques no estilo Belas Artes por todos os Estados Unidos.
1918	Cuba	Forestier desenha um projeto para o parque de la Punta em Havana.
1922	França	Le Corbusier realiza projeto da Cité de 3 millions d'habitants.
1933	Grécia	Manifesto Urbanístico: Carta de Atenas
1971	Estados Unidos	Inauguração da Disney world juntamente com o Epcot - Experimental Prototype Community of Tomorrow.
1977	França	Plano de Ocupação do Solo e Plano Diretor de Urbanismo de Paris
2007	Estados Unidos	O LEED-ND oferece créditos para existência de parques e campos de esporte de bairro que possam ser acessados a pé.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2018.

Segundo Morales (2007) as atividades urbanísticas passaram a ter uma grande alteração com criação de praças para festividades local ou para destacar monumentos voltando a nobreza, com a chegada do Barroco as cidades passaram a ser mais valorizadas criando espaços para o entretenimento.

“Uma das principais criações do período barroco são os jardins. No início do século XVIII, os jardins clássicos se tornam parques com arvoredos, córregos e um propositado desalinho. Alguns exemplos desses parques são os localizados em Londres: Hyde Park, Green Park, Hyde Park e outros.” (MORALES, 2007, p.08).

De acordo com Morales (2007) e Pontello (2016) a ausência de leis urbanas e cuidados com a maneira de conduzir o desenvolvimento urbanístico tornou inúmeros lugares insalubre. Tais problemáticas levaram a medidas com vertentes diferentes em inúmeros países, nos Estados Unidos da América foi elaborado um projeto de urbanização onde um plano recortava a ilha de Manhattan com um malha uniforme formando um imenso parque, este, construído em 1858 por Olmsted, que por sua vez indagava sobre a importância de sua delimitação dizendo que “a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas” (KLIASS, 1993, p. 22 , apud PONTELLO, 2016, p. 19.)

Figura 2: Central Park



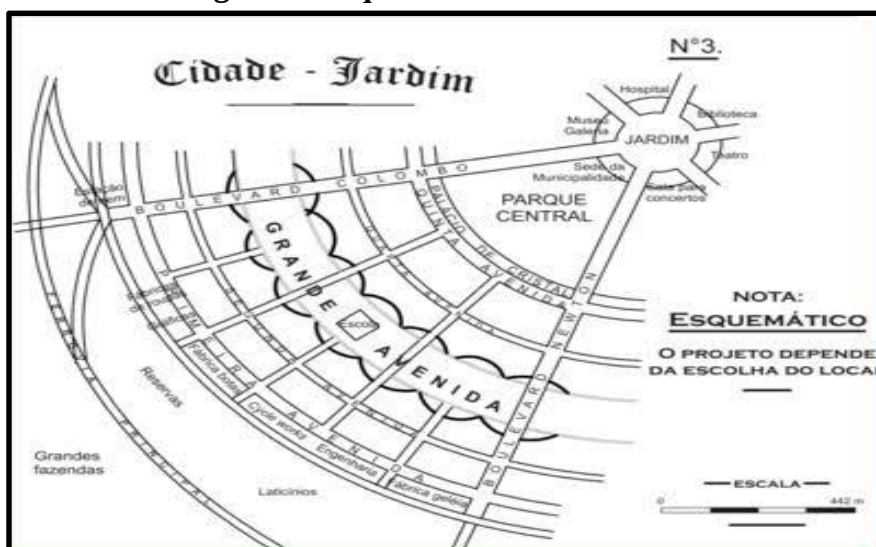
Fonte: Blog Study Global, 2012.

Andrade (2018) menciona em sua publicação que em meados de 1871 foi realizado a primeira expedição no Parque Yelloswstone, percorrendo seus 9000 km² para tal dentre as pessoas na equipe estavam o Geólogo Ferdinand Hayden (responsável pela equipe científica), o Fotografo William Jackson, o Pintor Thomas Moran dentre outras pessoas, durante a expedição Hayden encaminhou uma carta ao presidente Ulysses Simpson Grant solicitando que o toda a área fosse preservada, sendo a proposta aprovada e sancionada em 1 de Março de 1872, tornando-se então o primeiro Parque Nacional.

Posteriormente, começaram a surgir alguns conceitos como alternativas de construções de novas cidades, para Saboya (2008) a proposta de Ebenezer Howard em 1898 foi uma alternativa aos problemas tanto urbanos quanto rurais que estavam acontecendo nas grandes cidades, para tal foi elaborado uma síntese das vantagens e problemas tanto das características da cidade quanto do campo, esta análise demonstrou que a cidade era um espaço de oportunidades para emprego e de socialização, mas que estava sofrendo com o excesso de pessoas e a falta de saneamento o que favoreceu a insalubridade pois não havia infraestrutura, a solução para os problemas seria a migração de pessoas da cidade para o campo, onde o mesmo proporcionaria as pessoas um espaço da natureza e local para a produção de alimentos.

Saboya (2008) descreve que Howard argumentou em sua obra “To-morrow” que haveria outra alternativa, onde nessa ele iria unir os pontos positivos de ambas vidas, o que foi nomeado como Cidade-Campo, nascendo o que ele descreve em sua obra: “Uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização”. (HOWARD, 1996, p. 110, apud SABOYA, 2008), onde tal modelo foi denominado Cidade-Jardim.

Figura 3: Esquema da Cidade Jardim



Fonte: AGUIAR, Yuri C. 2010.

Em 1906 o então presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt assinou a lei das antiguidades, determinando que fosse protegido os monumentos históricos e todas as estruturas pré-histórica, formando o que hoje chamamos de Parques Arqueológicos, conseguindo proclamar 18 monumentos nacionais até o termino de seu mandato em 1909. (BARTER, 2008)

Segundo Colin (2011) o movimento da Cidade Bonita iniciou nos Estados Unidos em meados do século XIX estendendo-se até o século XX, com o intuito de reformar a arquitetura e o urbanismo com iniciativas voltadas a grandeza de monumentos e embelezamentos pela cidade, promovendo a ordem social baseado em esquemas formais clássicos.

Em 1893 foi realizado a exposição Colombiana (White City), em Chicago elaborado por Daniel Burnham sendo o evento responsável pela adoção do Linguagem monumental na arquitetura americana, além dos Estados Unidos, outros países foram influenciados pelo City Beautiful, um exemplo é a Austrália. (COLIN, 2018)

Em 1933 foi criado a Carta de Atenas tendo como objetivo formular um modelo “ideal”, influenciando o ordenamento das cidades passando a pensar da maneira funcional, sendo subscrita em 1998, trazendo temas emergentes como a ausência de infraestrutura, poluição dos rios e mares e o urbanismo ecológico, envolvendo tanto a parte de preservação quando a reinstalação de zonas naturais nas cidades. (IPHAN, 2018)

Para Cohen e Naginski (pág. 136, 2014) a conexão entre o urbanismo e a natureza que está exposta nas referências bibliográficas sobre o urbanismo ecológico evidenciam um imperativo moral diante da crise existente sobre os aspectos ambientais, onde por sua vez o urbanismo leva ao crescimento desordenado ocasionando consequências muitas vezes irreversíveis, assim como problemas socioeconômicos e políticos. (MOSTAFAVI, 2014)

De acordo com Ully (2014), os espaços verdes urbanos são locais imprescindíveis para o crescimento das cidades, assumindo um desenvolvimento importante nas políticas regionais e municipais. A sustentabilidade ambiental e ecológica auxilia a manter o equilíbrio do meio ambiente em conjunto com o cotidiano das pessoas, todavia esse sistema é construído a longo prazo, onde medidas são adotadas para que as gerações futuras possam aproveitar de tal legado, sendo realizado através de atividades voltadas a educação ambiental.

Segundo Pasqualetto (2013) os parques do século XXI, buscam mostrar as condições naturais em meio a paisagem urbana sem modificar o espaço e sim unindo a vida social com a natureza, os Parques Sustentáveis possui algumas características que os diferenciam dos outros, como: o Modelo construtivo, conservação da vegetação, reciclagem, reutilização de materiais, sendo estes fundamentais para o equilíbrio da natureza.

1.1.2.Histórico e Evolução dos Parques Urbanos Nacionais

Os surgimentos das primeiras cidades no Brasil foram formados pelos jesuítas nos aldeamentos indígenas com o intuito de pregar o catolicismo, o período do Brasil Colônia foi um grande marco no processo de urbanização, pois a troca de mercadoria passou a trazer imigrantes de diversos lugares ocasionando o crescimento populacional e motivando com o passar dos anos a uma reestruturação no planejamento urbano. (MORALES, 2007)

O urbanismo brasileiro sofreu grandes mudanças com a transferência da Sede da Coroa Portuguesa para o Rio de Janeiro, contribuindo para o crescimento socioeconômico e cultural. Com esse avanço as cidades passaram a crescer e ter a necessidade de propor aos cidadãos ambientes de lazer. (WANDERLEY, 2017)

Pasqualetto (2013) menciona que os parques eram construídos em pequenos números e localizados em áreas centrais e restritas para o bairro de elite, esta tendência foi influência tanto no urbanismo como na arquitetura, teatro ou música. Com esses princípios foram construídos os três primeiros parques públicos, o Passei Público criado em 1783, com traços geométricos e jardins inspirados no clássico francês; o Jardim botânico fundado em 1808 onde teve como objetivo a aclimação das espécies vegetais originárias de outras partes do mundo dentre elas inicialmente as especiarias do Oriente, como as pimentas, canela e outras, e posteriormente durante o Segundo Império a criação do Parque Campo Santana (figura 04) que seguia o padrão anglo-francês e com suas diversas alterações e adaptações no decorrer dos anos passou a chamar-se Praça da República.

Figura 4: Parque Campo Santana em pintura de Franz Fröhbeck



Fonte: Visit. Rio, 2018.

Segundo Wanderley (2017) o Passeio Público do Rio de Janeiro, reconhecido como o primeiro Parque Urbano do Brasil foi criado pelo mineiro Valentim da Fonseca e Silva, e local para a realização de grandes eventos organizado pela Coroa Portuguesa, um desses eventos, foi a comemoração do casamento de Dom João VI e Carlota Joaquina. Em 1861 por determinação de dom Pedro II o Parque foi reestruturado pelo Engenheiro e botânico francês Auguste François Glaziou, tornado um local de ostentação para toda a elite da então capital brasileira.

Figura 5: Passeio Público do Rio de Janeiro



Fonte: Passeio Público, 2018.

O engenheiro e Botânico Glaziou foi um grande influenciador para o desenvolvimento do paisagismo Urbano, permanecendo no Brasil por quase 40 ano, idealizou grandes projetos, como o Jardim do Palácio Imperial de Petrópolis e os Jardins do Palácio do Catete e da Quinta de Boa Vista. A influência dos franceses no Brasil cresceu por todos os lados no século XIX, tendo como exemplos o projeto do Parque Trianon, Praça Paris e Lago da Glória elaborado por Paul Villon, o Parque Pedro II e os Jardins do Anhangabaú elaborados por Joseph Bouvard. (TRINDADE, 2014)

Com o surgimento da disciplina de urbanismo nas universidades surgiu o planejamento das cidades, que colaborou com ideias voltadas aos parques urbanos tornando elementos chaves para a malha do tecido urbano, agregando novos usos como a recreação e o esporte. (PASQUALETTO, 2013)

Segundo Pasqualetto (2013) no decorrer dos séculos houve um grande crescimento dos elementos urbanos, os parques passaram a ser construídos nas comunidades urbanas, e o número de passeios públicos foram crescendo gradativamente,

surgindo também os primeiros parques privados no país, sob influência de países internacionais, na qual ofereciam aos visitantes zoológico e exposições voltadas a arte, a música dentre outros. Para Scalise (2002) essas características fazem parte de sua integração, fornecendo formas, funções, dimensões e conteúdos distintos, retratando questões ambientais, aspectos sociais, ou somente a recreação.

Para Franco (2008), as influências dos princípios urbanístico ingleses veio para o Brasil com colaboração de paisagistas estrangeiros, assim como o projeto de Barry Parker do Bairro Jardim Pacaembu na cidade de São Paulo. Todavia a criação de Parque Nacional com princípios gerados pelos “Parks Movement” só surgiu em 1937 com a criação do primeiro Parque Nacional do Itatiaia.

O Parque Nacional do Itatiaia (Figura 06) foi criado no governo de Getúlio Vargas, durante a República Velha, influenciando a criação de novos parques como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio Grande do Sul e o Parque Nacional de Nova Iguaçu, no Estado do Paraná, todavia houve uma estagnação na criação de unidades de conservação voltando a se estabelecer na década de 60 com a criação de diferentes tipos de unidades de conservação dentre elas: as Estações Ecológicas e as APAs. (AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2013)

Figura 6: Parque do Itatiaia



Fonte: ICMBIO, 2018.

A construção de Brasília foi um grande marco para as outras cidades, idealizada como cidade parque, possuía em seu centro inúmeros edifícios, rodeados por extensos gramados e arvoredos, permitindo a interação entre os civis e o espaço físico. (PASQUALETTO, 2013)

Na década de 70 os desenvolvimentos dos parques foram mais profundos, as influências de obras internacionais trouxeram não só o paisagismo mais também a implantação de equipamentos esportivos, estádios, passeios e edifícios, consolidando os parques como projetos importantes para o crescimento das cidades. (PASQUALETTO, 2013)

Com a consolidação da arquitetura paisagística brasileira após a Segunda Guerra Mundial, os espaços livres passaram a se tornar objeto de trabalho de profissionais, surgindo ofícios necessários para a manutenção assim como a especialização de pessoas capazes de assumir identidades próprias, iniciando uma nova representação para o lazer, ganhando espaço científico e aceitação na atividade urbana. (PASQUALETTO, 2013)

A preocupação com a ecologia evidencia, na década de 1990, a discussão sobre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (Carta do Rio, 1992), buscando uma coesão de conceitos universais relativos ao sistema ambiental. Essa compreensão rompe fronteiras territoriais e elabora definições precisas relacionadas com a preservação e a conservação. (VARGAS, 2009)

O conceito de desenvolvimento sustentável na Agenda 21 que surgiu em 1992, auxiliou na preservação do meio ambiente, utilizando a sustentabilidade no planejamento de construção cidades e na construção de sociedades sustentáveis. (GOMES, 2014)

Para Vargas (2009) os ambientalistas, parece existir um consenso de que a preservação seja uma ação global voltada à proteção de um bem cultural na sua totalidade, contra qualquer dano ou degradação, por meio de instrumentos legais. No vocabulário do meio ambiente, a conservação é a utilização racional de um bem, garantindo sua exploração econômica. Essa ação, hoje traduz-se como desenvolvimento sustentável.

No Brasil a ligação dos parques com a ecologia é muito voltada a intervenções, de acordo com Scalise (2002) “ No Brasil podem ser citados: o Parque do Ibirapuera, o Parque do Carmo, em São Paulo, o Parque Barigui, em Curitiba entre outros [...] ”.

Maymone (2009) menciona que os Parques ecológicos são voltados a preservar suas características naturais minimizando os impactos, ou a própria vegetação nativa conservada.

Para Brito (2016), o crescimento do urbanismo desordenado comprometeu a qualidade dos ambientes em várias áreas, ocasionando impactos ambientais na região

Amazônica, tem-se como exemplo a contaminação de rios e igarapés, a acumulação de resíduos inorgânicos em solo fértil, assim como inundações de áreas habitáveis.

Segundo Aguiar, Moreau e Fontes (2013), na Região Norte do Brasil a atividade econômica fluente era o látex na qual era voltada para a produção da borracha, passando a fazer o extrativismo posteriormente da castanha e do babaçu. O envolvimento do governo do estado com os empreendimentos frustrados de empresários do Centro-sul tentado influenciar os seringalistas a agropecuária auxiliou para o crescimento desordenado das cidades assim como o desmatamento de inúmeras florestas, ocasionando consequentemente conflitos entre fazendeiros e seringueiros assim como mortes de importantes líderes que lutavam contra a devastação da Floresta Amazônica.

Essas ocupações ocasionaram além de conflitos, danos ambientais, que vem sendo exposto durante décadas, como menciona Azevedo (2018):

“O espaço ocupado pelo homem admite constantes modificações relacionadas ou impostas pelo próprio homem que prejudicam o espaço em que vivem se não abordadas corretamente. Consideráveis danos ambientais são causados por decisões políticas e econômicas equivocadas, onde o homem altera o meio, independentemente de apresentar-se como agente ativo ou passivo da ação. ” (AZEVEDO, 2018, p.39)

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018) alguns meios para minimizar estes danos ambientais são as criações de Parques como unidade de conservação, onde agem com seus próprios recursos naturais a fim de proteger a natureza, proporcionando atividades sem consumir os recursos naturais como por exemplo o turismo ecológico nos parques.

De Acordo com o Governo do Estado de Rondônia (2017) o Estado vem avançando para o desenvolvimento sustentável, dialogando com as Secretarias assim bem como a Assembleia Legislativa para que sejam elaboradas leis a fim de auxiliar ainda mais na proteção das Unidades de Conservação bem como o controle e monitoramento para que haja um melhor planejamento ambiental e Urbano.

1.2.Legislação

Será abordado neste tópico as legislações Municipais, Estaduais, Federais e Normas que estão em vigor e atua em projeto urbanístico como os Parques.

1.2.1. Legislação Municipal

Nos quadros abaixo serão apresentadas as legislações pertinentes do município, relacionados a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 7 - Quadro Lei 120/86 - Criação do Parque Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO.

Dispõe: “Cria o Parque Municipal de Ouro Preto localizado no Perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.	
Art. 1º	Fica, pela presente Lei, criado o Parque Municipal de Ouro Preto, nos termos em que preceitua a Lei n 4.771 de 15 de setembro de 1965, compreendendo a área em elevação que integra o denominado “Morro da Embratel” o qual compõe a Serra de Ouro Preto, no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste. §1º - O Parque Municipal terá como finalidade resguardar a natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 8 - Quadro Lei 203/89 – Denominação do Parque Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO

Dispõe: “Sobre a denominação do Parque Municipal “CHICO MENDES” que Ora é chamado de Morro da Embratel”.	
Art. 1º	O Parque Municipal, hoje denominado Morro da Embratel, passa a denominar-se definitivamente “Parque Municipal Chico Mendes”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 9/A - Quadro Lei 1285/07 – Atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e turismo - RO

Dispõe: “Estabelece as atribuições da secretaria municipal de meio ambiente e turismo dá outras providências”.	
Art. 1º	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, instituída através da Lei n1.260, de 01 de agosto de 2007, passa a ter as seguintes atribuições: I. Promover, coordenar e estimular a política e os programas de desenvolvimento do meio ambiente e turismo no âmbito do município, incluindo a captação de recursos públicos e privados para o financiamento de projetos e programas de interesse do município; II. Promover a execução das medidas de proteção dos recursos naturais, paisagísticos e turísticos do município, inclusive no gerenciamento de programas, projetos e obras relativos ao meio ambiente e turismo no território do município. III. Verificar o cumprimento das normas de controle dos diversos tipos de poluição ou contaminação do meio ambiente; IV. Acompanhamento das políticas municipais nas áreas do desenvolvimento sustentável; V. Propor medidas de preservação e recuperação ambiental, acompanhando-as;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 9/B - Quadro Lei 1285/07 – Atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e turismo - RO

Art. 1º	XI. Promover medidas de difusão e amparo ao turismo do município, podendo para tanto firmar convênios com outros órgãos e/ou entidades oficiais especializadas, preservando valores naturais e culturais da região; XII. Elaborar, acompanhar e supervisionar projetos de desenvolvimento dos pontos turísticos do município.
---------	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 10/A - Quadro Lei 130/87 – Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Sobre o Código de Obras e Edificação do Município de Ouro Preto do Oeste”.	
Art. 12	Os projetos deverão ser apresentados à prefeitura para análise e deliberação do órgão competente, contendo, no mínimo os seguintes elementos: I – Planta de localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) onde constarão: a) A projeção da edificação ou das edificações dentro do lote, a localização deste, na quadra; logradouros públicos mais próximos além de igarapés e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais; b) As dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e à outra edificação porventura existente; VII – Estatística relacionando: a) Área do lote; b) Área de construção dos diversos pavimentos; c) Área total da construção; d) Taxa de ocupação (TO) e coeficiente de aproveitamento (CA).
Art. 35	As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo na ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
Art. 38	As faces internas das paredes de banheiros, despensas e cozinhas deverão ser revestidas, no mínimo até a altura de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de material impermeabilizante, lavável, liso e resistente.
Art. 46	As coberturas das edificações sempre construídas com materiais que possuam perfeita impermeabilidade e isolamento térmico.
Art. 53	Todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote para fins de ventilação. Parágrafo Único – O disposto nesse artigo não se aplica a corredores e caixas de escada.
Art. 55	Aberturas para iluminação ou ventilação dos cômodos de longa permanência confrontantes em economias diferentes e localizadas no mesmo terreno, não poderão ter entre elas, distância menor que 3,00 m (três metros), mesmo que estejam em um mesmo edifício.
Art. 56	Os poços de ventilação não poderão em qualquer caso, ter área menor que 1,50 m ² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), nem dimensão menor que 1,00 m (um metro) devendo ser revestidos internamente e

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 10/B - Quadro Lei 130/87 – Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.

Art. 56	visitáveis na base e somente serão permitidos para ventilar compartimentos de curta permanência.
Art. 62	Enquanto não houver rede de esgoto, as edificações serão dotadas de fossa séptica afastadas de no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas do lote e com capacidade proporcional ao número de pessoas na ocupação do prédio. §1º - Depois de passarem pela fossa séptica as águas serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro convenientemente construído. §2º - As águas provenientes de pais de cozinha e de copa, deverão passar por uma caixa de gordura, antes de serem lançadas no sumidouro. §3º - As fossas e sumidouros deverão ficar a uma distância mínima de 15,00 m (quinze metros) de raio de poços de captação de água, situados no mesmo terreno ou em terreno vizinhos.
Art. 76	A área mínima por vaga será de 15,00 m ² (quinze metros quadrados), com largura mínima de 3,00 (três metros).
Art. 78	As áreas de estacionamento que porventura não estejam previstas neste código, serão por semelhança estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 11 - Quadro Lei Complementar 09/01 – Código de Postura do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Institui o Código de Posturas do Município de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.	
Art. 9º	É dever da população, cooperar com a Prefeitura na conservação e limpeza da cidade. Parágrafo Único - É proibido prejudicar de qualquer forma a limpeza dos passeios e logradouros públicos em geral ou perturbar a execução dos serviços de limpeza dos referidos passeios e logradouros
Art. 26	Todo reservatório de água existente em edifício deverá ter assegurado as seguintes condições sanitárias: I - Existir absoluta impossibilidade de acesso ou seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar a água; II - Existir absoluta facilidade de inspeção e limpeza;
Art. 162	Compete a Administração Municipal implantar e preservar o tratamento paisagístico e estético das praças e logradouros públicos.
Art. 165	É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores de arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da prefeitura. § 1º - Quando se tornar absolutamente imprescindível, o órgão competente da prefeitura poderá fazer a remoção ou o sacrifício de árvores a pedido de particulares, mediante indenização arbitrada pelo referido órgão. § 2º - Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.
Art. 167	É vedado danificar os jardins públicos, inclusive pisar na grama.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

1.2.2. Legislação Estadual

Nos quadros abaixo será discorrido as legislações pertinentes do estado de Rondônia, relacionados a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 12 - Quadro Lei 3924/16 – Normas de Segurança Contra Incêndio do Estado de Rondônia.

“Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. ”	
Art. 2º	Qualquer licença para funcionamento de empresas a ser expedida no Estado, bem como para ocupação de edificações públicas ou privadas, dependerão da emissão do Auto de Vistoria Contra Incêndio e Pânico - AVCIP, dos sistemas de preventivos contra incêndio e evacuação de pessoas e de seus bens, de acordo com as IT's pertinentes, a serem expedidas pelo CBMRO. § 1º Para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei, o CBMRO deverá vistoriar as edificações já existentes e todos os demais estabelecimentos em funcionamento, público ou privado, para verificação de sistemas de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à expedição do AVCIP a que se refere o caput do artigo.
Art. 4º	Para a regularização de licenciamento e emissão de alvarás de construção, habite-se ou de funcionamento, das edificações e áreas de risco referidas nesta Lei, as Prefeituras Municipais deverão exigir, previamente, a expedição de documentos do CBMRO que comprovem a aprovação, a conformidade ou a isenção de Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico - PPCIP e/ou em vistoria, a respeito do cumprimento de todas as determinações constantes no PPCIP e em seu Regulamento
Art. 15.	O CBMRO, no exercício da fiscalização que lhe compete e na forma do que vier a dispor o Regulamento desta Lei, poderá aplicar as seguintes penalidades variáveis: I - Advertência escrita; II - Multa; III - Interdição parcial ou total;
Art. 19.	É de responsabilidade do proprietário do imóvel e/ou responsável utilizar a edificação de acordo com o uso para a qual foi projetada e de manter as medidas de segurança contra incêndio e pânico, em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação de documentos, independente das responsabilidades civis e penais cabíveis.
Art. 21.	Toda edificação que necessitar da apresentação do PPCIP deverá, obrigatoriamente, apresentar, anualmente, por ocasião da vistoria técnica a que se refere o artigo 2º, desta Lei, laudo técnico de execução ou de manutenção com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, atestando o funcionamento dos Sistemas Preventivos de Combate a Incêndio e Pânico, expedido por responsável técnico habilitado legalmente e devidamente registrado em seu respectivo Conselho Regional.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 13- Quadro Lei 547/93 – Criação do SEDAR e seus instrumentos.

“Dispõe sobre a criação do Sistema estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Política Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental – FEDERO e o Fundo Especial de Reposição Florestal – FEREF ”.	
Art. 2º	A Política Estadual do Meio Ambiente, para a consecução dos seus objetivos, tem os seguintes princípios: I. Organização e utilização racional do solo, subsolo, da água e do ar, com vistas a compatibilizar esta utilização com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental; II. Planejamento e fiscalização do manejo dos recursos naturais; III. Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas para a qualidade do meio ambiente, incluindo a conservação de espaços territoriais especialmente protegidos; IV. Controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras; V. Monitoramento da qualidade ambiental no âmbito do estado de Rondônia; VI. Proteção e recuperação de áreas degradadas; VII. Incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologia voltados para o uso racional dos recursos naturais; VIII. Articulação e integração da ação pública de todos os níveis de governo, bem como da iniciativa privada objetivando eficácia no controle e proteção ambiental; IX. Promoção da educação ambiental em todas as suas modalidades; X. Estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; XI. Orientação do desenvolvimento tecnológico pública relacionada com o meio ambiente, a qual deve ser considerada em todos os níveis de decisão.
Art. 7º	Ao Conselho Estadual de Política Ambiental – CONSEPA compete: - I – Formular a política estadual de proteção do meio ambiente, bem como acompanhar sua implementação; - II – Estabelecer diretrizes para a devida utilização, exploração e defesa dos recursos e ecossistemas naturais do Estado; - III – Baixar normas e procedimentos administrativos, decorrentes do exercício do poder de polícia, objetivando dirimir as questões relativas ao meio ambiente; - V – Propor a criação de Unidades de Conservação, no âmbito do Estado, visando a preservação e conservação de ecossistemas representativo de relevante importância e significação, seja sob o aspecto ecológico, seja sob o aspecto paisagístico, cultural e científico, cabendo a implantação e administração dessas áreas à secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM; - VI – Deliberar em grau de instância administrativa final, sobre recursos referentes a assuntos inerentes ao meio ambiente não cabendo, o reexame de processos relativos ao deferimento ou indeferimento das licenças ambientais;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 14 - Quadro Constituição Estadual de Rondônia/89

Dispõe: “Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso socioeconômico e cultural, [...] sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA”	
Art. 9º.	Compete, ainda, ao Estado legislar, de firma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre: VI – Floresta, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; VII – Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
Art. 158	No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão: V – A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano e rural; VI – A criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública.
Art. 184	O Estado apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural.
Art. 185.	O Estado, juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá a política estadual de turismo, observadas as seguintes diretrizes e ações: I - Adoção de plano integrado e permanente, para o desenvolvimento do turismo no Estado, atendidas as peculiaridades regionais; II - Criação de colônia de férias, observado o disposto no inciso anterior; III - Desenvolvimento de infra-estrutura e conservação de parques estaduais, reservas biológicas, monumentos históricos e religiosos, bem como todo o potencial que venha a ser de interesse turístico; IV - Estímulo à produção artesanal típica de cada região do Estado, mediante política de redução ou de isenção de tarifas devidas, conforme especificação em lei; V - Apoio a programas de orientação e divulgação do turismo regional; VI - Regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico; VII - Criação de um fundo de assistência ao turismo, para conservação dos monumentos históricos do Estado e dos Municípios; VIII - Proteção ao patrimônio ecológico e histórico-cultural do Estado e dos Municípios; IX - Apoio à iniciativa privada no desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento para a população, de modo geral; X - Criação de centros de artesanato. Parágrafo único. A política de execução e incentivo ao turismo competirá ao órgão encarregado pela atividade de turismo, no que couber, e à iniciativa privada, de acordo com o plano estabelecido no inciso I deste artigo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

1.2.3.Legislação Federal

Os Quadros abaixo consisti em informações sobre as Legislações Federais, que discorrem sobre a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 15- Quadro Lei Federal 12651/12 – Proteção da Vegetação Nativa.

Dispõe: “Sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”	
Art. 1º	A esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e Prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: I – Afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras. VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.
Art. 41º.	É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação: I - Pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) a conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; g) a conservação e o melhoramento do solo; h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, da Reserva legal e de uso restrito;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 16 - Quadro Lei Federal 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente.

Dispõe: “Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”	
Art. 2º	A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II – Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V – Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI – Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII – Acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII – recuperação de áreas degradadas; IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação; X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacita-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 17 - Quadro Constituição Federal de 1988.

Dispõe: “Constituição da República Federativa do Brasil;”	
Art. 225.	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I – Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II – Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III – Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV – Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 18- Quadro Resolução nº 369/06 CONAMA – Casos excepcionais de Intervenção ou Supressão de Vegetação em APP.

Dispõe: “Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP”	
Art. 8º	A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de área verde de domínio público em área urbana, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei no 4.771, de 1965, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, e uma vez atendido o disposto no Plano Diretor, se houver, além dos seguintes requisitos e condições: II - Aprovação pelo órgão ambiental competente de um projeto técnico que priorize a restauração e/ou manutenção das características do ecossistema local, e que contemple medidas necessárias para: a) recuperação das áreas degradadas da APP inseridas na área verde de domínio público; b) recomposição da vegetação com espécies nativas; c) mínima impermeabilização da superfície; d) contenção de encostas e controle da erosão; e) adequado escoamento das águas pluviais; f) proteção de área da recarga de aquíferos; e g) proteção das margens dos corpos de água. III - percentuais de impermeabilização e alteração para ajardinamento limitados a respectivamente 5% e 15% da área total da APP inserida na área verde de domínio público. § 1º Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. § 2º O projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como: a) trilhas eco turísticas; b) ciclovias; c) pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares; d) acesso e travessia aos corpos de água; e) mirantes; f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte; g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos; h) rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros. § 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica às áreas com vegetação nativa primária, ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração. § 4º É garantido o acesso livre e gratuito da população à área verde de domínio público
Art. 10.	O órgão ambiental competente poderá autorizar em qualquer ecossistema a intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

1.2.4. Normas

Os Quadros abaixo serão percorridos as normas utilizadas em projetos urbanos.

Figura 19 - Quadro NBR 9284/86 – Equipamentos Urbanos

1 - Objetivo	
1.1	Esta Norma classifica o equipamento urbano, por categorias e subcategorias, segundo sua função predominante.
1.2	Esta Norma aplica-se entre outras finalidades, à gestão ao cadastramento e ao planejamento urbano, observada, conforme o caso, a legislação específica dos órgãos federais, estaduais e municipais.
2 – Definição: Para os efeitos desta Norma e adotada a seguinte definição:	
2.1	Equipamentos urbanos Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados
4 - Relação a classificação:	
4.2	Esporte e Lazer a) Campo e pista de esporte; b) Clube; c) Estádio; d) Ginásio de esportes; e) Hipódromo; f) Marina; g) Piscina pública; h) Parque; i) Praça.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 20 - Quadro NBR 15500/14 – Turismo e Aventura

1 – Escopo	
1	Esta norma define os termos comumente utilizados nas diversas atividades de turismo de aventura incluindo termos relacionados à segurança, serviço e equipamentos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 21/A - Quadro NBR 16333/17 – Transporte de pessoas por Cabo

4 – Requisitos Gerais	
Todas as peças do teleférico devem ser projetadas à prova de falhas e rigorosamente ensaiadas em termos da escolha e da qualidade dos materiais utilizados. No que se refere às peças que afetam a segurança da instalação, o fabricante do teleférico deve, quando for solicitado por autoridades competentes ou pelo responsável pela unidade, produzir resultados de ensaio em um laboratório de teste de materiais certificado.	
4.2.1	Para assegurar a segurança dos passageiros a distância horizontal livre nas estações entre o contorno da passagem dos veículos, verticalmente suspensos no teleférico e as peças fixas de instalação, deve ser de pelo menos 1m.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 21/B - Quadro NBR 16333/17 – Transporte de pessoas por Cabo

5.2.1	O cabo de tração-sustentação deve ser construído de arames pré-formados com alma maleável. O uso de cabos de torção <i>Lang</i> é recomendado.
5.5.1	O peso do veículo carregado não pode ultrapassar 1/15 da tração mínima no cabo de tração sustentação, que surge sob as condições menos favoráveis de carga com movimento uniforme.
6.1.4	Os postos de comando e controle devem ser situados para permitir que o funcionário veja a área da estação e, se possível, a linha. O funcionário deve ser capaz de acionar os controles no seu campo de visão e sem a necessidade de se deslocar. O funcionário deve ser capaz de interromper a operação ou reduzir sua velocidade em qualquer ocasião, sem ter de abandonar sua posição normal de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 22/A - Quadro NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

5 - Informação e sinalização	
5.2.8.1.1	A sinalização deve ser localizada de forma a identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes. Devem ser fixadas onde decisões são tomadas, em uma sequência lógica de orientação, de um ponto de partida ao ponto de chegada. Devem ser repetidas sempre que existir a possibilidade de alterações de direção.
6 – Acesso e Circulação	
6.2.4	O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível. Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e acessos, devem ser previstas, em outro local, vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um acesso acessível.
6.3.2	Revestimentos: Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de desenho ou cor possam causar a impressão de tridimensionalidade).
6.8.2	As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou degraus isolados. Para o dimensionamento, devem ser atendidas as seguintes condições: a) $0,63\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65\text{ m}$, b) pisos (p): $0,28\text{ m} \leq p \leq 0,32\text{ m}$ e c) espelhos (e): $0,16\text{ m} \leq e \leq 0,18\text{ m}$;
6.13.1	As passarelas de pedestres devem ser providas de rampas, ou rampas e escadas, ou rampas e elevadores, ou escadas e elevadores, para sua transposição. As rampas, escadas e elevadores devem atender ao disposto nesta Norma
6.14	Vagas reservadas para veículos: Há dois tipos de vagas reservadas: a) para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos; b) para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 22/B - Quadro NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

7 - Sanitários, banheiros e vestiários	
7.3.1	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados conforme Seção 5.
7.4.1	As instalações sanitárias acessíveis nas edificações e espaços de uso público e coletivo devem estar distribuídas nas proporções e especificidades construtivas estabelecidas nesta seção.
7.4.2	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto
7.7.2.1	Altura da bacia: As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m para as bacias de adulto.
10.11 Locais de esporte, lazer e turismo.	
10.11.1	Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários.
10.11.2	Nas arquibancadas deve ser atendido ao descrito em 4.8 e em normas específicas.
10.11.3	Uma rota acessível deve interligar os espaços para P.C.R. e os assentos para P.M.R. e P.O. as áreas de apresentação, incluindo quadras, vestiários e sanitários.
10.11.4	As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares.
10.11.5	Os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados tanto nas áreas de uso público quanto nas áreas para prática de esportes, conforme Seção 7.
10.13 Parques, praças e locais turísticos.	
10.13.1	Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.
10.13.2	Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.
10.13.3	O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.
10.13.4	Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

1.3. Aspectos Teóricos

As opiniões e conceitos apresentados por autores tanto internacionais quanto nacionais faz-se necessário para um melhor entendimento sobre o desenvolvimento urbanístico e seus pensamentos sobre a mudança e alteração tanto no dia-a-dia do ser humano quanto as mudanças do espaço em que eles vivem.

1.3.1. Opiniões de Autores Internacionais

Segundo Franco (2008) desde o século XV já existiam influenciadores com pensamentos voltados ao urbanismo das cidades, tem-se como exemplo o italiano Leon Battista Alberti, que utilizou formas geométricas em suas ideias renascentistas com princípio harmônicos levando em suas obras as questões das defesas militares e sobrevivência das fortificações sendo essas ideias utópicas de cidades ideias para aquele século.

O desenho ambiental urbano está voltado para a qualidade de vida das pessoas, tendo como exemplo os parques que são destinados a ocupar o tempo livre das pessoas, assim como desenvolver educação ambiental ou promover a conservação dos recursos naturais. (FRANCO, 2008)

A exploração das áreas verdes exercidas pela agricultura e pecuária, assim como o crescimento da urbanização, originou o movimento “Parks Movement”, com inspiração os conservacionistas George Perkins Marsh e Henry David Thoreau. (FRANCO, 2008)

Farr (2013) aborda que no planejamento urbano os espaços mais negligenciados estão os parques e praças de bairro, onde ajudam na valorização dos imóveis urbanos que estão próximos a área, com esse aumento no preço do solo alguns municípios fazem leis municipais para auxiliar nas áreas públicas, um exemplo é os Estados Unidos que determinam uma área mínima de 12,5 hectares, sendo maiores que as áreas dos terrenos baldios inviabilizando novos parques nas proximidades dos já existentes, diminuindo a construção de parques por todos os lugares, como menciona Franco (2008) sobre a criação de muitos parques desde 1858:

“O trabalho de Olmstead inspirou não somente a criação de numerosos parques nacionais, nos Estados Unidos e em todo o mundo, como também mudou o conceito de qualidade ambiental urbana, com a elaboração de vários parques nas cidades de Nova York, São Francisco, Buffalo, Detroit, Chicago, Montreal e Boston. Com essa experiência, Olmstead criava também uma categoria profissional nova, a dos arquitetos paisagistas.” (FRANCO, 2008, pag. 83.)

De acordo com Mostafavi (2014) o impacto ecológico causado pelas construções contribui abundantemente na emissão de gases do efeito estufa, todavia medidas a fim de minimizar esses impactos podem ser reajustadas a construção civil, assim como o princípio de Wright na elaboração da casa Darwin em 1905 a junção da tecnologia com a ecologia e o urbanismo podem facilitar o desenvolvimento tecnológico sustentável levando a uma melhoria na qualidade ambiental.

Para Le Corbusier (2013) o homem alterou as condições naturais e atualmente ele sofre as consequências de sua total desorganização espacial, Farr (2013) demonstra em sua obra uma cronologia do surgimento dos parques e a aceleração de tal evento, cita que o primeiro parque foi projetado em 1858, logo após surgiu o movimento da cidade Jardim em 1898.

“O surgimento dos parques urbanos e a aspiração urbana ao verde acabou por inspirar a famosa criação de Ebenezer Howard, “A Cidade Jardim”, e seus conhecimentos desdobramentos na história do urbanismo, os quais podem ser considerados como consequências do “Parks Movement”. (FRANCO, 2008, pag. 83.)

O presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt promoveu em 1898 a conservação dos parques nacionais, onde posteriormente começou a surgir o movimento cidade bonita, passando a construir parques no estilo Belas Artes por todo os Estados Unidos, chegando a decadência dos parques urbanos em meados de 1950-1990. (FARR, 2013)

Segundo Le Corbusier (2013) o papel do Urbanista e do Arquiteto quase não se diferencia, pois ambos estão juntos o urbanista organiza os espaços arquitetônicos interligando as coisas do tempo e no espaço, e os arquitetos projetam os volumes assim como criam espaços sempre respeitando as circulações dos espaços urbanos.

Entre as décadas de 50 a 70 a arquitetura paisagística teve um grande avanço, em todos os continentes eram possíveis encontrar profissionais de grande renome, tais como: Thomas Church, nos Estados Unidos, Luiz Barragán, no México, Ernest Cramer,

na Suíça, Sylvia Crowe, no Reino Unido e o Roberto Burle Marx no Brasil. (FRANCO, 2008)

Para Lamas (2010) os espaços verdes como jardim, alamedas e parques são elementos que compõem as cidades, contudo no período clássico barroco a junção de elementos naturais com elementos construídos obtiveram grandes composições.

Os espaços urbanos são constituídos por paisagens, estas por sua vez nos levam ao paisagismo o sendo uma técnica artesanal que nos proporcionam a participação sensorial como Seres Vivos, envolvendo o olfato, paladar, audição, tato e a visão. (ABBUD, 2010)

Os espaços verdes são elementos da estrutura urbanas que caracterizam a imagem da cidade, estando no mesmo nível de hierarquia nos aspectos físicos e visuais da construção de uma paisagem, sendo importantes para o controle climático, para a qualificação da cidade e a forma urbana. Essas estruturas são construídas com elementos vegetais, minerais, plantados ou simplesmente nativos alinhados ao elemento construtivo proporcionando escala visual ao desenho arquitetônico. (LAMAS, 2010)

Souza (2013) refere em sua obra sobre a sustentabilidade ecológica:

“ Essa “fixação no crescimento” (como bem salientou Rees) acarreta uma situação de tensão mais ou menos escamoteada e dissimulada entre dois objetivos mais ou menos contraditórios no interior do *mainstream*: o crescimento econômico e a proteção ambiental. No Caso do “desenvolvimento urbano sustentável”, mais especificamente, essa tensão está presente na idéia-força de *modernização com sustentabilidade ecológica* das cidades”. (SOUZA, 2013 p.147)

A tendência do desenvolvimento sustentável dos anos 70 e 80 levou a decadência de ideias, tanto do Padrão neoliberal quando do conformismo político, passando os jovens dominar as cenas do eco desenvolvimento junto a ecologia política francesa. (SOUZA, 2013)

De acordo com Souza (2013), na década de 80 muitos arquitetos paisagistas se inspiraram nas obras de artistas ambientais com características minimalistas, como algumas obras de George Hargreaves, Peter Walker e Martha Schwartz.

Martha Schwartz ao utilizar retículas sobrepostas e deslocadas entre si tornou-se uma grande referência na desconstrução paisagista, criando ambientes frenéticos com cores fortes como o vermelho, azul e o Verde. (SOUZA, 2013)

Segundo Farr (2013) o urbanismo sustentável está voltado a proporcionar oportunidades para que as pessoas possam andar de bicicleta, caminhar sem dificuldades onde a acessibilidade esteja atingível aos cidadãos por toda a cidade.

1.3.2.Opiniões de Autores Nacionais

Os Parques urbanos são espaços públicos destinados a proporcionar lazer e bem-estar para a sociedade, segundo Kliass (1993) “Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativa e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação”.

Conforme defendido por Franco (2008), os Parques Ecológicos são voltados a Visão Ecológica, promovendo educação ambiental no meio antrópico e agregando valores culturais aos seres humanos.

Macedo e Sakata (2002) mencionam em sua obra que o surgimento do parque brasileiro “foi uma figura complementar ao cenário das elites emergentes”, sendo esses relacionados a forma urbana internacional.

Para Duarte (2011) o conceito do planejamento urbano está relacionado ao urbanismo, desenho urbano, assim como a gestão urbana, empregando conhecimentos e metodologias diversas na qual abrange disciplinas variadas como geografia, engenharia, direito, sociologia, economia e a administração, tendo como único objetivo de estudo a cidade.

Segundo Pasqualetto; Silva (2013) com o surgimento da disciplina de Urbanismo no final do século XIX, começou a surgir concepções mais atuais para a época no planejamento de parques urbanos, passando a ser utilizado por todas as classes sociais, acrescentando o uso de esporte e recreio ativo, contudo a partir de 1950 o processo de urbanização brasileira passou a crescer, Segundo Macedo (1999) os parques contemporâneos passou a surgir a partir de 1970 com ponto de vista ecológico, conforme citado por Pasqualetto e Silva (2013).

“Na opinião de Macedo (1999), os primeiros parques contemporâneos são representados pela: Praça Itália (1990) em Porto Alegre, o Parque das Pedreiras (1989) e o Jardim Botânico (1991), ambos em Curitiba; são parques que se apresentam com característica pós-moderna, pois elementos do Ecletismo passam a ser reincorporados, bem como influências de ideias desconstrutivistas e simbólicas, advindas de projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos, dentre eles, o Parc de La Villette e o Parque Juan Carlos em Madri.” (PASQUALETTO; SILVA, 2013, p.294, apud, MACEDO, 1999,)

Essa preocupação com a ecologia, foi desenvolvida não só em âmbito dos parques, mais de maneira global, com a Carta do Rio de 1992 o debate sobre o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente buscou conceitos universal com o intuito de formular estratégias para a preservação e conservação, onde esses conceitos passaram a ser empregados nos parques brasileiros. (VARGAS; CASTILHO,2009). Lengen (2008) em seu manual menciona a importância da vegetação: “Em zonas urbanas, a maneira mais econômica e rápida de melhorar o clima ambiental é através da vegetação”.

Segundo Duarte (2011) a preocupação com o meio ambiente está crescendo gradativamente nas estruturas administrativas municipais, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO 92) é uma grande conquista em busca de valorização quanto aos aspectos ambientais.

De acordo com Franco (2008) a implantação da Política Nacional do Meio Ambiente, foi crucial para auxiliar no combate aos impactos ambientais, sobre pressão internacional o Brasil passou a tomar medidas legislativas visando a preservação, melhoria e recuperação as áreas ambientais, neste mesmo contexto foi criado resoluções classificando áreas de acordo com suas necessidades específicas de conservação, tense como exemplo as Áreas de Proteção Ambiental.

Para Abbud (2010) a concepção de um projeto de paisagismo deve atender as condições de todo o entorno verificando as calçadas, bocas-de-lobo, postes e as árvores existentes nas mediações assim como no local do projeto, para complementar o que falta e difundir o atual com o novo. As cidades brasileiras poderiam usufruir mais das condições existentes sobre a vegetação e a proporção de escala, utilizando as árvores para melhorar a vida das pessoas, propondo o uso abundante do paisagismo natural nas intervenções urbana e diminuindo as construções descontínuas e poluição visual.

As especializações na arquitetura nos levam a um conhecimento mais amplo sobre determinado tema, Abbud (2010) menciona que a arquitetura paisagística nos ajuda a compreender o espaço físico a ser trabalhado assim como a importância de pensar no espaço como um todo, com seus volumes e espaços vazios, bem como o resultado que a proposta irá apresentar de imediato e ao passar do tempo com as mudanças das estações.

2.TIPOLOGIA

Neste capítulo será abordado a família do referido tema e a classificação quanto os tipos existentes, dando ênfase ao tipo escolhido para o tema do projeto do trabalho de conclusão de curso.

2.1.Família

Segundo Paixão (2014) a Arquitetura Paisagística envolve os elementos da paisagem ecológica tendo como princípio multidisciplinar promover o planejamento, gestão, projeto e preservação dos espaços urbanos voltados aos espaços livres. De acordo com Ferreira (2007) a arquitetura paisagística e a importância das ornamentações dos ambientes deram um novo sentido para os espaços públicos, sendo os Parques parte dessa integração, como inúmeras configurações e significados. Com a evolução e mudanças na economia e a cultura as definições e conceitos de parque passaram por alguns estudos conceituando de acordo com sua tipologia e mostrando a diferença tanto de forma física quanto de funções que eles possuem.

2.2.Tipos

Há inúmeros tipos de espaços públicos, o que os diferenciam são suas características e finalidade de atendimento sendo definidos como Parque Arqueológico, Parques Nacionais, Praças, Parque de Campismo e Caravanismo, Parques ecológicos, Parque aquático, Parques de preservação, Parque Especial (são os Jardins Botânicos, Zoológicos, Bosque), dentre outros como por exemplo:

I.Os Parques Urbanos funcionam como equipamentos urbanos fundamental para a recreação de toda uma comunidade, trazendo o homem junto a natureza proporcionando, tanta qualidade ambiental, quanto qualidade de vida. (GOMES, 2014)

II.Os Parques Lineares são corredores verdes interligados aos córregos destinados a recreação, fazendo ligação com as áreas esportivas, proporcionando segurança e a conexão entre os bairros. (SCALISE, 2002)

III.Os Parques temáticos são fenômenos pós-modernos, difundindo a arte e a vida possuindo a liberdade formal onde transmitem uma simbologia podendo retroceder ao passado ou utilizar o futurismo. (ASHTON, 1999)

IV. Jardins Botânicos desempenham grande papel para a conservação vegetal, tendo como objetivo difundir a conscientização sobre a importância da preservação da natureza tanto para o ecossistema como para nossas vidas. (WILLISON, 2003)

V. As Praças são espaços livres ao público com função social, localizada dentro da cidade com área semelhante à de uma quadra, contendo mobiliário, vegetações e canteiros. (FERREIRA, 2007)

2.3. Tipo escolhido

Segundo Franco (2008) os Parques Ecológicos consistem em abordar a natureza como um local sagrado aos olhos do homem, colocando em segundo plano a existência das coisas materiais como por exemplo os mobiliários. O termo ecologia consiste em ciência do habitat, sendo este utilizando nos parques como objetivo de recuperar e conservar o meio ambiente, propiciando a educação ambiental no meio antrópico, complementando os valores culturais e juntamente propiciando o lazer.

3.METODOLOGIA

Neste capítulo serão abordadas as metodologias utilizadas explicando o tipo de pesquisa realizada, o método realizado para coletar as informações, e os procedimentos aplicados para chegar a conclusão do presente trabalho de conclusão de curso.

3.1.Pesquisa

Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa possui uma variada possibilidade de estudar os seres humanos e suas relações sociais em ambientes distintos, onde algumas características básicas auxilia nas pesquisas, sendo essas informações captada através de pesquisa documental, estudo de caso ou a etnografia surgindo assim a análise para o entendimento do que o pesquisador está buscando.

A Pesquisa qualitativa tem como característica nivelar as ações através da pesquisa, ele descreve, compreende e explica, levando em consideração a objetivação do fenômeno e as diferenças entre o mundo natural e o social, preocupando com os aspectos reais que não podem ser quantificados. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009)

As pesquisas qualitativas não aderem ao positivismo aplicado ao estudo da alteridade, sendo que o pesquisador não pode dar sua opinião, ou deixar levar por seu achismo ou pensamentos que possam implicar na pesquisa. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32, apud. GOLDENBERG, 1997, p.34)

Este projeto possui abordagem qualitativa do espaço urbano, onde através de análise observacional do tema apresentado será descrito de forma explicativa a relevância do projeto, buscando compreender para proporcionando parâmetros de qualidade na instalação de um centro administrativo e equipamentos urbanos do Parque Municipal Chico Mendes.

3.2.Método

Segundo Lakato e Marconi (2003) o conhecimento utiliza a razão como caminho para chegar a verdade, no caso da pesquisa é utilizado o método dedutivo onde pressupõe que existe verdades afirmadas que institui a dedução para o conhecimento de determinado tema, onde se os argumentos são verdadeiros a conclusão deverá ser verdadeira.

Gil (2008) diz que o método dedutivo parte do princípio da verdade sendo esse indiscutível, chegando a conclusões através da lógica dos fatos, tal método possui suas contestações pois o mesmo ponto de vista sobre o resultado, pode apresentar a mesma ideia, porém com formas distintas.

Para Silveira e Córdova (2009) o silogismo é a matriz para chegar à finalização de algum raciocínio, onde através de duas hipóteses uma terceira surge, induzindo a uma conclusão específica.

Tendo em vista a pesquisa, busca-se através do método dedutivo a conclusão de padrões e para a implantação do projeto, levando em consideração o contexto social, relação entre o meio ambiente e o meio urbano, utilizando através do Estudo de caso coleta e análise de dados para a apresentação da proposta do Parque Municipal Chico Mendes.

3.3.Procedimento

Para Gil (2008) o procedimento monográfico parte do estudo aprofundado de resultado obtidos por vários casos semelhantes, podendo ser indivíduos, comunidades, grupos, dentre outros.

A Monografia consiste no tratamento escrito de um tema específico, podendo ser apresentada como iniciação à ciência com sentido mais amplo, ou de pesquisa científica, tendo seu sentido restrito. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009)

O método monográfico equivale a observação de determinados grupos, profissões, comunidades, com o intuito de adquirir informações generalizadas, podendo abranger atividades de grupo social, respeitando a vida do grupo em conjunto, preservando a desagregação dos seus elementos, (LAKATO; MARCONI, 2003)

Para fundamentar a proposta, busca-se através da investigação em todos os seus ângulos e parâmetros arquitetônicos e urbanísticos estudar a melhor idealização do projeto.

4.REFERENCIAL ARQUITETÔNICO

Neste capítulo será apresentado referências de Obras Arquitetônicas em âmbito Internacional e Nacional, fazendo posteriormente uma análise de seus principais destaques.

4.1.Obras Internacionais

4.1.1.Parque Zaryadye

O Parque Zaryadye está localizado em Moscou na Rússia, próxima a catedral de São Basílico, da Praça Vermelha e do Kremlin. Possui uma área de 35 hectares, onde o Arquiteto Chefe Sergey Kuznetsov e a Cidade de Moscou com o intuito de modifica o espaço comercial privado em um parque público elaborou um concurso em 2012, onde a empresa de projeto internacional liderado por Diller Scofidio + Renfro (DS+R), Hargreaves Associates e Citymakers foram os vencedores dentre os 27 países diferentes que estavam concorrendo pela elaboração do projeto. (ARCHDAILY, 2018)

Figura 23: Perspectiva Parque Zaryadye



Fonte: Archdaily, 2018.

Segundo Louzas (2013) o Parque Zaryadye é o elo que faltava para completar a coleção de monumentos e distritos urbanos mundialmente famosos que formam o centro de Moscou, o parque possui vegetação típica russa e controle de temperatura através de mecanismos de força de vento e incidência de luz natural, dentre as paisagens naturais estão divididas em quatro: tundra, estepe, floresta e pântanos, estas zonas são organizadas em terraços que descem de nordeste a sudoeste, podendo receber atividades por todo o ano.

Ficha técnica:

Arquitetos: Diller Scofidio e Rendro;

Localização: Ulitsa VArvarka, 8c1, Moscou, Rússia;

Paisagismo e Masterplan: Hargreaves Associates;

Desenho Urbano: Citymakers;

Área: 102.000m²;

Ano do Projeto: 2017;

Arquitetura e Engenharia: Mahpi;

Especialista em Vegetação Nativa: Arteza;

Construção: Mosinzhproekt.

Figura 24: Vista Aérea Parque Zaryadye



Fonte: Archdaily, 2018.

De acordo com o Archdaily (2018) a ideologia do projeto era apresentar as tecnologias de construção recentes e a sustentabilidade, empregando espaços públicos diferentes como praça urbana, espaço social, equipamento cultural e espaços recreativos, para tal foi utilizado elementos característicos do distrito histórico de Kitay-Gorod e a junção do jardim do Kremlin com a simetria e elementos naturais entrelaçados com artificiais.

Figura 25: Espaço Social



Fonte: Archdaily, 2018.

Figura 26: Implantação Geral

Fonte: Archdaily, 2018.

4.1.2. Parque High Line

O High Line é um Parque linear, localizado em uma via férrea elevada em Nova York que foi abandonada em 1980, com aproximadamente 2,50 km em sua primeira fase e atualmente chegando a 3,75 km de distância, foi construído em 2009 com o intuito de ligar a área verde com os arranha-céus de Manhattan, possui 8 metros de altura e liga 3 bairros (Meatpacking, West Chelsea e Midtown West.), para a construção por ser um local elevado e com muita ferragem foi realizado um sistema de drenagem e uma nova camada de concreto, fazendo o restauro da estrutura e impermeabilização da mesma. (VIEGAS-LEE,2009)

Figura 27: High Line Park

Fonte: Jovare, 2012.

Segundo Fidelman do New York Times (2013) o Parque foi uma maneira de tirar a estrada de ferro da rua, ficando sem utilidade durante 30 anos, quando estava preste a ser demolida dois residentes de Manhattan, Joshua David e Robert Hammond formaram a Friends of th High Line, procurando realizar sua preservação e transformá-la para o uso público, sendo após uma década de campanhas de arrecadação e restauração realizado a inauguração do parque.

Ficha Técnica:

Arquitetura: Escritório Diller Scofidio + Renfro

Paisagismo: James Corner Field Operations

Localização: Nova York, NY 10011, EUA

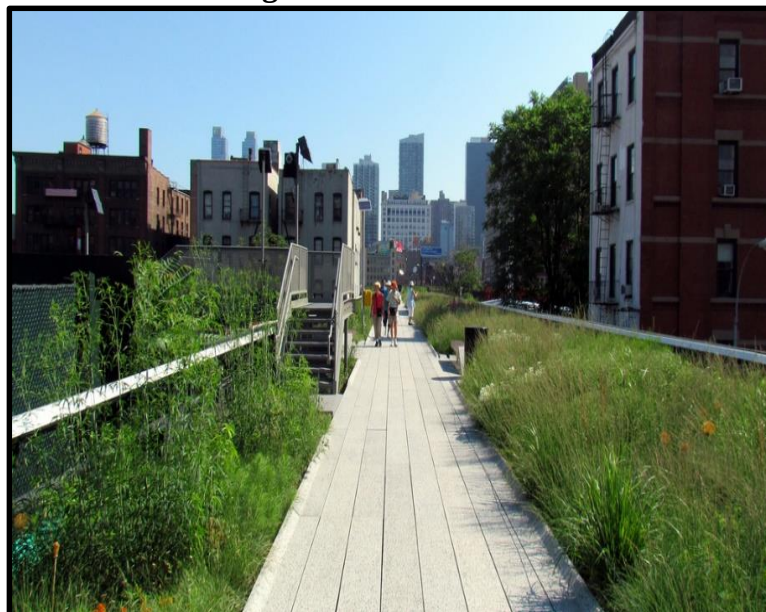
Área: 3,75 km

Ano do Projeto: 2009

Prêmios: Veronica Rudge Green 2017 em Design Urbano

Material predominante: Ferro e Concreto armado

Figura 28: Área Verde



Fonte: David Berkowitz, 2011.

Em uma publicação da Au Pini (2009) ressaltou que o seu jardim colorido e vibrante possui mais de mil árvores e 50 mil mudas de vegetação diversa, possui luminárias de LED de alta eficiência junta aos trilhos iluminando todo o caminho por toda a noite. Com a construção do parque o bairro deixou de ser uma área industrial e passou a ter mais prédios e espaços para lazer com diversos restaurantes, cafés e galerias de arte

Figura 29: Localização High Line Park



Fonte: Mulher casada viaja, 2014.

4.1.3. Central Park

Segundo o Central Park Conservancy (2018) em 1853 a Assembleia Legislativa do Estado de Nova York criou uma lei sobre a criação de uma área de 750 acres de terras em Manhattan para a criação de um parque público paisagístico, gerando uma competição em 1858 com a vitória do Paisagista Frederick Law Olmsted e pelo Arquiteto Calvert Vaux.

Figura 30: Vista Aérea Central Park



Fonte: Mohogany, 2017.

O local estava parcialmente alagado e possuía muitas pedreiras, fazendas de porcos e barracos de posseiros, tendo como referência o palácio de Cristal na Inglaterra os projetistas idealizaram um local onde as pessoas pudessem se sentir em local agradável, distante da metrópole moderna, do caos e da violência. (ANDRADE, 2010)

Figura 31: The Mall

Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

O Central Park Conservancy (2018), em seu site sobre a história do parque menciona que houve uma exigência quanto as ruas, onde deveria ser incluído quatro ou mais estradas transversais, sendo essas criadas entre a densa vegetação, assegurando aos visitantes o passeio por todo o parque. Dentre as ruas estão: 65th Street, 79th Street, 86th Street e 96th Street. Para Morales (2007) o projeto de urbanização nos EUA foi ainda a mais que essas ruas, onde recortou a ilha de Manhattan e formou o Central Park:

“Esse plano recortava a ilha de Manhattan com uma malha uniforme de vias ortogonais, ou seja, 12 avenidas no sentido longitudinal, com quase 20 quilômetros de comprimento, 115 ruas perpendiculares e elas, em cinco quilômetros cada uma, e um imenso parque, o Central Park”. (MORALES, 2007)

Figura 32: Passagem de Pedestre sob a 65th Street

Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

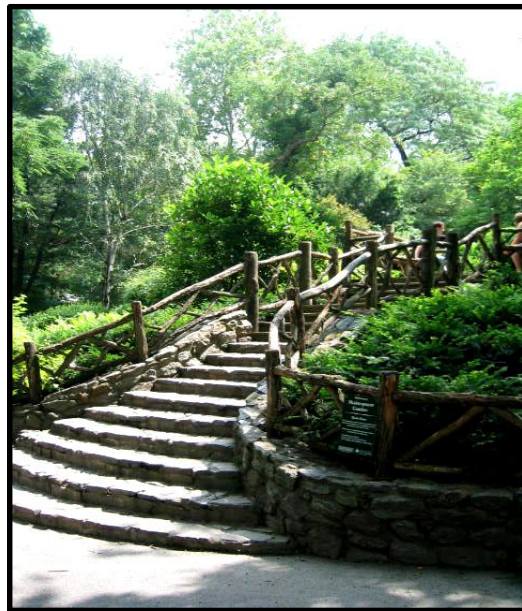
O Park também oferece espaços culturais para a música e artes visuais, a observação de pássaros, estudo da botânica, esportes ativos como passeios de barco, patinação em gelo, beisebol, tênis e atividades ao ar livre. (CENTRAL PARK CONSERVANCY, 2018)

Figura 33: Alice País Maravilhas



Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

Figura 34: Jardim Shakespeare



Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

Ficha Técnica

Arquitetura: Calvert Vaux.

Paisagismo: Frederick Law Olmsted

Localização: Nova York, EUA

Área: 3,04 km²

Ano do Projeto: 1858

Figura 35: Lago Ramble



Fonte: Mohogany, 2017.

Figura 36: The Loch

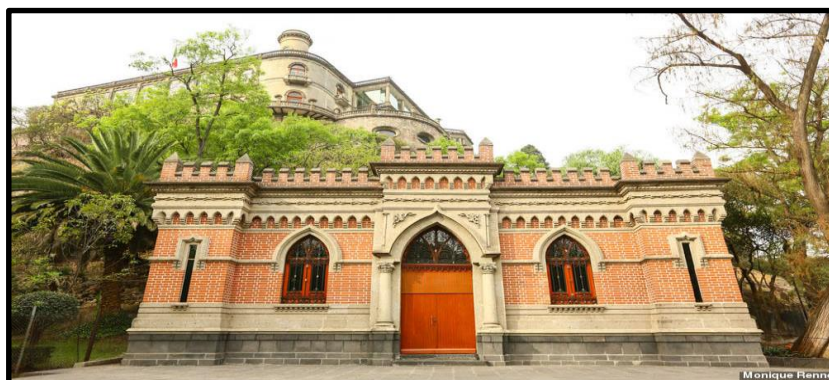
Fonte: Mohogany, 2017.

4.1.4. Chapultepec Park

Conhecido também como Bosque Chapultepec é um espaço verde localizado na Cidade do México com área de 1,600 acres separado em três seções distintas, o nome de Chapultepec significa Hill of the Grasshopper (“Chapul” – gafanhoto e “Tepec” – Colina), que vem da língua falada pelos astecas. (THE HESS JOURNEY, 2018)

A história do parque surgiu nos tempos pré-hispânicos, em 1428 o Arquiteto e poeta-rei de Texcoco construí um palácio de verão a leste da colina, anos depois o imperador Montezuma Xocoyotzin construiu um zoológico próximo ao pé da colina. (THE HESS JOURNEY, 2018)

De acordo com o site melhores destinos (2018) o parque possui vastos jardins com vista panorâmica do alto do Castillo Chapultepec, construção datada do século XVIII sendo construída na época para a casa de campo do Rei da Nova Espanha, assim como foi residência do presidente Lazaro Cardenas de 1883 a 1941.

Figura 37: Castillo Chapultepec

Fonte: Melhores Destinos, 2018.

O Parque possui um monumento chamado de Los Niños Heroes, criado pelo arquiteto Enrique Aragón e Escultor Ernesto Tomariz em 1952, o monumento retrata a Guerra Mexicano – Americana, onde na batalha seis cadetes jovens perderam suas vidas protegendo o local que funcionava como uma escola militar. (THE HESS JOURNEY, 2018)

Figura 38: Los Niños Heroes



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

Segundo o The Hess Journey (2018) o parque passou por reformas entre o período de 1898 e 1910, através de iniciativa do secretário José Yves Limantour, onde foram criadas avenidas, estradas, construídas auditórios, fontes, praças, lagos, espelhos d'água e monumentos históricos.

Figura 39: Praça



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

O zoológico do Parque foi fundado em 1927 pelo biólogo Afonso L. Herrera, em 1992 e 1994 o parque passou por uma readequação onde atualmente possui 2000 animais de cerca de 250 espécies, sendo separados de acordo com seu habitat. (THE HESS JOURNEY, 2018)

4.1.5. Jardim Botânico de Cingapura

O Jardim Botânico é um bosque de árvores artificiais, está localizado em Cingapura na ponta sul da Península Malaia, tem como objetivo de garantir a sustentabilidade do local, fazendo a absorção de água da chuva para irrigação dos jardins, absorção do sol para transformar em energia, sendo esses utilizados em suas atividades cotidianas. (FEIJÓ, 2018)

De acordo com Feijó (2018) os responsáveis pelo projeto foram os arquitetos britânicos Wilkinson Eyre e os arquitetos paisagistas Grant Associates, o complexo de jardins possui 101 hectares, foi inaugurado em 2012 e venceu 16 prêmios.

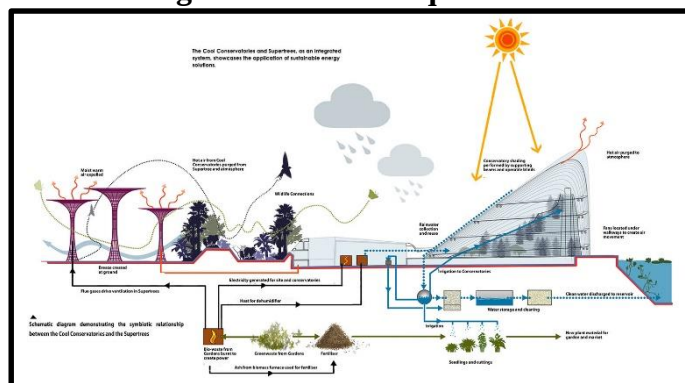
Figura 40: Vista Aérea Jardim Botânico de Cingapura



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

As tecnologias dos jardins são todas voltadas a sustentabilidade onde criam microclima para as plantas, os envelopes são as chaves para as estufas, possuem painéis Low-e onde conseguem absorver 65 % de luz incidente, deixando a luz entrar e reduzindo o calor solar em até 35%. (FILHO, 2013)

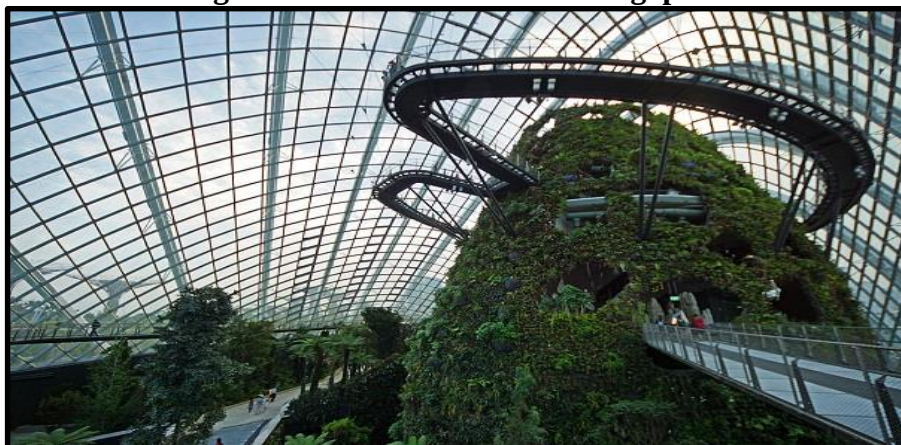
Figura 41: Corte Esquemático



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

Segundo Filho (2013) o Bosque possui duas cúpulas de aço e vidro ambas funcionam como estufas, a Dome Flower possui bioma seco e frio com flores e plantas de vários lugares e destaque para os baobás e cactos, a outra estufa é o Cloud Forest seu bioma é úmido e frio composto por plantas e flores tropicais que formam uma imensa floresta tropical.

Figura 42: Estufa Jardim de Cingapura



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

De acordo com o Britto (2012) o projeto é constituído de 18 árvores onde suas estruturas funcionam como jardins verticais, sendo cobertos por samambaias, epífitas e trepadeiras tropicais, onze árvores possuem painéis solares fotovoltaicos que geram eletricidade, as árvores mais altas são conectadas por uma passarela que leva ao topo de 50 metros para um bistrô, onde oferece uma vista da baía e dos jardins.

Figura 43: Perspectiva Jardim Botânico de Cingapura



Fonte: Melhores Destinos, 2018.

4.2.Obras Nacionais

4.2.1.Parque Ibirapuera

O Parque Ibirapuera está localizado na cidade de São Paulo, foi projetada por Oscar Niemeyer em 1951, possuindo uma arquitetura moderna, em seu programa de necessidade possui um conjunto de cinco edifícios culturais, induzindo a cultura e o lazer. (PEREIRA, 2018)

Segundo Pereira (2018) o projeto foi inaugurado em 1954 em uma área de 1,5 milhões de metros quadrados conformado por importante perímetro e eixos viários paulistanos (Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida Vinte e Três de maio, Avenida Quarto centenário e Avenida República do Líbano), instituiu o harmonioso arranjo.

Figura 44: Implantação Geral Parque Ibirapuera



Fonte: Archdaily, 2018.

De acordo com o Archdaily (2018) dentre os edifícios projetados no parque estão:

- Palácio das Exposições

Batizado como Pavilhão Lucas Nogueira Garcez foi concluído em maio de 1954, a edificação possui planta circular com uma grande cúpula.

- Palácio dos Estados

Originalmente batizado de Palácio dos Estados, a construção foi concluída em 1953, em sua área externa possui pilotis em V, sustentando o edifício como mãos francesas.

Figura 45: Palácio dos Estados



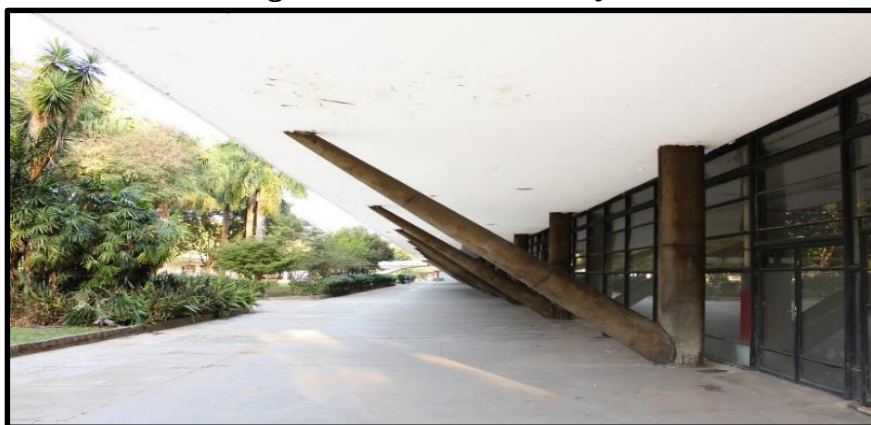
Fonte: Archdaily, 2018.

Os acessos aos diferentes pavimentos são feitos por largas rampas, que além de conduzir o visitante de maneira surpresa na transição entre os pavimentos, ainda permitem fácil percurso das obras à montagem de exposições.

•Palácio das Nações

O Palácio das Nações, atualmente nomeado como Pavilhão Manoel de Nóbrega, funciona como sede do Museu Afro Brasil e foi concluído em dezembro de 1953, dispondo de 11 mil metros quadrados construídos, divididos em três pavimentos. (ARCHDAILY, 2018)

Figura 46: Palácio das Nações



Fonte: Archdaily, 2018.

Ficha técnica

Arquiteto: Oscar Niemeyer

Localização: Av. Pedro Álvares Cabral - Vila Mariana, São Paulo - SP, Brasil

Ano de início do projeto e/ou Ano de início da construção: 1951

Área: 1.5 milhões de m².

Figura 47: Palácio das Exposições



Fonte: Archdaily, 2018.

4.2.2. Parque Madureira

De acordo com Archdaily (2016) o Parque Madureira foi inaugurado em junho de 2012 com uma área de 109.000 m², está localizado no Rio de Janeiro, a empresa responsável pelo projeto foi a RRA - Ruy Rezende Arquitetos, o projeto nasceu baseado em um programa de educação socioambiental, envolvendo a prefeitura e a sociedade.

Figura 48: Perspectiva Madureira



Fonte: Archdaily, 2016.

Para a Galeria da Arquitetura (2018) o idealizador do projeto foi o secretário municipal de obras da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o Engenheiro Mauro Bonelli, buscou através de medidas socioambientais e educativas envolver a sociedade ao projeto proporcionando lazer, cultura e esporte para os visitantes do Parque, para tal uma das diretrizes passada ao escritório RRA foi a sustentabilidade e o aspecto cultural da região.

Figura 49: Centro de Educação Ambiental



Fonte: Galeria da Arquitetura, 2018.

Ficha Técnica

Localização: Rio de Janeiro, Brasil.

Início do projeto: 2011

Conclusão da Obra: 2012

Área do terreno: 108.870 m²

Área Construída 93.553 m²

Arquitetura: Ruy Rezende Arquitetura

Certificação LEED: AQUA

Construção: Delta

Consultoria em Conforto Ambiental e Sustentabilidade: Entec Engenharia

Engenharia estrutural – estrutura de Concreto: SBrasil Engenharia

Projeto de Iluminação: Schreder

Tipo de obra: Praças e Parque

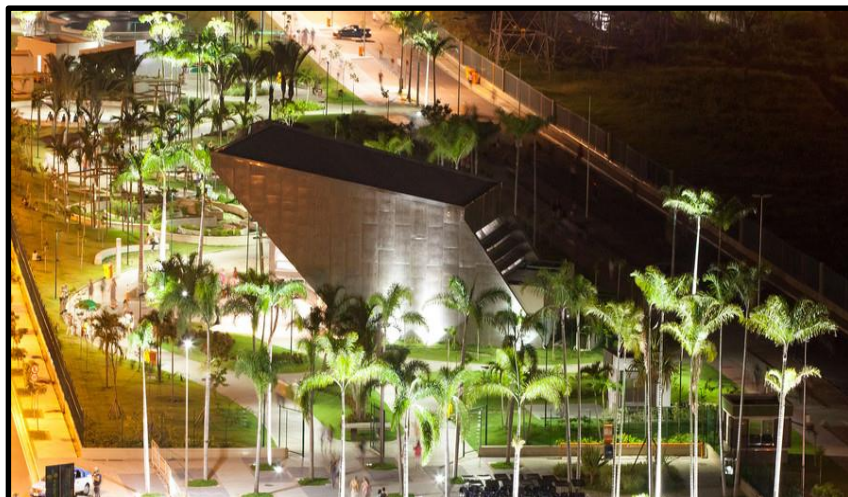
Tipologia: Urbanismo

Materiais predominantes: Concreto, Madeira, Pedras e tijolos

Diferenciais técnicos: Sustentabilidade

Ambientes e Aplicações: Corredores e caminhos, Áreas de lazer, Energia renovável, fontes e espelhos d'água e vistas e paisagens.

Figura 50: Perspectiva



Fonte: RRA Projetos, 2018.

Segundo Rezende (2012) o Parque tem como objetivo renovar o espaço urbano em sua volta expandindo para toda a cidade, está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, possui uma área de urbanização de 99,93% com áreas reduzidas para áreas naturais e ausência de áreas de lazer, ginástica, passeio e encontro.

Figura 51: Área de Lazer



Fonte: Archdaily, 2016.

Segundo o site Galeria da Arquitetura (2018) o espaço possui quadras polivalentes, de futebol, academias ao ar livre, ciclovias e estações de bicicleta, área de tênis de mesa e bocha, Praça do Samba, centro de educação Ambiental, Praia da Madureira e o Skate Park. Com sistema de irrigação controlado por sensores meteorológicos foram implantados em seu paisagismo mais de 800 árvores e 400 palmeiras com recursos de energia solar, controle de resíduos sólidos, sistema de reuso

de água, pisos permeáveis e utilização de lâmpadas de LED. A inauguração do parque levou a ampliação de aproximadamente 3 km de extensão, com o mesmo conceito do parque original atravessando mais 6 bairros.

Figura 52: Praça do Samba



Fonte: Galeria da Arquitetura, 2018.

4.2.3. Parque Barigui

Segundo Castelnou (2006) o local foi transformado em Parque em 1972 pelo prefeito e Arquiteto Jaime Lerner, possuindo uma grande área de 1.400.000 m² no centro da cidade, com uma vasta fauna e flora nativa e migratória, locais para a prática de exercícios físicos, trilhas ecológicas, pista de patinação, ciclovias, dentre outros.

Figura 53: Implantação Geral Parque Barigui



Fonte: Parque Barigui, 2018.

O Parque faz parte de uma política municipal de preservação de fundos de vale, evitando a poluição dos rios, protegendo a mata ciliar, para tal o bosque possui floresta primária nativa e por florestas secundárias, com animais nativos como garças-brancas, tico-ticos, gambás e o famoso Jacaré do papo amarelo. (CURITIBA, 2018)

Figura 54 Lago Barigui



Fonte: Parque Barigui, 2018.

Em seus equipamentos possui, pavilhão de exposições, museu de automóvel, Salão de atos e Centro de Convenções, sede da Secretaria municipal do Meio Ambiente, Bistrô da Função de Ação Social, Academia Municipal Professora Judith Passos, Canchas esportivas, pista de corrida, ciclovia e pista de uso misto, trilhas nos bosques, sanitários públicos, pista de patinação e Aeromodelismo, EXPO Renault. (CURITIBA, 2018)

Figura 55: Expo Renault

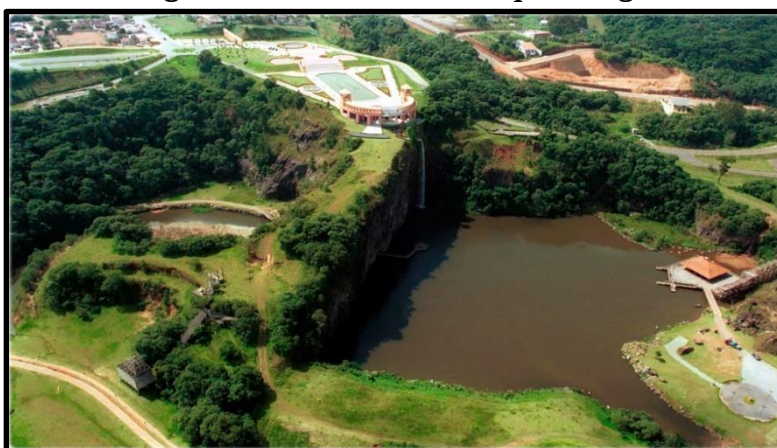


Fonte: Parque Barigui, 2018.

4.2.4. Parque Tanguá

O Parque Municipal Tanguá está localizado na Rua Eugênio Flor entre os bairros Taboão e Pilarzinho na cidade de Curitiba, antes era uma pedreira desativada sendo inaugurado em 1996, possui uma área de 235 mil m². O local é constituído por uma preserva natural com muitas árvores nativas dentre elas as Araucárias, no local pode disfrutar de passeio em lagos e túnel artificial (Figura 56). (CURITIBA, 2018)

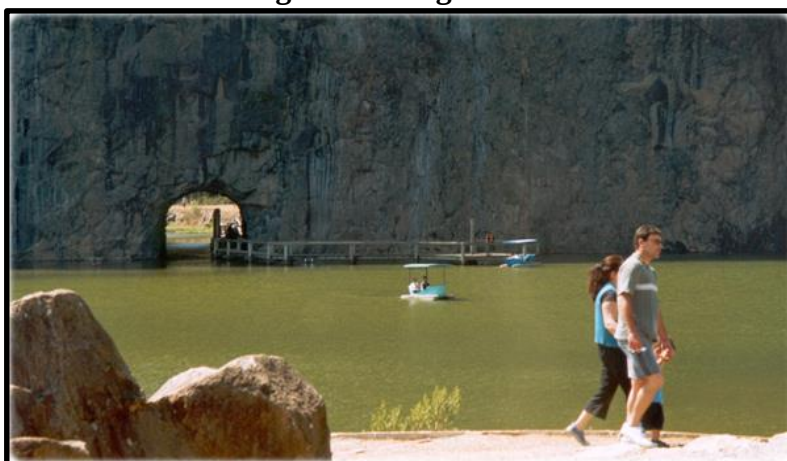
Figura 56: Vista Aérea Parque Tanguá



Fonte: Parque Tanguá, 2018.

Segundo a FUPEF (Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 2018) o nome Tanguá vem da língua indígena local e significava “Baía das Conchas” e sua criação tem como objetivo a preservação ambiental, impedindo as invasões em áreas de risco de enchentes, além de educação ambiental, cultura, esporte e lazer, a criação surgiu a partir do decreto municipal nº 602 em 03 de junho de 1997.

Figura 57: Lago e Túnel



Fonte: Parque Tanguá, 2018.

O Parque possui um Jardim conhecido pelo nome de Poty Lazarotto com uma área arborizada e um chafariz retangular, próximo tem uma construção com um mirante com vista para todo o parque (Figura 58). (FUPEF, 2018)

Figura 58: Jardim Poty Lazarotto



Fonte: Parque Tanguá, 2018.

De acordo com a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (2018) a infraestrutura do parque está equipada com uma ciclovia, área com churrasqueiras, estacionamento, passarela que dá vista para a cascata, Pista de Cooper, caramanchão, sanitários, concha esportiva, espelho d'água, lanchonete e um bistrô.

Figura 59: Jardim Parque Tanguá

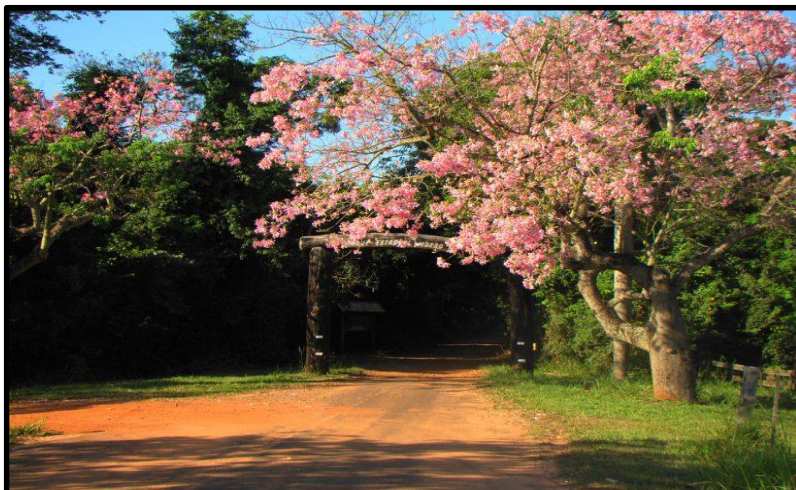


Fonte: Parque Tanguá, 2018.

4.2.5. Parque Estadual Morro do Diabo

De acordo com o Governo do Estado de São Paulo (2018), em 1941 foi criado uma reserva no local, onde somente em 1986 tornou-se Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD), abrigando uma área de 33.845,33 hectares está situado no município de Teodoro Sampaio na SPV Rubens Carlos Herling, Km 11, Bairro Córrego Seco.

Figura 60: Entrada Principal Parque Estadual Morro do Diabo



Fonte: Fundação Florestal, 2018.

O Clima da região é seco, verão quente e úmido e subtropical, no inverno constitui uma massa tropical atlântica com períodos secos e as temperaturas variam entre 13°C a 32°C com média anual de 21°C. (SÃO PAULO, 2018)

Figura 61: Passarelas



Fonte: Fundação Florestal, 2018.

Para o Governo do Estado de São Paulo (2018) estima-se que o Parque possui 1.200 indivíduos dentre as espécies de fauna estão mico-leão-preto, anta, queixada, puma, onça-pintada. A flora o parque reserva espécies importantes como a peroba-rosa para a recuperação de áreas degradadas.

O morro do Parque é composto por um conjunto de rochas com características próprias, formados por arenitos endurecido, atualmente seu topo está a 600 metros acima do nível do mar e o ponto mais baixo está a 280 metros do nível do mar. MOURA (2017)

Figura 62: Morro do Diabo



Fonte: Fundação Florestal, 2018.

4.3. Análise das referências Arquitetônicas

Nas figuras abaixo serão apresentados uma análise dos destaques das obras em âmbito Internacional e Nacional. Onde através deste será possível observar os destaques de cada obra, os elementos que mais chamaram a atenção dos visitantes assim como os parâmetros que contribuíram para uma melhor apresentação do conjunto arquitetônico.

Figura 63A– Quadro de Destaque de Referências Internacionais.

Obras Internacionais	Destaques
Parque Zaryadye	1. Mirante
	2. Sustentabilidade
	3. Acessibilidade
	4. Elementos Naturais
	5. Formas onduladas

Fonte: Elaborada pela Autora, 2018.

Figura 63B– Quadro de Destaque de Referências Internacionais.

Parque High Line	1. Uso da madeira
	2. Vegetação rasteira
	3. Sustentabilidade
	4. Luminárias de LED
	5. Elevada do Piso
Central Park	1. Acessibilidade
	2. Esculturas
	3. Paisagismo
	4. Jardim
	5. Vegetação de grande Porte
Chapultepec Park	1. Esculturas
	2. Lagoas
	3. Conservação ambiental
	4. Fonte
	5. Museus
Jardim Botânico de Cingapura	1. Sustentabilidade
	2. Uso do aço
	3. Jardim Vertical
	4. Bistrô
	5. Painéis de Low-e

Fonte: Elaborada pela Autora, 2018.

Figura 64 – Quadro de Destaque de Referências Nacionais.

Obras Internacionais	Destaques
Parque Ibirapuera	1. Pilotis em V
	2. Acessibilidade
	3. Lago
	4. Viveiro
	5. Fácil acesso
Parque Madureira	1. Sustentabilidade
	2. Energia eólica
	3. Centro de educação ambiental
	4. Lâmpadas de LED.
	5. Sensores Meteorológicos
Parque Barigui	1. Fácil acesso
	2. Trilhas ecológicas
	3. Academias ao ar livre
	4. Ciclovia
	5. Pista de Aerodelismo
Parque Tanguá	1. Chafariz
	2. Espelho d'água
	3. Mirante
	4. Cachoeira
	5. Túnel
Parque Estadual Morro do Diabo	1. Unidade de conservação Ambiental
	2. Bistrô
	3. Passarela
	4. Trilha
	5. Museu

Fonte: Elaborada pela Autora, 2018.

5. PROGRAMA DE NECESSIDADE

O capítulo abordará quadros comparativos para análise dos ambientes e elementos utilizados nas referências internacionais e nacionais, fazendo levantamento e então conseguir definir parâmetros para o programa de necessidade do projeto de conclusão do curso, formando posteriormente o estudo de massa que irá distribuir a setorização mostrando as medidas e a volumetria que o projeto apresentará, assim como o fluxograma que proporcionará ao leitor um melhor entendimento para as ligações entre os ambientes.

5.1. Quadro Resumo

Figura 65 – Quadro de Resumo das Referências Internacionais.

SETOR	ELEMENTOS INFRAESTRUTURA	ZARYADYE PARK	HIGH LINE PARK	CENTRAL PARK	CHAPULTEPEC PARK	JARDIM BOTÂNICO CINGAPURA
SERVIÇO	Administração	X	X	X	X	X
	Banheiro Público	X	X	X	X	X
MOBILIÁRIO URBANO	Assentos	X	X	X	X	X
	Iluminação Pública	X	X	X	X	X
	Lixeiras	X	X	X	X	X
PAISAGISMO	APP	X	X	X	X	X
	Jardim	X	X	X	X	X
	Estufa	X	X	X	X	X
LAZER E VIVÊNCIA	Praça Urbana	X	X	X	X	X
	Playground	X	X	X	X	X
	Mirante	X	X	X	X	X
	Lagoa	X	X	X	X	X
CULTURA	Museu	X	X	X	X	X
	Galerias	X	X	X	X	X
	Teatro	X	X	X	X	X
	Zoológico	X	X	X	X	X
ALIMENTAÇÃO	Mercado	X	X	X	X	X
	Restaurante	X	X	X	X	X
	Cafeteria	X	X	X	X	X
ESPORTE	Quadras Poliesportiva	X	X	X	X	X
	Ciclovias	X	X	X	X	X
	Pista de Caminhada	X	X	X	X	X
LEGENDA						
X SIM X NÃO X INFORMAÇÃO NÃO ENCONTRADA						

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Após análise pode-se observar que a área administrativa está presente em todas as obras internacionais e nacional, assim como o paisagismo e os mobiliários urbanos, os parques possuem características distintas alguns são voltados a cultura, outros

para o esporte e outros funcionam como local de lazer, sendo alguns com atividades mistas.

Figura 66 – Quadro de Resumo das Referências Nacionais.

SETOR	ELEMENTOS INFRAESTRUTURA	PARQUE IBIRAPUERA	PARQUE MADUREIRA	PARQUE BARIGUI	PARQUE TANGUÁ	PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO
SERVIÇO	Administração	X	X	X	X	X
	Banheiro Público	X	X	X	X	X
MOBILIÁRIO URBANO	Assentos	X	X	X	X	X
	Iluminação Pública	X	X	X	X	X
	Lixeiras	X	X	X	X	X
PAISAGISMO	APP	X	X	X	X	X
	Jardim	X	X	X	X	X
	Estufa	X	X	X	X	X
LAZER E VIVÊNCIA	Praça Urbana	X	X	X	X	X
	Playground	X	X	X	X	X
	Mirante	X	X	X	X	X
	Lagoa	X	X	X	X	X
CULTURA	Museu	X	X	X	X	X
	Galerias	X	X	X	X	X
	Teatro	X	X	X	X	X
	Zoológico	X	X	X	X	X
ALIMENTAÇÃO	Mercado	X	X	X	X	X
	Restaurante	X	X	X	X	X
	Cafeteria	X	X	X	X	X
ESPORTE	Quadras Poliesportiva	X	X	X	X	X
	Ciclovias	X	X	X	X	X
	Pista de Caminhada	X	X	X	X	X
LEGENDA						
X SIM X NÃO X INFORMAÇÃO NÃO ENCONTRADA						

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No quadro comparativo das referências nacionais podemos observar a mistura de elementos da infraestrutura que compõem os equipamentos urbano, cada um com sua característica pessoal, proporcionando lazer, recreação, cultura, ou atividades esportivas bem como o desenvolvimento de educação ambiental.

5.2. Programa de necessidade Proposto

O programa de necessidade tem como intuito definir os ambientes através de sua funcionalidade e atividade apresentada, observando portando a relação entre o meio ambiente, o local e os usuários que serão empregados no projeto, classificando-as de acordo com seu setor e definindo a quantidade utilizada assim como a área que os ambientes irá precisar para atender a demanda.

Figura 67 – Quadro do Programa de Necessidade.

SETOR	AMBIENTES	QUANT.	ÁREA PROPOSTA	TOTAL SETOR	TOTAL
ADMINIS TRATIVO	Administração do Parque	1	475,56 m²	475,56 m²	5311,31 m²
	Banheiro Público	2	139,89 m²	279,78 m²	
	Guarita I	1	71,60 m²	71,60 m²	
	Guarita II	1	54,33m²	54,33m²	
	Estacionamento Público	1	2224,42 m²	2224,42 m²	
	Estacionamento carros elétricos	1	50 m²	50 m²	
	Banheiro Funcionários	1	139,89 m²	139,89m²	
	Depósito	1	32,78 m²	32,78 m²	
	DML	1	9,45 m²	9,45 m²	
	Pista de Pouso	1	300 m²	300 m²	
	Terminal Teleférico I	1	343,49 m²	100 m²	
	Terminal Teleférico II	1	370,30 m²	370,30 m²	
	Torre Teleférico	16	75,20	1203,20 m²	
ÁREA ESPORTIVA	Bicicletário	1	50,53 m²	50,53 m²	915,82 m²
	Rapel	1	30,00 m²	60,00 m²	
	Pista de Salto Voo Livre	1	805,29 m²	805,29 m²	
	Trilha	1	1000 m	1000 m	1000 m
ÁREA DE LAZER	Cafeteria	1	350,89 m²	350,89 m²	1724,92 m²
	Cervejaria	1	459,73m²	459,73 m²	
	Auditório	1	422,62 m²	422,62 m²	
	Playground	1	129,68 m²	129,68 m²	
	Mirante	1	362,00 m²	362,00 m²	
			7952,05 m² + 1000 metros linear		

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

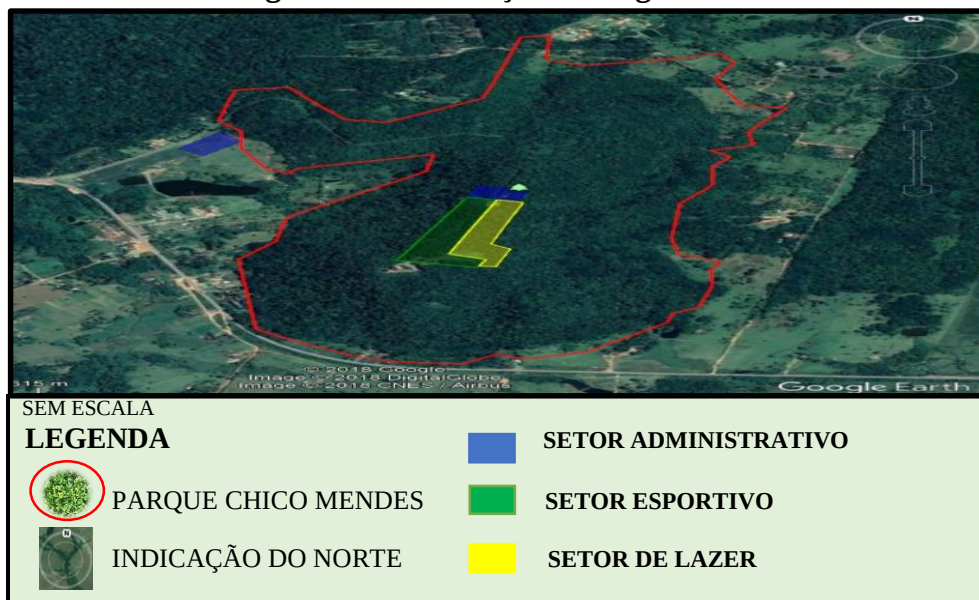
5.3.Estudo de massas

5.3.1.Setorização

Os ambientes estão separados por setores, na qual se dividem em setor administrativo, setor de esporte e setor de lazer. O setor administrativo está distribuído nas duas bases do parque, tanto na base inferior dispendo de uma área para o estacionamento, terminal de estação do teleférico, pista de pouso e guarita, quanto na base mais elevada do parque distribuindo os outros ambientes necessários para a manutenção do mesmo, o setor esportivo está distribuído na base mais elevada com pistas para a

prática de esportes radicais e outros. O Setor de lazer está distribuído na base mais elevada do parque que proporciona lazer, recreação e educação ambiental.

Figura 68: Setorização – Google Earth

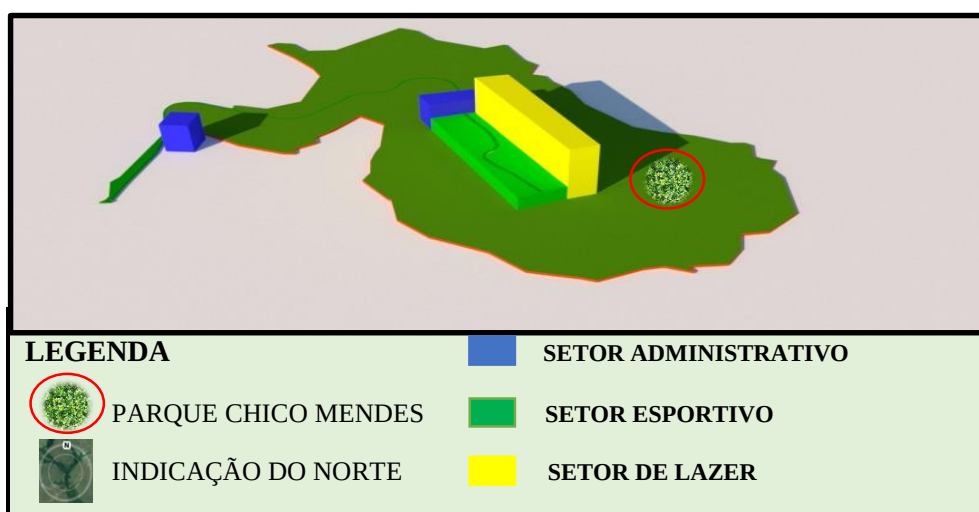


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

5.3.2. Volumetria

Os volumes estão distribuídos pelos setores, cada um com sua particularidade possuindo formas geométricas diferentes.

Figura 69: Volumetria – Google Earth

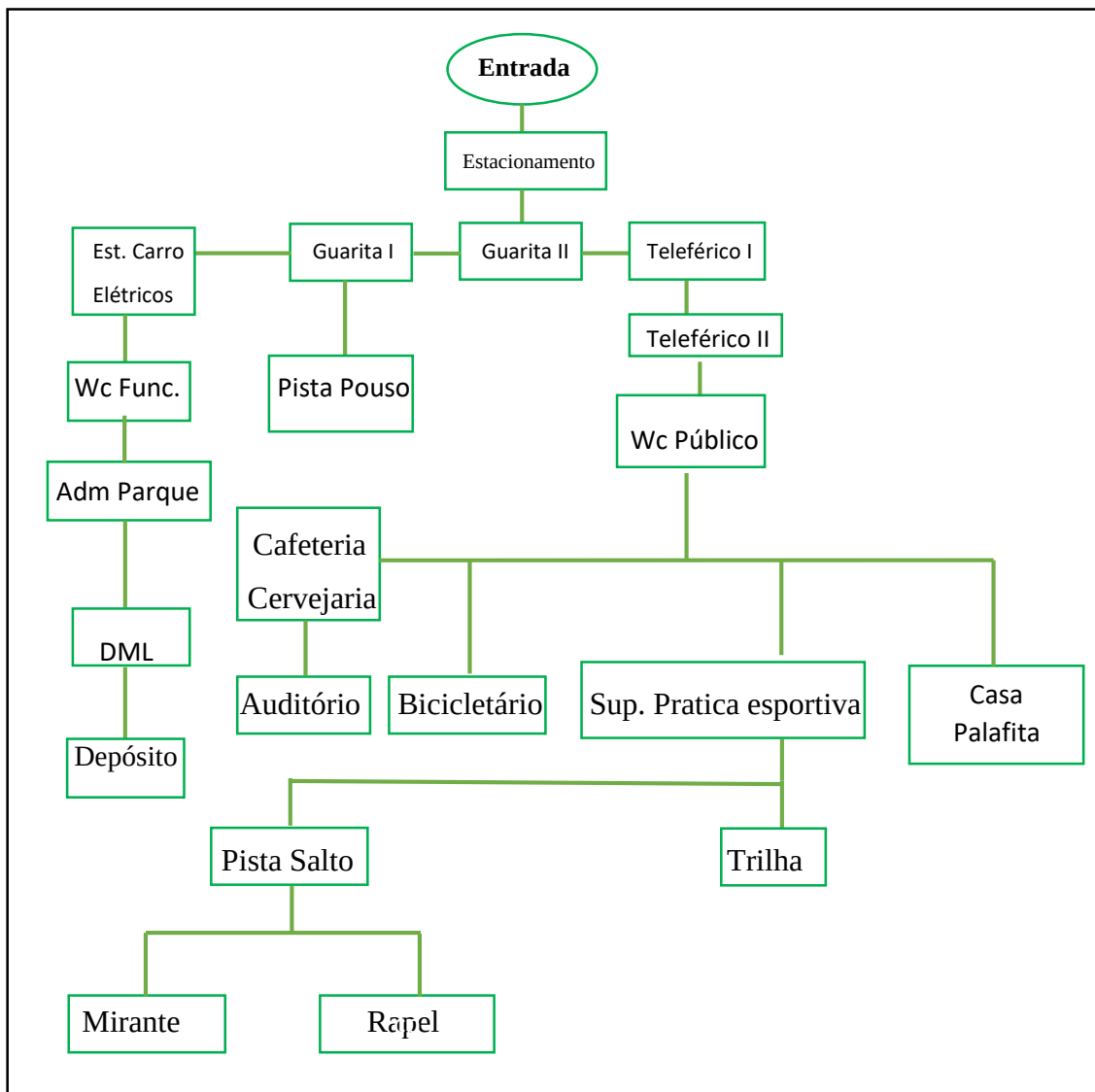


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O setor de lazer possui uma altura maior distribuindo os ambientes por todo o setor mais elevado, o setor administrativo possui um volume menor, pois é o setor voltado para os serviços do parque já o setor de esporte possui volume intermediário pois trata-se dos ambientes radicais.

5.4.Fluxograma

Figura 70 - Fluxograma do Parque Municipal Chico Mendes



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O Fluxograma tem a finalidade de representar os ambientes de acordo com as áreas que os visitantes iram percorrer, através de diagramação com uma representação esquemática disponibilizando ao leitor ou visitante a disposição das organizações do projeto arquitetônico do parque.

6. ESTUDO DE CASO DO SÍTIO

Seguindo a metodologia aplicada o presente capítulo apresentara dados coletados para a implantação do projeto, considerando pontos importantes como localização, os acessos principais, a área do lote, assim como as características encontradas do mesmo, expondo-o através de linguagem textual e visual.

6.1. Imagens

O município de Ouro Preto do Oeste originou-se através do programa de implantação de Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC-OURO PRETO), criado pelo INCRA em 1968, com iniciativa adjunta do ministério da agricultura que tinha o intuito de colonizar a Amazônia Legal, abrigando as famílias que estavam migrando do centro-sul do Brasil. Inicialmente o projeto recebeu 1.000 famílias em 157.200 hectares, onde posteriormente teve sua área ampliada devido às exigências de novos assentamentos e da intensificação do fluxo migratório que estava ocorrendo no Estado. O PIC Ouro Preto, seguiu o Código Florestal de 1965 resguardando as áreas declivosas para as APP's, e algumas áreas destinadas a Reserva Florestal.

Figura 71: Área Urbana – Google Earth



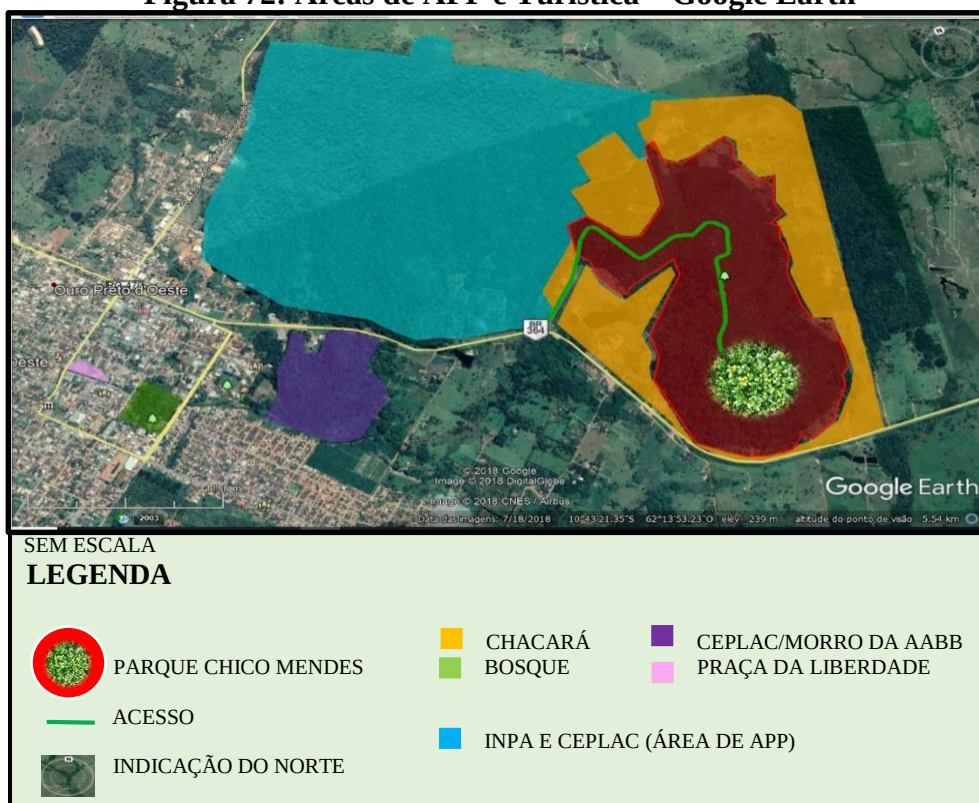
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O espaço escolhido para o projeto foi uma área que restou do assentamento de colonos por constar de uma área montanhosa e rochosa, todavia o primeiro acontecimento que resultou em um impacto ambiental no Parque foi a instalação de torres de telecomunicação da Embratel no ponto mais alto do morro, sendo feito um acesso através de uma estrada asfaltada para chegar as torres.

Posteriormente foi realizado a construção da torre de Tv Rondônia, causando a presença de moradores no local e consequentemente ocasionando impactos a flora com roças e queimadas de resíduos domésticos e material lenhoso, introduzindo também animais domésticos ao Parque.

Com esses acontecimentos o fluxo de veículos aumentou gradativamente devido à falta de água no local era necessário o abastecimento do mesmo através de caminhões pipa, assim como a manutenção das torres.

Figura 72: Áreas de APP e Turística – Google Earth



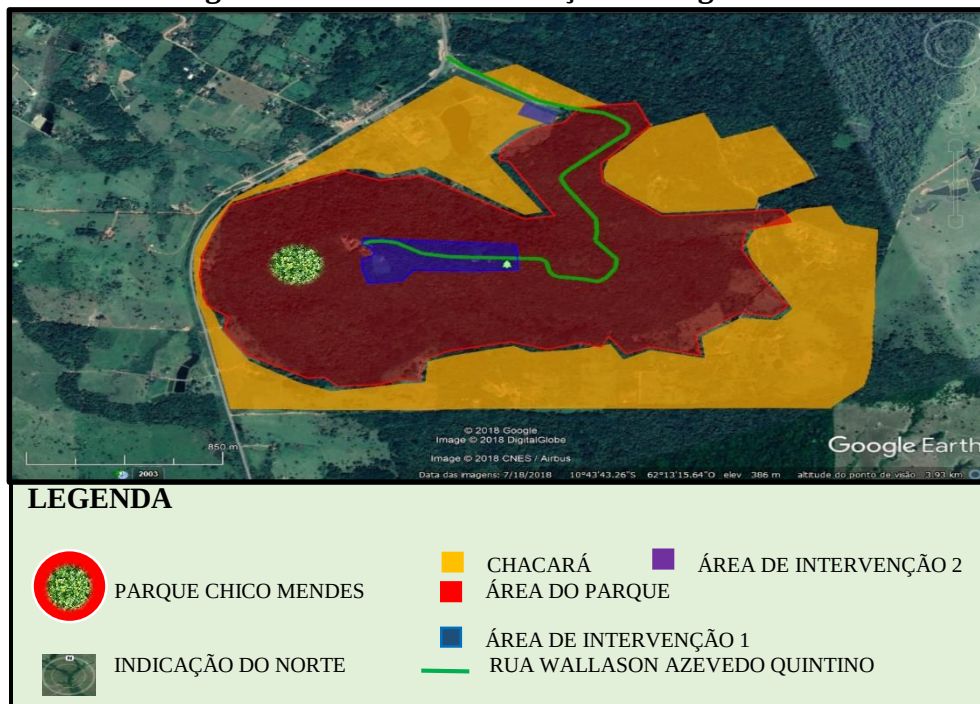
Fonte: Alterado pela autora, 2018.

Na década de 70 o Parque era denominado de Morro da Embratel, todavia em 27 de junho de 1989 foi aprovada e sancionada através da lei de nº 203 denominando-o de Parque Municipal Chico Mendes. Contudo a criação do parque não foi suficiente para

controlar as invasões das terras reservadas a proteção da floresta, sendo posteriormente descaracterizadas e registrando-as como chácaras em volta de todo o parque (figura 73).

O Parque tem por objetivo proporcionar atividades de caráter educacional, recreativo e científico.

Figura 73: Área da Intervenção – Google Earth



Fonte: Alterado pela autora, 2018.

6.2.Localização e Acessos

Será apresentado dados referente a localização do lote assim como as vias de acesso para chegar ao Parque Municipal Chico Mendes.

6.2.1.Localização

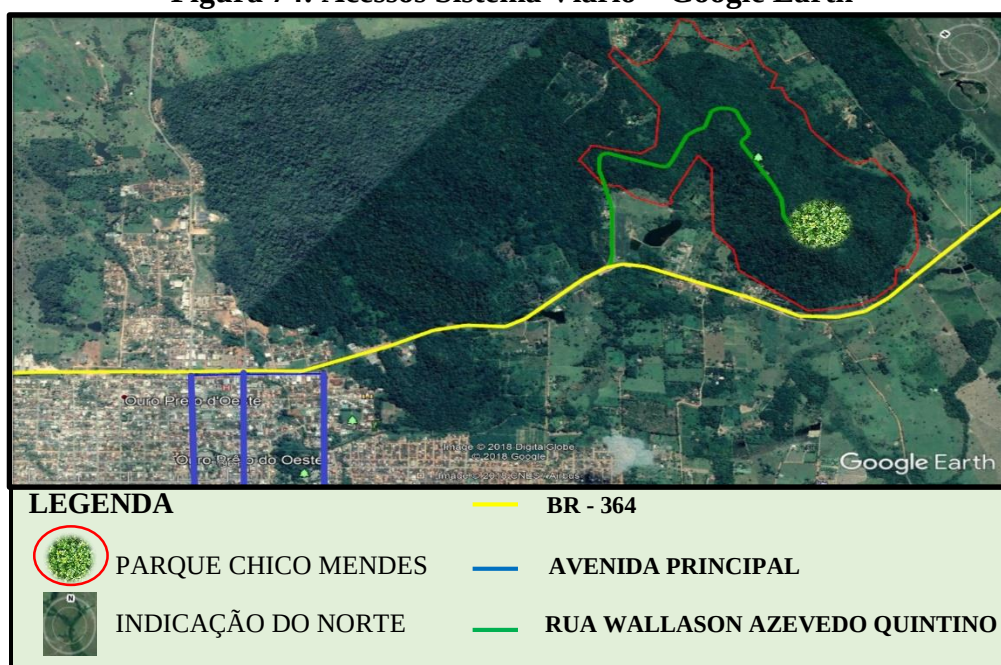
O Parque municipal Chico Mendes está localizado no perímetro Urbano da no município de Ouro Preto do Oeste, ao leste do estado de Rondônia e Microrregião de Ji-Paraná, as margens da BR – 364, a 3 km do centro da cidade e 330 km de Porto Velho.

De acordo com os dados de estudo geográfico com o sistema de posicionamento do GPS o Parque possui localização geográfica com latitude e longitude de 10°43'59'' S 062°13'19'' W, respectivamente.

6.2.2.Acessos

O acesso único do parque será pela Rua Wallason Azevedo Quintino, com aproximadamente 3.000 metros, denominado através da lei municipal de nº 960, de 30 de setembro de 2003, que será acessado pela BR-364. (Figura 74)

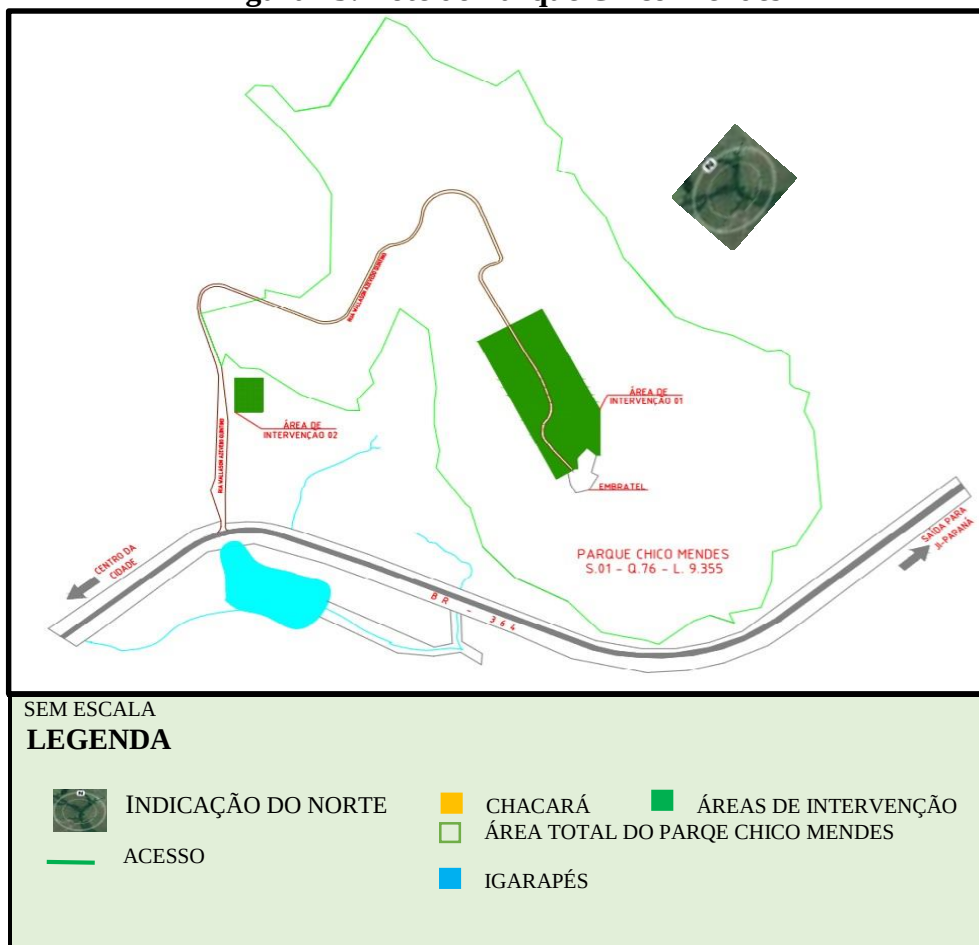
Figura 74: Acessos Sistema Viário – Google Earth



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

6.3.Lote

O lote proposto para a idealização do projeto é o território demarcado pela Lei de nº 120 de 12 de dezembro de 1986 que criou o Parque municipal, de acordo com o Código Florestal, compreendendo a uma área de elevação ao qual compõe uma serra de Ouro Preto do Oeste em perímetro urbano da cidade sendo este registrado com matrícula atual de número 13.267, o Lote mencionado possui número 9.355 da quadra 76 do setor 01, (Figura 75).

Figura 75: Lote do Parque Chico Mendes

Fonte: Elaborado pela Autora, 2018.

6.3.1. Medidas

O Parque Municipal Chico Mendes possui uma área de 1.956.464,31 m² (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados), confrontando-se com chácaras e a CEPLAC. O Perímetro está demarcado por marcos e a indicação do Norte pode ser vista na (figura 75).

Para o desenvolvimento do projeto a área total delimitada corresponde a 123.512,66 m², sendo dividida em uma área com 108.484,53 m² para instalação de um centro administrativo e equipamentos urbanos na área já explorada e mais elevada do Parque. Na base do Parque deverá ser feito a desapropriação de uma área devido a topografia do terreno, cito, lote 19 do Gleba 02, sendo a metragem necessária de 15.028,13 m² para que seja realizado a instalação do teleférico, estacionamento e pista de pouso.

6.3.2.Características

O Parque Chico Mendes possui três rampas para salto de Voo Livre classificadas em:

- Rampa Oeste: Com vista para a Estância Turística de Ouro Preto do Oeste possui 181 metros de altura em relação ao solo e altitude de 413 metros em relação do Nível do mar.

Figura 76: Rampa Oeste



Fonte: Rodrigo Pinheiro, 2018.

- Rampa Leste: Possui vista para a Cidade de Ji-Paraná, com 211 metros de altura em relação ao solo e 443 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Figura 77: Rampa Leste



Fonte: Rodrigo Pinheiro, 2018.

•Rampa Sul: Está aproximadamente 201 metros do solo e altitude de 433 metros em relação ao nível do mar, seu acesso é mais difícil é feito por uma trilha na mata.

Em sentindo a rampa Oeste o vento predominante é o Norte, todavia a épocas no ano que a predominação do vento muda sendo entre o mês de maio e junho predominação do vento Sul, mês de julho e agosto predominação do vento sudeste, setembro e outubro predominação do vento leste.

O Clima local é tropical úmido com chuvas predominantes entre novembro a abril e temperaturas variadas com médias de 22,9° C a 25,7° C no decorrer do ano devido a altitude do Parque em relação ao nível do mar. Os índices pluviométricos segundo pesquisas da CEPLAC possuem uma média superior a 200 mm/mês e concentração de 80,3 % da chuva anual.

A radiação solar no mês de fevereiro possui uma duração em seu brilho solar de 108,9 horas no mês, enquanto que no mês de julho é de 259,2 horas. Todavia a deficiência hídrica no solo da região acontece entre os meses de junho e agosto e excedente hídrico de novembro a abril.

O ecossistema do parque possui floresta alterada, com afloramentos rochosos. O relevo é classificado em plano, ondulado, forte ondulado e montanhoso dando alternativa para a prática de atividades radicais, tais como o rapel e o parapente.

O parque está situado na Bacia do Rio Machado, sub-bacia do rio Boa vista, contudo as três nascentes existente no Parque possuem pouco recurso d'água permanente. Sendo uma delas utilizada pelos moradores do entorno do parque causando voçorocas.

Por se tratar de uma região habitada parte da infraestrutura urbana é constituída por rede elétrica, todavia o abastecimento de água não chega no local e o município não possui o serviço de sistema de rede de esgoto, fazendo-se necessário a construção de fossa séptica e poço artesiano.

Os índices urbanísticos serão levados em consideração o código civil e Código Florestal devido a inconstitucionalidade do plano diretor do município e a carência de legislação municipal, adotando como coeficiente de aproveitamento máximo de 70%, recuos laterais de 1,50 m e frontal e posterior de 5 m, estes encontrado no Código Civil.

Foi realizado uma pesquisa pela prefeitura do município por uma trilha no Parque em 2003, catalogando as espécies de vegetação e fauna (Avifauna e Mastofauna)

classificando-as de acordo com nome vulgar, científico, família e função de cada uma delas. Segundo os pesquisadores foram classificadas 34 espécies diferentes de vegetação (figura 78), assim como a 16 espécies de aves (Figura 79). A metodologia aplicada para a pesquisa da mastofauna foi por dados informados por trabalhadores da CEPLAC e do INPA, moradores local e visitantes que presenciaram a existência dos animais, não foram coletados registros fotográficos ou pesquisa de campo, todavia segundo as informações o local abriga macacos, cobras, onças, veados, antas, quatis, pacas, cutias, ratos, tatus e morcegos.

Figura 78A: Espécies de Vegetação identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura de Ouro Preto do Oeste – RO.

Nº	Nome Vulgar	Nome Científico	Família	Usos
1	Mutamba	<i>Lohea sp.</i>	Tiliaceae	Construções em geral (aglomerado, móveis)
2	Angico branco	<i>Mimosa caesalpinifolia Benth.</i>	Mimosaceae	Medicinal (hemostática) curtume e pasto apícola
3	Cajá	<i>Spondias sp.</i>	Anacardiaceae	Comestível (sorvetes, sucos e etc.)
4		<i>Casearia sylvestris Camb.</i>	Flacourtiaceae	Construção, moirão
5	João mole	<i>Neea oppositifolia</i>	Nyctaginaceae	Carvão vegetal
6	Inga xixi	<i>Inga alba (Sw.) Willd.</i>	Mimosaceae	Frutos comestíveis (macacos)
7	Pente de macaco	<i>Apeiba echinata Gaertn.</i>	Tiliaceae	Fibra para fazer corda
8	Louro branco	<i>Ocotea caniculata (Rich.) Mez</i>	Lauraceae	Serraria, tábua
9	Mororó	<i>Bauhinia sp.</i>	Caesalpinaceae	Pasto apícola, moirão
10	Freijó	<i>Coordia sp.</i>	Borraginaceae	Madeira de lei, serve p/ tudo, os frutos como comida de animais
11	Taquari	<i>Mabea caudata P. et H.</i>	Euphorbiaceae	Carvão
12	Ucuúba vermelha	<i>Virola elongata Warb.</i>	Myristicaceae	Compensado
13	Embaúba branca	<i>Cecropia leucocoma Miq.</i>	Cecropiaceae	Alimento de animais (preguiça, macaco e etc.)
14	Inga vermelha	<i>Inga sp.</i>	Mimosaceae	Caixotaria, alimento de macaco e etc.
15	Bordão de velho	<i>cf. Pithecolobium sp.</i>	Mimosaceae	Caixotaria
16	Breu de lambu	<i>Crepidosperma sp.</i>	Burseraceae	Medicinal, fazer inseticida, carvão, lenha
17	Araçá	<i>Myrcia sp.</i>	Myrtaceae	Estaca p/ construção, os animais comem o fruto
18	Paineira	<i>Chorisia sp.</i>	Bombacaceae	Compensado, construção civil
19	Babaçu	<i>Orbignya phalerata Mart.</i>	Arecaceae	Medicinal, cobrir casa, palmito, óleo, farinha, sabão e etc.
20	Pau de bicho	<i>Tapura sp.</i>	Dichapetalaceae	Carvão vegetal, alimento de pássaros

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Figura 78B: Espécies de Vegetação identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura de Ouro Preto do Oeste – RO

21	Açoita cavalo	<i>Lueopsis sp.</i>	Tiliaceae	Caixotaria, tabique, laminados etc.
22	Ipê branco	<i>Tabebuia sp.</i>	Bignoniaceae	Medicinal, construção e madeira para assoalho
23	Mulungu	<i>Erythrina cf. glauca Willd.</i>	Fabaceae	Artesanato, tronco p/ barco, cortiça e etc.
24	Tamanqueira	<i>Zanthoxylum huberi P.G. Waterman</i>	Rutaceae	Tamanco, tabinha e tábuas de caixaria na construção civil
25	Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum G.F.W. Meyer</i>	Arecaceae	Comestível (sorvetes, sucos e etc.), artesanato, rede e etc.
26	Lacre vermelho	<i>Vismia guianensis (Aubl.) Choisy</i>	Clusiaceae	Medicinal (contra fungos da pele), carvão
27	Algodão bravo	<i>Cochlospermum orinoccensis (Kunth) Steud.</i>	Cochlospermaceae	Fibras serve para fazer corda e etc. (tururi)
28	Bandarra	<i>Schizolobium sp.</i>	Caesalpiniaceae	Construção, caixaria, móveis, laminados, palito de dente.
29	Mameleiro ou dima	<i>Croton matourensis Aubl.</i>	Euphorbiaceae	Compensado, de crescimento rápido (reflorestamento)
30	Cipó taia	<i>Annona ambotay Aubl.</i>	Annonaceae	Fruto comestível por animais, bichos
31	Sumaúma firme	<i>Bombacopsis nervosa (Uitt.) A. Robyns</i>	Bombacaceae	Laminados (compensado), esponja p/ travesseiro
32	Cedro rosa	<i>Cedrela odorata L.</i>	Meliaceae	Madeira de lei, medicinal (adstringente, febrífuga, orquite e etc.)
33	Cipó cruz	<i>Memora sp.</i>	Bignoniaceae	Bolsa para ornamentação (artesanato)
34	Pupunha de porco	<i>Syagrus inajai (Spruce) Becc.</i>	Arecaceae	Comestível (porco etc.), para fazer bolsa no artesanato

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Figura 79A: Espécies de Avifauna identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO.

Nº	Nome Vulgar	Espécies	Família
1	Gavião-carijó	<i>Buteo magnirostris</i>	Accipitridae
2	Gavião-pedrez	<i>Buteo nitidus</i>	Accipitridae
3	Gavião-tesoura	<i>Elanoides forficatus</i>	Alcedinidae
4	Pato-do-mato	<i>Cairina moschata</i>	Anatidae
5	Socó-boi	<i>Tigrisoma lineatum</i>	Ardeidae
6	Urubú-de-cabeça-amarela	<i>Cathartes burrovianus</i>	Cathartidae
7	Urubú-de-cabeça-preta	<i>Coragyps atratus</i>	Cathartidae
8	Rolinha-caudo-de-feijão	<i>Columbina talpacoti</i>	Columbidae
9	Jurití	<i>Leptotila verreauxi</i>	Columbidae

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Figura 79B: Espécies de Avifauna identificadas no Parque Chico Mendes – Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO.

10	Cri-crió, Tropeiro	<i>Lipaugus vociferans</i>	Cotingidae
11	Tiziu	<i>Volatinia jacarina</i>	Fringilidae
12	Papagaio-verdadeiro	<i>Amazona aestiva</i>	Psittacidae
13	Arara-canindé	<i>Ara ararauna</i>	Psittacidae
14	Inhambú-anhangá	<i>Crypturellus variegatus</i>	Tinamidae
15	Bem-te-vizinho-de-asa-ferruginea	<i>Myiozetetes cayanensis</i>	Tyrannidae
16	Aracari-castanho	<i>Pteroglossus castanotis</i>	Ramphastidae

Fonte: Elaborada pela autora, 2008.

7.CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

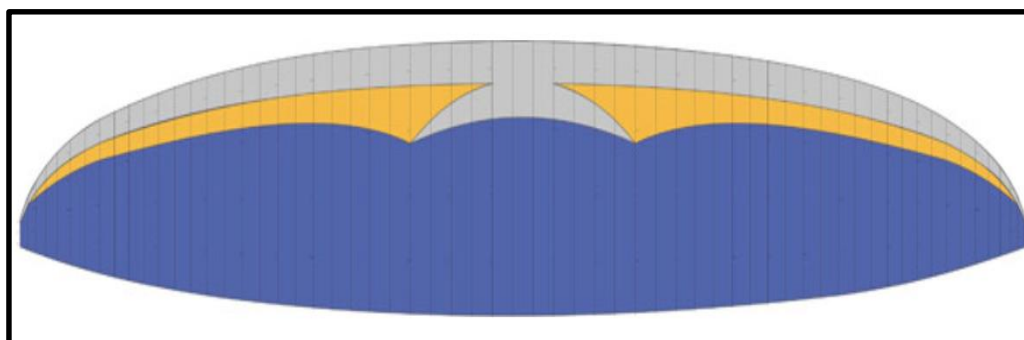
Neste capítulo serão apresentados o Conceito e o Partido Arquitetônico no qual abordará a ideia e as técnicas construtivas respectivamente, para elaboração do projeto. A ideia do conceito que será apresentado buscar inspiração para a elaboração da proposta e o Partido busca através das diretrizes projetuais realizar o projeto com técnicas construtivas adequadas para a idealização do Parque.

7.1.Conceito

Compreendendo o referencial teórico e analisando as referências Arquitetônicas, pode-se observar as funções de cada Parque, onde independente de sua região ou país, cada um possui uma característica distinta e uma inspiração diferente da outra, na qual após ser realizado a análise a inspiração adotada para essa proposta foi o Parapente.

O sonho de voar surgiu no imaginário do homem desde a mitologia grega, onde através de Ícaro e seu pai Dédalo eles inventaram asas artificiais de pena de gaivota com cera de abelha para fugir de um labirinto. Este fato na história levou a curiosidade de diversos pesquisadores na aerodinâmica, resultando em criações importantes para o desenvolvimento da aviação e do voo livre, tais como o planador projetado em 1849 por Sir George Cayley e a criação da asa flexível em 1948 pelo americano Francis Rogallo, sendo este a criação precursora da asa delta e do Parapente.

Figura 80: Parapente vista superior 2D



Fonte: Sol Paragliders, 2018.

O município de Ouro Preto do Oeste foi titulado como estância turística e um dos atrativos são os Encontros Nacional de Pilotos e Instrutores que acontece no Parque Municipal Chico Mendes, o local é conhecido pelos profissionais como “Hawaii do Voo Livre”, devidos as condições perfeitas de voo, proporcionando competições de Cross Country livre e o salto do voo livre aos praticantes que vão ao parque constantemente.

Tal modalidade trouxe como inspiração para a elaboração do projeto, devido a leveza, emoção, sensação de liberdade e o fato do parapente sempre estar presente na história de evolução do Parque Municipal Chico Mendes.

Figura 81: Vista da Rampa Oeste



Fonte: Rodrigo Pinheiro, 2018.

7.2.Partido Arquitetônico

A proposta Arquitetônica do projeto é baseada em Arquitetura ecológica e Arquitetura Vernácula, onde através dos meios construtivos, com matérias adequados e da região, poderemos propiciar ao público conforto térmico sem alterar o equilíbrio ecológico.

O conceito do parapente, ajudou a compreender e a buscar partidos Arquitetônicos a fim de proporcionar bem-estar, assim como difundir modalidades esportivas que não são praticadas devido à falta de segurança e falta de estrutura. O projeto tem por objetivo propor pista para Trekking (Caminhada em morros), Skate Downhill que é uma modalidade onde desce morros acentuados com o skate, carrinho de Rolimã, Mountain Bike, trilhas, pista para saltos aéreos (Parapente, asa delta e outros)

7.2.1.Sustentabilidade

Por se tratar de um projeto de Arquitetura Paisagística envolvendo tanto o Projeto Arquitetônico, Projeto Urbanístico e Projeto de Paisagismo a sustentabilidade automaticamente está envolvida.

É um termo utilizado para minimizar os impactos ambientais garantindo a sobrevivência de recursos naturais, através de atividades humanas em prol ao desenvolvimento social e econômico em agredir a natureza.

A Arquitetura vernácula é considerada um meio sustentável pois além de utilizar material orgânico e integrar com o meio ambiente possibilita através de soluções arquitetônicas o conforto térmico e acústico sem impacto ambiental.

As Placas Fotovoltaicas são materiais que permitem a captação de energia solar através de painéis composto por estruturas chamadas de células fotovoltaicas onde por sua vez criam uma corrente elétrica produzindo energia.

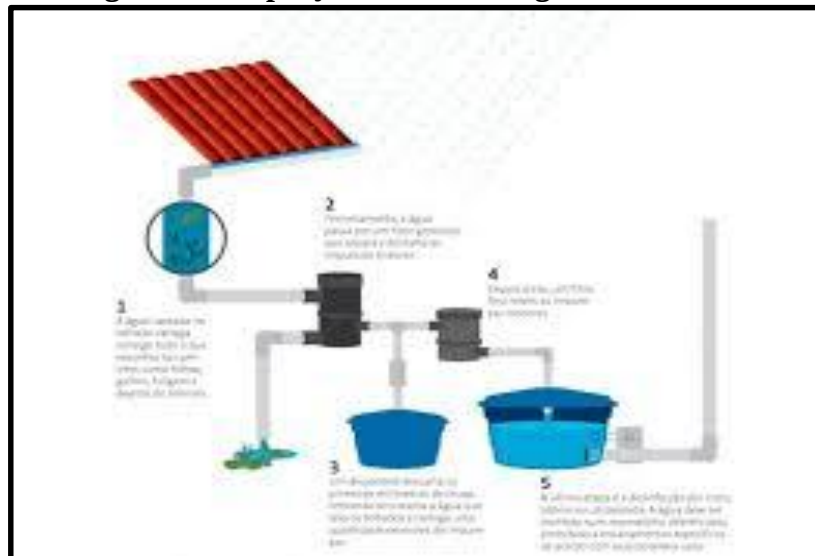
Figura 82: Placas Fotovoltaicas



Fonte: Archdaily, 2018.

A Captação da água da chuva e Reuso de água já utilizada, também são meios sustentáveis adotados na elaboração do projeto com o intuito de promover através de cisternas o armazenamento e posteriormente a filtragem para reuso do mesmo, sendo estes armazenados separadamente.

Figura 83: Captação e Reuso de água da Chuva

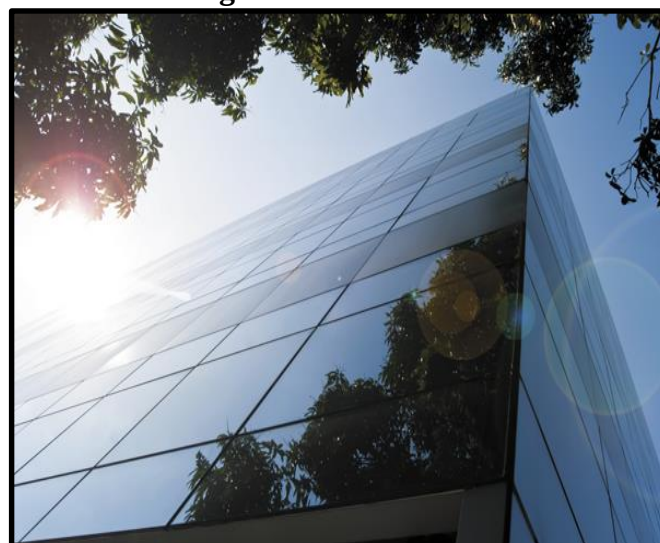


Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.2. Conforto Ambiental

Os Painéis Low-e é um vidro capaz de filtrar os raios solares e impedir a transmissão luminosa em até 65%, intensificando a transparência e a temperatura do ambiente. O emprego dos painéis será utilizado nas edificações em fachadas, janelas e locais que podem proporcionar um melhor conforto térmico.

Figura 84: Placas Low-e



Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.3. Materiais e especificações

7.2.3.1. Palafitas

O uso da palafita empregado com a utilização da madeira proporcionara ao visitante a integração em meio as árvores, aproveitando a ventilação natural.

Figura 85: Casa em Palafitas



Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.3.2. Madeira ecológica

A madeira ecológica é um tipo de material composto de fibra de madeira, serragem de madeira e de termoplástico, o emprego da mesma será feito no mirante, onde além de proporcionar uma vista privilegiada a cidade e ao pôr do sol, possibilitará o acesso ao salto pelos profissionais e praticantes do voo livre.

Figura 86: Madeira Ecológica

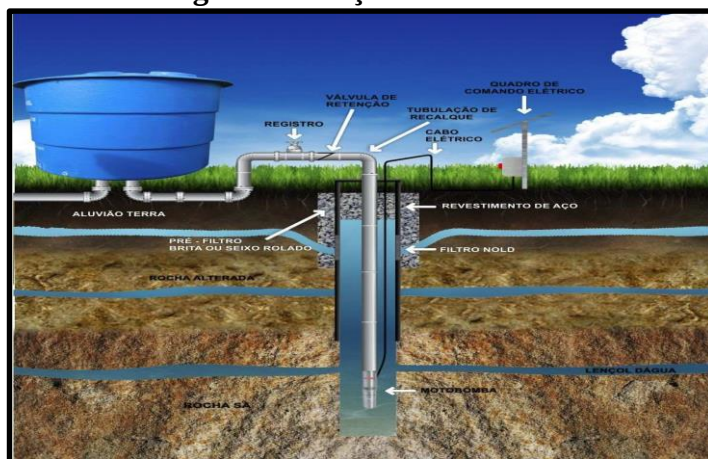


Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.3.3. Poço Artesiano

Devido a necessidade de manutenção do parque e uso de água no mesmo, faz-se necessário a instalação de poço artesiano onde o mesmo proporcionará água sem a necessidade de bombeamento, devido ao grande potencial de aquífero confinado existente na região.

Figura 87: Poço Artesiano



Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.3.4. Postes solares de LED

Os Postes solares de Led proporcionarão iluminação pública com princípios sustentáveis, onde sua base de estação é realizada através um painel solar fotovoltaico. Além de possuir uma ótima durabilidade (aproximadamente 6000 horas de uso), dispõe de um sistema contra descargas elétricas e proteção contra a oxidação.

Figura 88: Postes de Iluminação



Fonte: Archdaily, 2018.

7.2.4.Acessibilidade

Atualmente a acessibilidade é indispensável, é direito de todo o cidadão de ir e vir. Sendo assim, a norma regulamentadora NBR 9050 que trata das acessibilidades as edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, definem os parâmetros a serem aplicados, para que esse uso e acesso se torne válido.

Tendo em vista que o parque possui uma grande declividade serão aplicadas rampas de acesso, para os cadeirantes e portadores de necessidades, e escadarias para aos demais usuários terem acesso ao local, piso tátil para aos portadores de deficiência visual e demais sinalizações que facilitará o acesso dos mesmo por todo o parque.

Devido a declividade do parque e a preocupação com a degradação do mesmo, tem-se como proposta a instalação de teleférico onde por meio deste será realizado o deslocamento dos visitantes ao parque, evitando trepidação ao morro devido ao alto fluxo de veículos caso o mesmo não seja instalado.

Figura 89: Teleférico



Fonte: Archdaily, 2018.

O acesso por veículos será permitido através de carros elétricos do próprio Parque ou em casos especiais como encontro de motociclistas.

CONCLUSÃO

Com a pesquisa pode-se obter informações da Prefeitura de Ouro Preto do Oeste que em 2017 iniciou um processo de georreferenciamento no parque, onde após o registro no cartório de registro de imóveis será realizado o cadastramento do parque como unidade de conservação de proteção integral voltado ao turismo ecológico, este fato contribuirá para a execução do projeto.

Os dados coletados sobre as características do parque, bem como a análise da vegetação, avifauna e dados do lote são favoráveis ao projeto onde empregadas com diretrizes voltadas a ecologia, visando o potencial turístico do Parque Municipal Chico Mendes mostrou-se satisfatória a idealização do mesmo, empregando não só os equipamentos urbanos mais também a educação ambiental.

Um dos destaques na pesquisa foi o potencial atrativo que o parque possui, com suas pistas de salto de voo livre, o fácil acesso a prática de esportes radicais e a beleza nas paisagens naturais que o local proporciona.

Contudo algumas técnicas de execução precisam ser mais estudadas bem como necessitam de mão de obra qualificada, devido à complexidade do projeto no parque, visando a integridade do local bem como a conservação da biodiversidade, isto é, o projeto visará além das políticas de conservação ambiental, limitar as atividades humanas que provocam degradação nas áreas de proteção, além de garantir a preservação dos recursos naturais e promover a manutenção do parque minimizando a fragmentação do mesmo.

Deste modo o projeto tem como objetivo proporcionar não só o lazer, recreação e educação ambiental, mais também difundir a cultura através da gastronomia e o artesanato, mostrando aos moradores que é possível manter a vegetação e proporcionar o ecoturismo, garantindo o desenvolvimento ecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagem: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. Editora Senac – São Paulo. 4ª Edição, 2010.

ADAMS, Betina. **PRESERVAÇÃO URBANA: gestão e resgate de uma história**. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

AGUIAR, Yuri C. **Penso Cidade**. Disponível em: <<http://teoriasdeurbano.blogspot.com/2010/11/proposta-de-howard-cidade-jardim.html>> Acesso em: 13 de Out. 2018.

AGUIAR, Paulo César B.; MOREAU, Ana Maria S. S.; FONTES, Ednice de Oliveira. **Áreas naturais protegidas: Um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas**. Revista Geográfica de América Central nº50. – I Semestre 2013 - p. 195-213.

ANDRADE, Ana Paula. **Sobre uma área protegida: Parque Nacional de Yellowstone – Estados Unidos da América**. SETA – Sociedade Portuguesa para o Desenvolvimento da Educação e do Turismo Ambientais. 2018. Disponível em: <http://www.seta.org.pt/artigo1_25.pdf>. Acessado em: 13 de out. 2018.

ANDRADE, Inês EL-Jaick. **A idealização do Espaço Verde Urbano Moderno**. – Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.17 n.220, Rio de Janeiro, 2010.

ARCHDAILY: **Projetos de Arquitetura – Parque**, 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/search/projects/categories/parque?ad_name=flyout&ad_medium=categories>. Acesso em 24 de ago. 2018.

_____. **Parque Zaryadye / Diller Scofidio + Renfro**, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888249/parque-zaryadye-diller-scofidio-plus-renfro>>. Acessado em: 27 de ago. 2018.

_____. **Parque Madureira / Ruy Rezende Arquitetos**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos>>. Acessado em: 29 de ago. 2018.

_____. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer**, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/parque-ibirapuera>>. Acessado em: 24 de ago. 2018.

ASHTON, Mary Sandra G. Parques Temáticos. **TURISMO**, Porto Alegre, dez 1999. Revista Famecos, nº 11. P. 64 a 74.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. 3. ed., p. 148.

_____. **NBR 9284: Mobiliário Urbano - Classificação**. Rio de Janeiro.1986.

_____. **NBR 15500**: Turismo de aventura. Terminologia. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 16333**: Transporte de pessoas por cabo. Rio de Janeiro, 2014

AZEVEDO, Laise Santos. **Áreas legalmente protegidas na Amazônia: uma análise da gestão ambiental do parque estadual de Corumbiara**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho - RO, 2018.

BARTER, Chris. Parque dos Estados Unidos: Cronologia. **Parques Nacionais, Patrimônio Nacional**, Estados Unidos, Julho 2008. Departamento de Estado dos EUA, Vol. 13, p. 31 a 34.

BERKOWITZ David. **Galeria de fotos – 2011**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/davidberkowitz/albums/with/72157620875473693>>. Acessado em: 28 de ago. 2018.

BLOG STUDY GLOBAL. **Um pouco sobre o Central Park**. Disponível em: <<https://cursosdeinglesnoexterior.wordpress.com/2012/07/11/um-pouco-sobre-o-central-park/>>. Acessado em: 30 de set. 2018.

BONIN, Evaldo. **Consequências da modernização agrícola na agricultura familiar**. Governo do Estado do Paraná – Secretaria da Educação 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_unioeste_geo_pdp_evaldo_bonin.pdf>. Acessado em: 30 de Set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 de ago. 2018, às 14:15.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras Providências. Publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 1981 e Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6-6-1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 08 de ago. 2018. Às 14:10.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Lei nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018, às 13:40.

_____. **Resolução CONAMA 369 de 28 de março de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Publicada no DOU, de 29 de março de 2006.

BRITO, Rafael dos Anjos. **Parque Linear no município de Ji-Paraná - RO**. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná – CEULJI/ULBRA. Ji-Paraná, 2016, 99 p.

BRITTO, Fernanda. **Gardens By the Bay / Grant Associates and Wilkinson Eyre Architects**. Archdaily - 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-61901/gardens-by-the-bay-grant-associates-and-wilkinson-eyre-architects>> Acesso em: 07 de out. 2018.

CASTELNOU, Antônio Manuel Nunes. **PARQUES URBANOS DE CURITIBA: De Espaços de Lazer a Objetos de Consumo**. - Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CENTRAL PARK CONSERVANCY, **História do Parque**, 2018. Disponível em: <<http://www.centralparknyc.org/visit/park-history.html>>. Acessado em: 25 de agosto de 2018.

COLIN, Silvio. **O movimento City Beautiful**. Coisas da Arquitetura – 2011. Disponível em: < <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/03/13/o-movimento-city-beautiful/> > Acesso em: 18 de nov. 2018.

CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Parques e Bosques: Parque Barigui**, 2018. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui/292>>. Acessado em: 02 de setembro de 2018.

_____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Parques e Bosques: Parque Tanguá**, 2018. Disponível em: < <http://www.curitiba-parana.net/parques/tangua.htm>>. Acessado em: 07 de out. 2018.

Equipamento Parque do Ibirapuera. Disponível em: <<http://parqueibirapuera.org/equipamentos-parque-ibirapuera/o-ca-do-ibirapuera/>>. Acesso em 24 agosto de 2018.

FARR, Douglas. **URBANISMO SUSTENTÁVEL: desenho urbano com a natureza**, Porto Alegre, 2013.

FEIJO, Catarina Schmitz. **A Sustentabilidade dos Jardins de Cingapura**. Disponível em: <https://ecotelhado.com/a-sustentabilidade-dos-jardins-de-cingapura/>. Acesso em: 07 de out. 2018.

FIDELMAN, Brian. **O corredor itinerante: elevando o movimento**, 2013. Disponível em: <[https://well.blogs.nytimes.com/2013/04/02/the-roving-runner-elevating-the-jog/?rref=collection%2Ftimestopic%2FHigh%20Line%20\(NYC\)&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=10&pgtype=collection](https://well.blogs.nytimes.com/2013/04/02/the-roving-runner-elevating-the-jog/?rref=collection%2Ftimestopic%2FHigh%20Line%20(NYC)&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=10&pgtype=collection)>. Acessado em: 25 de agosto de 2018.

FILHO, Joaquim Nery. **Gardens by the bay, o Jardim Botânico de Cingapura**. Disponível em: <<https://umpouquinhodecadalugar.com/2013/10/29/gardens-by-the-bay-o-jardim-botanico-de-singapura/>> Acesso em: 07 de out. 2018.

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro – **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. 2ª edição – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

FUNDAÇÃO FLORESTAL – Governo do Estado de São Paulo. **Parque Estadual Morro do Diabo**. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/morro-do-diabo/home/>>. Acesso em: 07 de out. 2018.

FUPEF – Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. **Plano de Manejo do Parque Municipal Tanguá**, 2018. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00085329.pdf>>. Acesso em: 07 de out. 2018.

GALERIA DA ARQUITETURA. **Parque Madureira: Espaço para o Lazer**, 2018. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842>. Acessado em: 01 de set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, São Paulo, 1995.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre – **Parques Urbanos, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago.2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Carta de Atenas: Congresso Internacional da Arquitetura Moderna**. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acessado em: 29 de set. 2018.

JOEVARE. **GALERIA DE FOTOS - 2012**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/joevare/with/3615430936/>>. Acessado em: 26 de Ago. 2018.

KLIASS, Rosa G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. – 5 ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian - 5ª Edição – Lisboa, 2010.

LE CORBUSIE. 1887-1965 – **PLANEJAMENTO URBANO / LE CORBUSIER**; (tradução Lúcio Gomes Machado), São Paulo: Perspectivas, 2013.

LENGEN, Johan Van. **Manual do Arquiteto descalço**. Editora Empório do livro. São Paulo. 2008.

LOUZAS, Rodrigo. **EDIFÍCIOS: Diller Scofidio and Renfro projetará parque Zaryadye em Moscou**, 2013. Portal PINIweb. Disponível em:

<<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/edificios/diller-scofidio-and-renfro-projetara-parque-zaryadye-em-moscou-301382-1.aspx>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

LUCCHESI, Cecilia. **Paisagismo – Central Park em Nova York**, 2008. Disponível em: <<https://theurbanearth.wordpress.com/2008/06/18/paisagismo-central-park-em-nova-york-landscape-central-park-in-new-york/>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

MAYMONE, Marco Antônio de Alencar. **Parques Urbanos – Origens, Conceitos, Projetos, Legislação e Custos de Implantação. Estudo de caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS**. UFMS/Biblioteca Central. 2009.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil** / Silvio Macedo. - São Paulo, 1999. 144p.: il.; 27 cm. [Coleção Quapá, V.1].

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

MAHOGANY, **Onze lugares incríveis para visitar no Central Park, em Nova Iorque**, 2017. Disponível em: <<http://mahogany.com.br/blog/10-lugares-incriveis-para-visitar-no-central-park-de-nova-iorque/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MARCIA, **Roteiro New York – em 5, 6, 7 dias**, 2014. Mulher Casada Viaja. Disponível em: <<https://mulhercasadaviaja.com/2014/11/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação** – Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao.html>> Acesso em: 07 de out. 2018.

MELHORES DESTINOS. **Cidade do México**. Disponível em: <<https://guia.melhoresdestinos.com.br/bosque-de-chapultepec-197-5410-l.html>> Acesso em: 07 de out. 2018.

MORALES, Paulo Roberto Dias. **Planejamento Urbano: Enfoque Operacional**. Fundação Ricardo Franco, 2007.

MOSTAFAVI, Mohsen e DOHERTY, Gareth; **Colaboradores: Cohen, Preston Scott e Naginski, Erika. Urbanismo ecológico**, Havard University, Graduate School of Design; tradução Joana Canedo – São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MOURA, Anna Karla. **Morro do Diabo já foi parte de um grande deserto**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/2017/07/morro-do-diabo-ja-foi-parte-de-um-grande-deserto/>>. Acesso em: 07 de out. 2018.

OURO PRETO DO OESTE. **Lei 120 de 12 de dezembro de 1986**. Cria o Parque Municipal de Ouro Preto localizado no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1986

_____. **Lei 130 de 21 de julho de 1987.** Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1987.

_____. **Lei 203 de 27 de junho de 1989.** Dispõe sobre a Denominação do Parque Municipal “Chico Mendes”. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1989.

_____. **Lei 1285 de 10 de outubro de 2007.** Estabelece as atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 2007.

_____. **Lei Complementar nº 09/01 de 28 de dezembro de 2001.** Institui o código de Postura do Município de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 2001.

PAIXÃO, Uly Gobitsch. **Arquitetura Paisagista.** Revista Especialize On-line IPOG. Goiânia - 8 Edição nº 009 Vol.01/2014, dez. 2014.

PARQUE BARIGUI. – Curitiba, 2018. **Esporte – Natureza – Gastronomia – Lazer.** Disponível em: < <https://www.parquebarigui.com.br/>>. Acessado em: 02 de setembro de 2018.

PASQUALETTO, Antônio; SILVA, Janaína Barbosa. **O CAMINHO DOS PARQUES URBANOS BRASILEIROS: Da origem ao século XXI.** Estudos, Goiânia, v.40, n 3,p, 287-298, jun./ago.2013

PEREIRA, Matheus. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer,** 2018. Portal Archdaily. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>>. Acessado em: 22 de agosto de 2018.

PONTELLO, Isabela Soave. **Arquitetura e Paisagem: Parque metropolitano em Americana.** Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

REZENDE, Ruy. **Parque Madureira – RIO + 20.** 2012. Disponível em: <<http://www.rra.com.br/projetos/parque-madureira-rio-20>>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

RONDÔNIA. **Avanços de Rondônia em sustentabilidade serão apresentados durante fórum do meio ambiente em Amapá.** Disponível para Download em: < <http://www.rondonia.ro.gov.br/avancos-de-rondonia-em-sustentabilidade-serao-apresentados-durante-forum-do-meio-ambiente-em-amapa/>>. Acesso em: 06 de out. 2018.

_____. RONDÔNIA. **Constituição Estadual do Estado de Rondônia (1989).** Disponível para Download em: < <http://www.rondonia.ro.gov.br/constituicao-estadual/>>. Acesso em: 07 de ago. 2018, às 23:13.

_____. **Lei n. 3.924 de 17 de outubro de 2016.** Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

_____. **Lei nº 547 de 30 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia- SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Polícia Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental-FEDARO e o Fundo Especial de Reposição Florestal-FEREF. Disponível em: <
http://www.sedam.ro.gov.br/images/PDF/Download/colmam/LEIS/Lei_547-1993_-_SEDAR.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2018, às 23:32.

SABOYA, Renato T. **Ebenerzer Howard e a Cidade-Jardim.** 2008. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/#comments>>. Acesso em: 29 de set. 2018.

SCALISE, W. **Parques Urbanos: evolução, projeto, funções e uso.** Revista Assentamentos Humanos, Marília, v. 4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; Gerhardt, Taiana Engel; Colaboração de CORDOVA, Fernanda Peixoto; **Métodos de pesquisa.** Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** – Bertrand Brasil – 9ª Edição, Rio de Janeiro, 2013.

THE HESS JOURNEY. **Chapultepec Park.** Disponível em: <<https://pt.thehessjourney.com/11580-chapultepec-park>>. Acesso em: 08 de Out. 2018.

TRINDADE, Jeanne Almeida. **Os Jardins de Glaziou para a Quinta da Boa Vista.** Revista Espaço Acadêmico – nº 156 – Maio/2014, P.73.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard – **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 2 eds. Ver. E Atual, São Paulo, 2009.

VIEGAS-LEE, Camila. **URBANISMO: High Line Park – Parque em Nova Your, de James Corner Field Operations e Diller Scofidio + Renfro, foi implantado em linha férrea elevada, desativada desde 1980,** 2009. AU Educação. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/188/high-line-park-parque-em-nova-york-de-james-155935-1.aspx>>. Acessado em: 26 de ago. 2018.

WANDERLEY, Andrea C. T. **O Passeio Público do Rio de Janeiro,** 2017. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7080>>. Acesso em: 30 de ago. 2018.

WILLISON, Julia. **Educação Ambiental em Jardins Botânicos: Diretrizes para Desenvolvimento de Estratégias Individuais.** Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 2003. Disponível em: <

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/EDUAMB_JBID-jQUbXHlMas.pdf>
Acessado em: 21 out 2018.

APÊNDICE

VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP

1.TEMA

Arquitetura Urbana – Parque Municipal Chico Mendes em Ouro Preto do Oeste / RO.

2.OBJETIVOS

2.1. Problematização

Como propor um centro administrativo e equipamentos urbanos do Parque Municipal Chico Mendes voltado para o turismo ecológico sem causar impactos ambientais?

2.2. Delimitação

O Parque Municipal Chico Mendes está localizado no município de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, na Br 364 a 3 Km do centro da cidade, possui uma área total de 1.956.464,31 m² (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados.), a área de atuação no desenvolvimento do projeto será de 123.512,66 m², onde será projetado um centro administrativo e equipamentos urbanos na base mais elevada do parque voltada para o turismo fazendo também o plantio de árvores nativas em alguns pontos degradados em uma área de 108.484,53 m². Na Base do parque será feito a desapropriação de área de chácara com 15.028,13 m² para o estacionamento, pista de pouso e estação de teleférico.

2.3. Objetivo Geral

Propor um centro administrativo e equipamentos urbanos do Parque Municipal Chico Mendes, com o intuito de fomentar o turismo em contato com a natureza.

2.4. Objetivos Específicos

- Difundir a prática de esportes ao ar livre;
- Garantir a segurança das pessoas que visitam o local;

- Priorizar acessibilidade em toda a área de visita para os portadores de necessidades especiais;
- Promover e fomentar a gastronomia local;
- Proporcionar área adequada ao município e aos turistas;
- Viabilizar o auxílio a locomoção ao local com teleférico ou carros de passeio do próprio parque.

3.JUSTIFICATIVA

No início do Século XXI o estado de Rondônia apresentou um aumento no desmatamento, devido as construções das hidrelétricas e concomitantemente com a atividade da pecuária no estado, com esses adventos as ações de fiscalização passaram a ser rigorosas, desenvolvendo nos pecuaristas e demais pessoas que vivem das atividades correlatas consciência que o desmatamento pode causar prejuízos aos demais indivíduos da sociedade.

A cidade de Ouro Preto do Oeste recebeu o título de Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, sendo assim a proposta de um centro administrativo e equipamentos urbanos do Parque Chico Mendes se faz necessária para que possa conscientizar as pessoas sobre a importância da conservação ambiental, proporcionando também uma infraestrutura adequada para receber os turistas, assim como os moradores locais, que frequentam diariamente para a prática de esporte ou lazer.

4.TEORIA DE BASE

4.1.Histórico e Evolução

4.1.1.Internacional

A Revolução Industrial foi um grande precursor do urbanismo no mundo, o desenvolvimento científico-tecnológico levou ao crescimento de grandes cidades desordenadamente, ocasionando problemas urbanos e diminuindo a qualidade de vida da população, gerando a necessidade de haver um estudo para a organização e intervenções no espaço urbano. (MORALES, 2007).

Segundo Morales (2007) as atividades urbanísticas passaram a ter uma grande alteração meados do século XV e XVI com criação de praças para festividades local ou para destacar monumentos voltando a nobreza, com a chegada do Barroco as cidades passaram a ser mais valorizadas criando espaços para o entretenimento.

Uma das principais criações do período barroco são os jardins. No início do século XVIII, os jardins clássicos se tornam parques com arvoredos, córregos e um propositado desalinho. Alguns exemplos desses parques são os localizados em Londres: Hyde Park, Green Park, Hyde Park e outros (MORALES, 2007, p.08).

De acordo com Morales (2007) e Pontello (2016) a ausência de leis urbanas e cuidados com a maneira de conduzir o desenvolvimento urbanístico tornou inúmeros lugares insalubre. Tais problemáticas levaram a medidas com vertentes diferentes em inúmeros países, nos Estados Unidos da América foi elaborado um projeto de urbanização onde um plano recortava a ilha de Manhattan com um malha uniforme formando um imenso parque, este, construído em 1858 por Olmsted, que por sua vez indagava sobre a importância de sua delimitação dizendo que “a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas” (KLIASS, 1993, p. 22 , apud PONTELLO, 2016, p. 19.).

Para Cohen e Naginski (pág. 136, 2014) a conexão entre o urbanismo e a natureza que está exposta nas referências bibliográficas sobre o urbanismo ecológico evidenciam um imperativo moral diante da crise existente sobre os aspectos ambientais, onde por sua vez o urbanismo leva ao crescimento desordenado ocasionando consequências muitas vezes irreversíveis, assim como problemas socioeconômicos e políticos.

Segundo Adams (2002) a preservação só é realizada quando a sociedade passa a ter conscientização de que o bem material ou imaterial fazem parte do movimento econômico, podendo ser espaços turísticos, locais comerciais ou de serviços, com cunho cultural ou não, contudo vale ressaltar que não se deve perder como tema das intervenções a verdadeira razão que concedeu valor de preservação transcendendo em si a questão econômica e valorizando o espaço como um todo.

4.1.2 Nacional

Os surgimentos das primeiras cidades no Brasil foram formados pelos jesuítas nos aldeamentos indígenas com o intuito de pregar o catolicismo, o período do Brasil Colônia foi um grande marco no processo de urbanização, pois a troca de mercadoria passou a trazer imigrantes de diversos lugares ocasionando o crescimento populacional e motivando com o passar dos anos a uma reestruturação no planejamento urbano. (MORALES, 2007)

O urbanismo brasileiro sofreu grandes mudanças com a transferência da Sede da Coroa Portuguesa para o Rio de Janeiro, contribuindo para o crescimento socioeconômico e cultural. Com esse avanço as cidades passaram a crescer e ter a necessidade de propor aos cidadãos ambientes de lazer. (WANDERLEY, 2017)

Segundo Wanderley (2017) em 1783 foi criado o passeio público do Rio de Janeiro, reconhecido como o primeiro Parque Urbano do Brasil pelo mineiro Valentim da Fonseca e Silva, sendo esse um local de grandes eventos realizado pela Coroa Portuguesa, um dessas, foi a comemoração do casamento de Dom João VI e Carlota Joaquina. Em 1861 por determinação de dom Pedro II o Parque foi reestruturado pelo Engenheiro e botânico francês Auguste François Glaziou, tornado um local de ostentação para toda a elite da então capital brasileira.

Para Franco (2008), as influências dos princípios urbanístico ingleses veio para o Brasil com colaboração de paisagistas estrangeiros, assim como o projeto de Barry Parker do Bairro Jardim Pacaembu na cidade de São Paulo. Todavia a criação de Parque Nacional com princípios gerados pelos “Parks Movement” só surgiu em 1937 com a criação do primeiro Parque Nacional do Itatiaia.

No Brasil a ligação dos parques com a ecologia é muito voltada a intervenções, de acordo com Scalise (2002) “ No Brasil podem ser citados: o Parque do Ibirapuera, o Parque do Carmo, em São Paulo, o Parque Barigui, em Curitiba entre outros [...] ”.

4.2. Opiniões de Autores selecionados

4.2.1. Autores internacionais.

Farr (2013) aborda que no planejamento urbano os espaços mais negligenciados estão os parques e praças de bairro, onde ajudam na valorização dos

imóveis urbanos que estão próximos a área, com esse aumento no preço do solo alguns municípios fazem leis municipais para auxiliar nas áreas públicas, um exemplo é os Estados Unidos que estabelecem uma área mínima de 12,5 hectares, que é maior do que as áreas dos terrenos baldios inviabilizando novos parques nas proximidades dos já existentes, diminuindo a construção de parques por todos os lugares, como menciona Franco (2008) sobre a criação de muitos parques desde 1858:

“O trabalho de Olmstead inspirou não somente a criação de numerosos parques nacionais, nos Estados Unidos e em todo o mundo, como também mudou o conceito de qualidade ambiental urbana, com a elaboração de vários parques nas cidades de Nova York, São Francisco, Buffalo, Detroit, Chicago, Montreal e Boston. Com essa experiência, Olmstead criava também uma categoria profissional nova, a dos arquitetos paisagistas.” (FRANCO, 2008, pag. 83.)

Para Le Corbusier (2013) o homem alterou as condições naturais e atualmente ele sofre as consequências de sua total desorganização espacial, Farr (2013) demonstra em sua obra uma cronologia do surgimento dos parques e a aceleração de tal evento, cita que o primeiro parque foi projetado em 1858, logo após surgiu o movimento da cidade Jardim em 1898.

“O surgimento dos parques urbanos e a aspiração urbana ao verde acabou por inspirar a famosa criação de Ebenezer Howard, “A Cidade Jardim”, e seus conhecimentos desdobramentos na história do urbanismo, os quais podem ser considerados como consequências do “Parks Movement”. (FRANCO, 2008, pag. 83.)

O presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt promoveu em 1898 a conservação dos parques nacionais, onde posteriormente começou a surgir o movimento cidade bonita, passando a construir parques no estilo Belas Artes por todo os Estados Unidos, chegando a decadência dos parques urbanos em meados de 1950-1990. (FARR, 2013).

A reestruturação de Paris feita pelo Barão Georges-Eugène Haussmann em meado de 1850 e 1860 levou a um grande destaque na estrutura urbana da cidade melhorando a qualidade de vida das pessoas e posteriormente influenciando na reformulação das outras cidades da Europa. (MAYMONE, 2009).

4.2.2. Autores nacionais.

Os Parques urbanos são espaços públicos destinados a proporcionar lazer e bem-estar para a sociedade, segundo Kliass (1993) “Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativa e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação.”.

Macedo e Sakata (2002) mencionam em sua obra que o surgimento do parque brasileiro “foi uma figura complementar ao cenário das elites emergentes”, sendo esses relacionados a forma urbana internacional.

Segundo Pasqualetto; Silva (2013) com o surgimento da disciplina de Urbanismo no final do século XIX, começou a surgir concepções mais atuais para a época no planejamento de parques urbanos, passando a ser utilizado por todas as classes sociais, acrescentando o uso de esporte e recreio ativo, contudo a partir de 1950 o processo de urbanização brasileira passou a crescer, Segundo Macedo (1999) os parques contemporânea passou a surgir a partir de 1970 com ponto de vista ecológico, conforme citado por Pasqualetto e Silva (2013).

“Na opinião de Macedo (1999), os primeiros parques contemporâneos são representados pela: Praça Itália (1990) em Porto Alegre, o Parque das Pedreiras (1989) e o Jardim Botânico (1991), ambos em Curitiba; são parques que se apresentam com característica pós-moderna, pois elementos do Ecletismo passam a ser reincorporados, bem como influências de ideias desconstrutivistas e simbólicas, advindas de projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos, dentre eles, o Parc de La Villette e o Parque Juan Carlos em Madri.” (PASQUALETTO; SILVA, 2013, p.294, apud, MACEDO, 1999,)

Essa preocupação com a ecologia, foi desenvolvida não só em âmbito dos parques, mais de maneira global, com a Carta do Rio de 1992 o debate sobre o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente buscou conceitos universal com o intuito de formular estratégias para a preservação e conservação, onde esses conceitos passaram a ser empregados nos parques brasileiros. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

4.3. Legislação

4.3.1. Legislação Municipal

Nas imagens abaixo serão apresentadas as legislações pertinentes do município, relacionados a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 01 - Quadro Lei 120/86 - Criação do Parque Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Cria o Parque Municipal de Ouro Preto localizado no Perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.	
Art. 1º	Fica, pela presente Lei, criado o Parque Municipal de Ouro Preto, nos termos em que preceitua a Lei n 4.771 de 15 de setembro de 1965, compreendendo a área em elevação que integra o denominado “Morro da Embratel” o qual compõe a Serra de Ouro Preto, no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 02 - Quadro Lei 203/89 – Denominação do Parque Municipal de Ouro preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Sobre a denominação do Parque Municipal “CHICO MENDES” que Ora é chamado de Morro da Embratel”.	
Art. 1º	O Parque Municipal, hoje denominado Morro da Embratel, passa a denominar-se definitivamente “Parque Municipal Chico Mendes”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 03 - Quadro Lei 1285/07 – Atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e turismo - RO

Dispõe: “Estabelece as atribuições da secretaria municipal de meio ambiente e turismo dá outras providências”.	
Art. 1º	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, instituída através da Lei n1.260, de 01 de agosto de 2007, passa a ter as seguintes atribuições: II. promover a execução das medidas de proteção dos recursos naturais, paisagísticos e turísticos do município, inclusive no gerenciamento de programas, projetos e obras relativos ao meio ambiente e turismo no território do município.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 04 - Quadro Lei 130/87 – Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Sobre o Código de Obras e Edificação do Município de Ouro Preto do Oeste”.	
Art. 53º	Todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote para fins de ventilação. Parágrafo Único – O disposto nesse artigo não se aplica a corredores e caixas de escada.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 05 - Quadro Lei Complementar 09/01 – Código de Postura do Município de Ouro Preto do Oeste – RO.

Dispõe: “Institui o Código de Posturas do Município de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.	
Art. 165	É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores de arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da prefeitura.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.3.2. Legislação Estadual

Nos quadros abaixo será discorrido as legislações pertinentes do estado de Rondônia, relacionados a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 06 - Quadro Lei 3924/16 – Normas de Segurança Contra Incêndio do Estado de Rondônia.

“Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.”	
Art. 19.	É de responsabilidade do proprietário do imóvel e/ou responsável utilizar a edificação de acordo com o uso para a qual foi projetada e de manter as medidas de segurança contra incêndio e pânico, em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação de documentos, independente das responsabilidades civis e penais cabíveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 07 A - Quadro Lei 547/93 – Criação do SEDAR e seus instrumentos.

“Dispõe sobre a criação do Sistema estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Política Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental – FEDERO e o Fundo Especial de Reposição Florestal – FEREF”.	
Art. 2º	A Política Estadual do Meio Ambiente, para a consecução dos seus objetivos, tem os seguintes princípios: XII. Organização e utilização racional do solo, subsolo, da água e do ar, com vistas a compatibilizar esta utilização com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental; XIII. Planejamento e fiscalização do manejo dos recursos naturais; XIV. Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas para a qualidade do meio ambiente, incluindo a

Figura 07 B - Quadro Lei 547/93 – Criação do SEDAR e seus instrumentos.

	conservação de espaços territoriais especialmente protegidos; XV. Controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras; XVI. Monitoramento da qualidade ambiental no âmbito do estado de Rondônia; XVII. Proteção e recuperação de áreas degradadas;
Art. 7º	Ao Conselho Estadual de Política Ambiental – CONSEPA compete: V – Propor a criação de Unidades de Conservação, no âmbito do Estado, visando a preservação e conservação de ecossistemas representativos de relevante importância e significação, seja sob o aspecto ecológico, seja sob o aspecto paisagístico, cultural e científico, cabendo a implantação administração dessas áreas à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 08 - Quadro Constituição Estadual de Rondônia/89

Dispõe: “Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso socioeconômico e cultural, [...] sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA”	
Art. 9º.	Compete, ainda, ao Estado legislar, de firma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre: VI – Floresta, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; VII – Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
Art. 158	No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão: V – A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano e rural; VI – A criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.3.3. Legislação Federal

Os Quadros abaixo consisti em informações sobre as Legislações Federais, que discorrem sobre a elaboração do projeto urbanístico.

Figura 09 A - Quadro Lei Federal 12651/12 – Proteção da Vegetação Nativa.

Dispõe: “Sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”	
Art. 1º	A esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e

Figura 09 B - Quadro Lei Federal 12651/12 – Proteção da Vegetação Nativa.

	prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.
Art. 41º.	É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

	I - Pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) a conservação da biodiversidade f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 10 - Quadro Lei Federal 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente.

Dispõe: “Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”	
Art. 2º	A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 11 - Quadro Constituição Federal de 1988.

Dispõe: “Constituição da República Federativa do Brasil;”	
Art. 225.	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 12 - Quadro Resolução nº 369/06 CONAMA – Casos excepcionais de Intervenção ou Supressão de Vegetação em APP.

Dispõe: “Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP”	
Art. 8º	A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de área verde de domínio público em área urbana, nos termos do parágrafo

	único do art 2º da Lei no 4.771, de 1965, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, e uma vez atendido o disposto no Plano Diretor, se houver, além dos seguintes requisitos e condições: III - percentuais de impermeabilização e alteração para ajardinamento limitados a respectivamente 5% e 15% da área total da APP inserida na área verde de domínio público. § 1º Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. § 2º O projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como: a) trilhas eco turísticas; b) ciclovias; c) pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares; d) acesso e travessia aos corpos de água; e) mirantes; f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte; g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos;
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

8.3.4. Normas técnicas

O Quadro abaixo será percorrido as normas técnicas utilizadas em projetos urbanos.

Figura 13 - Quadro NBR 9284/86 – Equipamentos Urbanos

2 – Definição: Para os efeitos desta Norma e adotada a seguinte definição:	
2.1	Equipamentos urbanos Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 14 - Quadro NBR 15500/14 – Turismo e Aventura

1 – Escopo	
1	Esta norma define os termos comumente utilizados nas diversas atividades de turismo de aventura incluindo termos relacionados à segurança, serviço e equipamentos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 15 - Quadro NBR 16333/17 – Transporte de pessoas por Cabo

6 – Estação	
6.1.4	Os postos de comando e controle devem ser situados para permitir que o funcionário veja a área da estação e, se possível, a linha. O funcionário deve ser capaz de acionar os controles no seu campo de visão e sem a necessidade de se deslocar. O funcionário deve ser capaz de interromper a operação ou reduzir sua velocidade em qualquer ocasião, sem ter de abandonar sua posição normal de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 16 - Quadro NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

10.11 Locais de esporte, lazer e turismo.	
10.11.1	Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários.
10.11.2	Nas arquibancadas deve ser atendido ao descrito em 4.8 e em normas específicas.
10.11.3	Uma rota acessível deve interligar os espaços para P.C.R. e os assentos para P.M.R. e P.O. as áreas de apresentação, incluindo quadras, vestiários e sanitários.
10.11.4	As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares.
10.11.5	Os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados tanto nas áreas de uso público quanto nas áreas para prática de esportes, conforme Seção 7.
10.13 Parques, praças e locais turísticos.	
10.13.1	Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.
10.13.2	Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.
10.13.3	O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.
10.13.4	Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.4.Referências de Obras Arquitetônicas

4.4.1.Internacional

4.4.1.1.Parque Zaryadye

O Parque Zaryadye está localizado em Moscou na Rússia, próxima a catedral de São Basílico, da Praça Vermelha e do Kremlin. Possui uma área de 35 hectares, onde o arquiteto Chefe Sergey Kuznetsov e a cidade de Moscou com o intuito de modificar o espaço comercial privado em um parque público elaborou um concurso em 2012, onde a empresa de projeto internacional liderado por Diller Scofidio + Renfro (DS + R), Hargreaves Associates e Citymakers foram os vencedores dentre os 27 países diferentes que estavam concorrendo pela elaboração do projeto. (ARCHDAILY, 2018).

Figura 17: Perspectiva

Fonte: Archdaily, 2018.

Segundo Louzas (2013) o Parque Zaryadye é o elo que faltava para completar a coleção de monumentos e distritos urbanos mundialmente famosos que formam o centro de Moscou, o parque possui vegetação típica russa e controle de temperatura através de mecanismos de força de vento e incidência de luz natural, dentre as paisagens naturais estão divididas em quatro: tundra, estepe, floresta e pântanos, estas zonas são organizadas em terraços que descem de nordeste a sudoeste, podendo receber atividades por todo o ano.

Ficha técnica:

Arquitetos: Diller Scofidio e Rendro;

Localização: Ulitsa VARvarka, 8c1, Moscou, Rússia;

Paisagismo e Masterplan: Hargreaves Associates;

Desenho Urbano: Citymakers;

Área: 102.000m²;

Ano do Projeto: 2017;

Arquitetura e Engenharia: Mahpi;

Especialista em Vegetação Nativa: Arteza;

Construção: Mosinzhproekt.

Figura 18: Perspectiva

Fonte: Archdaily, 2018.

De acordo com o Archdaily (2018) a ideologia do projeto era apresentar as tecnologias de construção recentes e a sustentabilidade, empregando espaços públicos diferentes como praça urbana, espaço social, equipamento cultural e espaços recreativos, para tal foi utilizado elementos característicos do distrito histórico de Kitay-Gorod e a junção do jardim do Kremlin com a simetria e elementos naturais entrelaçados com artificiais.

Figura 19: Espaço Social



Fonte: Archdaily, 2018.

Figura 20: Implantação Geral



Fonte: Archdaily, 2018.

8.4.1.2.Parque High Line

O High Line é um Parque linear, localizado em uma via férrea elevada em Nova York que foi abandonada em 1980, com aproximadamente 2,50 km em sua primeira fase e atualmente chegando a 3,75 km de distância, foi construído em 2009 com o intuito de ligar a área verde com os arranha-céus de Manhattan, possui 8 metros de altura e liga 3 bairros (Meatpacking, West Chelsea e Midtown West.), para a construção por ser um local elevado e com muita ferragem foi realizado um sistema de drenagem e uma nova camada de concreto, fazendo o restauro da estrutura e impermeabilização da mesma. (VIEGAS-LEE,2009).

Figura 21: High Line



Fonte: Jovare, 2012.

Segundo Fidelman do New York Times (2013) o Parque foi uma maneira de tirar a estrada de ferro da rua, ficando sem utilidade durante 30 anos, quando estava preste a ser demolida dois residentes de Manhattan, Joshua David e Robert Hammond formaram a Friends of th High Line, procurando realizar sua preservação e transformá-la para o uso público, sendo após uma década de campanhas de arrecadação e restauração realizado a inauguração do parque.

Ficha Técnica:

Arquitetura: Escritório Diller Scofidio + Renfro

Paisagismo: James Corner Field Operations

Localização: Nova York, NY 10011, EUA

Área: 3,75 km

Ano do Projeto: 2009

Prêmios: Veronica Rudge Green 2017 em Design Urbano

Material predominante: Ferro e Concreto armado

Figura 22: Área Verde

Fonte: David Berkowitz, 2011.

Em uma publicação da Au Pini (2009) ressaltou que o seu jardim colorido e vibrante possui mais de mil árvores e 50 mil mudas de vegetação diversa, possui luminárias de LED de alta eficiência junta aos trilhos iluminando todo o caminho por toda a noite. Com a construção do parque o bairro deixou de ser uma área industrial e passou a ter mais prédios e espaços para lazer com diversos restaurantes, cafés e galerias de arte.

Figura 23: Localização

Fonte: Mulher casada viaja, 2014.

8.4.1.3. Central Park

Segundo o Central Park Conservancy (2018) em 1853 a Assembleia Legislativa do Estado de Nova York criou uma lei sobre a criação de uma área de 750 acres de terras em Manhattan para a criação de um parque público paisagístico, gerando uma competição em 1858 com a vitória do Paisagista Frederick Law Olmsted e pelo Arquiteto Calvert Vaux.

Figura 24: Vista Aérea



Fonte: Mohogany, 2017.

O local estava parcialmente alagado e possuía muitas pedreiras, fazendas de porcos e barracos de posseiros, tendo como referência o palácio de Cristal na Inglaterra os projetistas idealizaram um local onde as pessoas pudessem se sentir em local agradável, distante da metrópole moderna, do caos e da violência. (ANDRADE, 2010).

Figura 25: The Mall



Fonte: Cecília Lucchese, 2008.

O Central Park Conservancy (2018), em seu site sobre a história do parque menciona que houve uma exigência quanto as ruas, onde deveria ser incluído quatro ou mais estradas transversais, sendo essas criadas entre a densa vegetação, assegurando

aos visitantes o passeio por todo o parque. Dentre as ruas estão: 65th Street, 79th Street, 86th Street e 96th Street. Para Morales (2007) o projeto de urbanização nos EUA foi ainda a mais que essas ruas, onde recortou a ilha de Manhattan e formou o Central Park:

“Esse plano recortava a ilha de Manhattan com uma malha uniforme de vias ortogonais, ou seja, 12 avenidas no sentido longitudinal, com quase 20 quilômetros de comprimento, 115 ruas perpendiculares e elas, em cinco quilômetros cada uma, e um imenso parque, o Central Park”. (MORALES, 2007).

Figura 26: Passagem de Pedestre sob a 65th Street



Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

O Park também oferece espaços culturais para a música e artes visuais, a observação de pássaros, estudo da botânica, esportes ativos como passeios de barco, patinação em gelo, beisebol, tênis e atividades ao ar livre. (CENTRAL PARK CONSERVANCY, 2018).

Figura 27: Alice País Maravilhas



Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

Figura 28: Jardim Shakespeare



Fonte: Cecilia Lucchese, 2008.

Ficha Técnica

Arquitetura: Calvert Vaux.

Paisagismo: Frederick Law Olmsted

Localização: Nova York, EUA

Área: 3,04 km²

Ano do Projeto: 1858

Figura 29: Lago Ramble



Fonte: Mohogany, 2017.

Figura 30: The Loch



Fonte: Mohogany, 2017.

8.4.2.Nacional

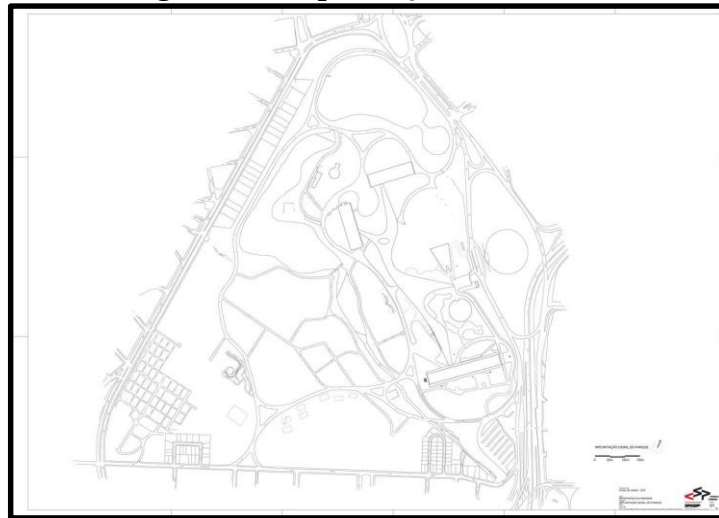
8.4.2.1.Parque Ibirapuera

O Parque Ibirapuera está localizado na cidade de São Paulo, foi projetada por Oscar Niemeyer em 1951, possuindo uma arquitetura moderna, em seu programa de necessidade possui um conjunto de cinco edifícios culturais, induzindo a cultura e o lazer. (PEREIRA, 2018).

Segundo Pereira (2018) o projeto foi inaugurado em 1954 em uma área de 1,5 milhões de metros quadrados conformado por importante perímetro e eixos viários

paulistanos (Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida Vinte e Três de maio, Avenida Quarto centenário e Avenida República do Líbano), instituiu o harmonioso arranjo.

Figura 31: Implantação Geral



Fonte: Archdaily, 2018.

De acordo com o Archdaily (2018) dentre os edifícios projetados no parque estão:

- Palácio das Exposições

Batizado como Pavilhão Lucas Nogueira Garcez foi concluído em maio de 1954, a edificação possui planta circular com uma grande cúpula.

- Palácio dos Estados

Originalmente batizado de Palácio dos Estados, a construção foi concluída em 1953, em sua área externa possui pilotis em V, sustentando o edifício como mãos francesas.

Figura 32: Palácio dos Estados



Fonte: Archdaily, 2018.

Os acessos aos diferentes pavimentos são feitos por largas rampas, que além de conduzir o visitante de maneira surpresa na transição entre os pavimentos, ainda permitem fácil percurso das obras à montagem de exposições.

- Palácio das Nações

O Palácio das Nações, atualmente nomeado como Pavilhão Manoel de Nóbrega, funciona como sede do Museu Afro Brasil e foi concluído em dezembro de 1953, dispondo de 11 mil metros quadrados construídos, divididos em três pavimentos. (Archdaily, 2018).

Ficha técnica

Arquiteto: Oscar Niemeyer

Localização: Av. Pedro Álvares Cabral - Vila Mariana, São Paulo - SP, Brasil

Ano de início do projeto e/ou Ano de início da construção: 1951

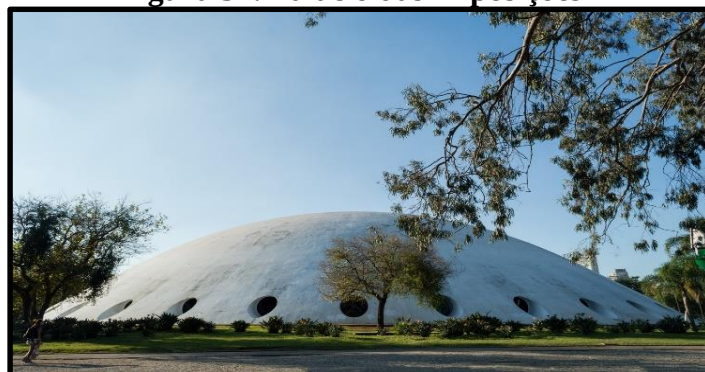
Área: 1.5 milhões de m².

Figura 33: Palácio das Nações



Fonte: Archdaily, 2018.

Figura 34: Palácio das Exposições



Fonte: Archdaily, 2018.

8.4.2.2.Parque Madureira

De acordo com Archdaily (2016) o Parque Madureira foi inaugurado em junho de 2012 com uma área de 109.000 m², está localizado no Rio de Janeiro, a empresa responsável pelo projeto foi a RRA - Ruy Rezende Arquitetos, o projeto nasceu baseado em um programa de educação socioambiental, envolvendo a prefeitura e a sociedade.

Figura 35: Perspectiva



Fonte: Archdaily, 2016.

Para a Galeria da Arquitetura (2018) o idealizador do projeto foi o secretário municipal de obras da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o Engenheiro Mauro Bonelli, buscou através de medidas socioambientais e educativas envolver a sociedade ao projeto proporcionando lazer, cultura e esporte para os visitantes do Parque, para tal uma das diretrizes passada ao escritório RRA foi a sustentabilidade e o aspecto cultural da região.

Figura 36: Centro de Educação Ambiental



Fonte: Galeria da Arquitetura, 2018.

Ficha Técnica

Localização: Rio de Janeiro, Brasil.

Início do projeto: 2011

Conclusão da Obra: 2012

Área do terreno: 108.870 m²

Área Construída 93.553 m²

Arquitetura: Ruy Rezende Arquitetura

Certificação LEED: AQUA

Construção: Delta

Consultoria em Conforto Ambiental e Sustentabilidade: Entec Engenharia

Engenharia estrutural – estrutura de Concreto: SBrasil Engenharia

Projeto de Iluminação: Schreder

Tipo de obra: Praças e Parque

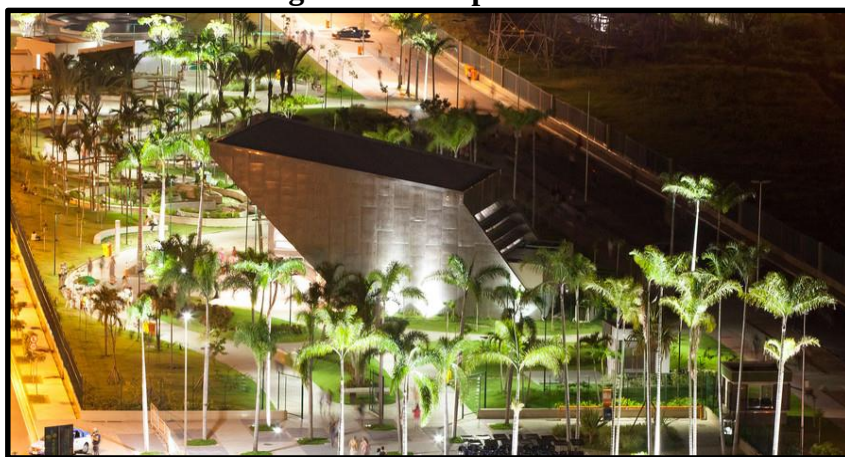
Tipologia: Urbanismo

Materiais predominantes: Concreto, Madeira, Pedras e tijolos

Diferenciais técnicos: Sustentabilidade

Ambientes e Aplicações: Corredores e caminhos, Áreas de lazer, Energia renovável, fontes e espelhos d`água e vistas e paisagens.

Figura 37: Perspectiva



Fonte: RRA Projetos, 2018.

Segundo Rezende (2012) o Parque tem como objetivo renovar o espaço urbano em sua volta expandindo para toda a cidade, está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, possui uma área de urbanização de 99,93% com áreas reduzidas para áreas naturais e ausência de áreas de lazer, ginástica, passeio e encontro.

Figura 38: Área de Lazer

Fonte: Archdaily, 2016.

Segundo o site Galeria da Arquitetura (2018) o espaço possui quadras polivalentes, de futebol, academias ao ar livre, ciclovias e estações de bicicleta, área de tênis de mesa e bocha, Praça do Samba, centro de educação Ambiental, Praia da Madureira e o Skate Park. Com sistema de irrigação controlado por sensores meteorológicos foram implantados em seu paisagismo mais de 800 árvores e 400 palmeiras com recursos de energia solar, controle de resíduos sólidos, sistema de reuso de água, pisos permeáveis e utilização de lâmpadas de LED. A inauguração do parque levou a ampliação de aproximadamente 3 km de extensão, com o mesmo conceito do parque original atravessando mais 6 bairros.

Figura 39: Praça do Samba

Fonte: Galeria da Arquitetura, 2018.

8.4.2.3. Parque Barigui

Segundo Castelnou (2006) o local foi transformado em Parque em 1972 pelo prefeito e Arquiteto Jaime Lerner, possuindo uma grande área de 1.400.000 m² no

centro da cidade, com uma vasta fauna e flora nativa e migratória, locais para a prática de exercícios físicos, trilhas ecológicas, pista de patinação, ciclovias, dentre outros.

Figura 40: Mapa esquemático



Fonte: Parque Barigui, 2018.

O Parque faz parte de uma política municipal de preservação de fundos de vale, evitando a poluição dos rios, protegendo a mata ciliar, para tal o bosque possui floresta primária nativa e por florestas secundárias, com animais nativos como garças-brancas, tico-ticos, gambás e o famoso Jacaré do papo amarelo. (CURITIBA, 2018).

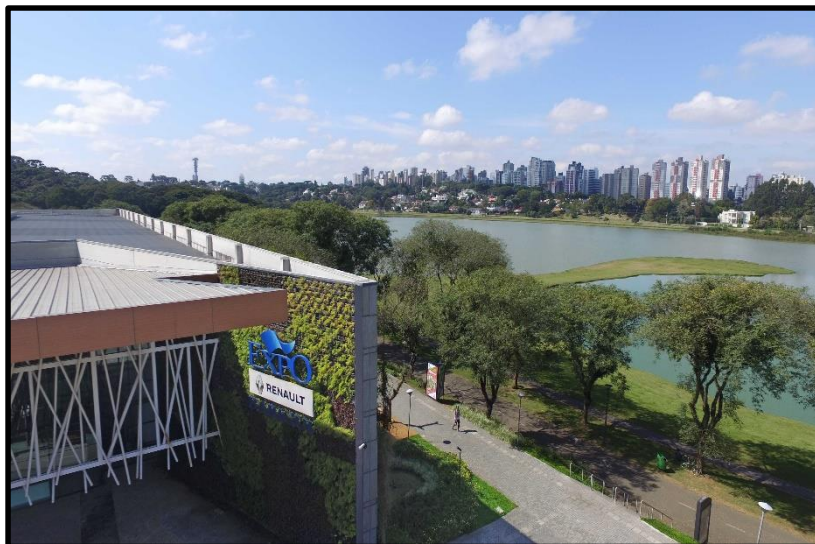
Figura 41: Perspectiva



Fonte: Parque Barigui, 2018.

Em seus equipamentos possui, pavilhão de exposições, museu de automóvel, Salão de atos e Centro de Convenções, sede da Secretaria municipal do Meio Ambiente, Bistrô da Função de Ação Social, Academia Municipal Professora Judith Passos, Canchas esportivas, pista de corrida, ciclovia e pista de uso misto, trilhas nos bosques, sanitários públicos, pista de patinação e Aeromodelismo, EXPO Renault. (CURITIBA, 2018).

Figura 42: Expo Renault



Fonte: Parque Barigui, 2018.

5.METODOLOGIA

5.1. PESQUISA

Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa possui uma variada possibilidade de estudar os seres humanos e suas relações sociais em ambientes distintos, onde algumas características básicas auxilia nas pesquisas, sendo essas informações captada através de pesquisa documental, estudo de caso ou a etnografia surgindo assim a análise para o entendimento do que o pesquisador está buscando.

A Pesquisa qualitativa tem como característica nivelar as ações através da pesquisa, ele descreve, compreende e explica, levando em consideração a objetivação do fenômeno e as diferenças entre o mundo natural e o social, preocupando com os aspectos reais que não podem ser quantificados. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Este projeto possui abordagem qualitativa do espaço urbano, onde através de análise observacional do tema apresentado será descrito de forma explicativa a relevância do projeto, buscando compreender para proporcionando parâmetros de qualidade na instalação de um centro administrativo e equipamentos urbanos do Parque Municipal Chico Mendes.

5.2. MÉTODO

Segundo Lakato e Marconi (2003) o conhecimento utiliza a razão como caminho para chegar a verdade, no caso da pesquisa é utilizado o método dedutivo onde pressupõe que existe verdades afirmadas que institui a dedução para o conhecimento de determinado tema, onde se os argumentos são verdadeiros a conclusão deverá ser verdadeira.

Gil (2008) diz que o método dedutivo parte do princípio da verdade sendo esse indiscutível, chegando a conclusões através da lógica dos fatos, tal método possui suas contestações pois o mesmo ponto de vista sobre o resultado, pode apresentar a mesma ideia, porém com formas distintas.

Tendo em vista a pesquisa, busca-se através do método dedutivo a conclusão de padrões e para a implantação do projeto, levando em consideração o contexto social, relação entre o meio ambiente e o meio urbano, utilizando através do Estudo de caso coleta e análise de dados para a apresentação da proposta do Parque Municipal Chico Mendes.

5.3. PROCEDIMENTO

Para Gil (2008) o procedimento monográfico parte do estudo aprofundado de resultado obtidos por vários casos semelhantes, podendo ser indivíduos, comunidades, grupos, dentre outros.

O método monográfico equivale a observação de determinados grupos, profissões, comunidades, com o intuito de adquirir informações generalizadas, podendo abranger atividades de grupo social, respeitando a vida do grupo em conjunto, preservando a desagregação dos seus elementos, (LAKATO; MARCONI, 2003).

Para fundamentar a proposta, busca-se através da investigação em todos os seus ângulos e parâmetros arquitetônicos e urbanísticos estudar a melhor idealização do projeto.

6. REFERÊNCIAS

ADAMS, Betina. **PRESERVAÇÃO URBANA: gestão e resgate de uma história.** – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

ANDRADE, Inês EL-Jaick. **A idealização do Espaço Verde Urbano Moderno.** – Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.17 n.220, Rio de Janeiro, 2010.

ARCHDAILY: **Projetos de Arquitetura – Parque**, 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/search/projects/categories/parque?ad_name=flyout&ad_medium=categories>. Acesso em 24 de ago. 2018.

_____. **Parque Zaryadye / Diller Scofidio + Renfro**, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888249/parque-zaryadye-diller-scofidio-plus-renfro>>. Acessado em: 27 de agosto de 2018.

_____. **Parque Madureira / Ruy Rezende Arquitetos**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos>>. Acessado em: 29 de agosto de 2018.

_____. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer**, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/parque-ibirapuera>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.** Rio de Janeiro, 2015. 3. ed., p. 148.

_____. **NBR 9284: Mobiliário Urbano - Classificação.** Rio de Janeiro.1986.

_____. **NBR 15500: Turismo de aventura. Terminologia.** Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 16333: Transporte de pessoas por cabo.** Rio de Janeiro, 2014.

BERKOWITZ, David. **Galeria de fotos – 2011.** Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/davidberkowitz/albums/with/72157620875473693>>. Acessado em: 28 de agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988. 292 p. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018, às 14:15.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras Providências. Publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 1981 e Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6-6-1990. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018. Às 14:10.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Lei nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018, às 13:40.

_____. **Resolução CONAMA 369 de 28 de março de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Publicada no DOU, de 29 de março de 2006.

CASTELNOU, Antônio Manuel Nunes. **PARQUES URBANOS DE CURITIBA: De Espaços de Lazer a Objetos de Consumo**. - Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CENTRAL PARK CONSERVANCY, **História do Parque**, 2018. Disponível em: <<http://www.centralparknyc.org/visit/park-history.html>>. Acessado em: 25 de agosto de 2018.

CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **PARQUES E BOSQUES: Parque Barigui**, 2018. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui/292>>. Acessado em: 02 de setembro de 2018.

Equipamento Parque do Ibirapuera. Disponível em: <<http://parqueibirapuera.org/equipamentos-parque-ibirapuera/o-ca-do-ibirapuera/>>. Acesso em 24 agosto de 2018.

FARR, Douglas. **URBANISMO SUSTENTÁVEL: desenho urbano com a natureza**, Porto Alegre, 2013.

FIDELMAN, Brian. **O corredor itinerante: elevando o movimento**, 2013. Disponível em: <[https://well.blogs.nytimes.com/2013/04/02/the-roving-runner-elevating-the-jog/?rref=collection%2Ftimestopic%2FHigh%20Line%20\(NYC\)&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=10&pgtype=collection](https://well.blogs.nytimes.com/2013/04/02/the-roving-runner-elevating-the-jog/?rref=collection%2Ftimestopic%2FHigh%20Line%20(NYC)&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=10&pgtype=collection)>. Acessado em: 25 de agosto de 2018.

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro – **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. 2ª edição – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

GALERIA DA ARQUITETURA. **Parque Madureira: Espaço para o Lazer**, 2018. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842>. Acessado em: 01 de setembro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, São Paulo, 1995.

JOEVARE. **GALERIA DE FOTOS - 2012**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/joevare/with/3615430936/>>. Acessado em: 26 de Ago. 2018.

KLIASS, Rosa G. **Os parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. – 5 ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LOUZAS, Rodrigo. **EDIFÍCIOS: Diller Scofidio and Renfro projetará parque Zaryadye em Moscou**, 2013. Portal PINIweb. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/edificios/diller-scofidio-and-renfro-projetara-parque-zaryadye-em-moscou-301382-1.aspx>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

LUCCHESI, Cecilia. **Paisagismo – Central Park em Nova York**, 2008. Disponível em: <<https://theurbaneearth.wordpress.com/2008/06/18/paisagismo-central-park-em-nova-york-landscape-central-park-in-new-york/>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil** / Silvio Macedo. - São Paulo, 1999. 144p.: il.; 27 cm. [Coleção Quapá, V.1].

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

MAHOGANY, **Onze lugares incríveis para visitar no Central Park, em Nova Iorque**, 2017. Disponível em: <<http://mahogany.com.br/blog/10-lugares-incriveis-para-visitar-no-central-park-de-nova-iorque/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MARCIA, **Roteiro New York – em 5, 6 ,7 dias**, 2014. Mulher Casada Viaja. Disponível em: <<https://mulhercasadaviaja.com/2014/11/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MORALES, Paulo Roberto Dias. **PLANEJAMENTO URBANO: Enfoque Operacional**. Fundação Ricardo Franco, 2007.

MOSTAFAVI, Mohsen e DOHERTY, Gareth; **Colaboradores: Cohen, Preston Scott e Naginski**, Erika. **URBANISMO ECOLÓGICO**, Harvard University, Graduate School of Design; tradução Joana Canedo – São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OURO PRETO DO OESTE. **Lei 120 de 12 de Dezembro de 1986**. Cria o Parque Municipal de Ouro Preto localizado no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1986

_____. **Lei 130 de 21 de julho de 1987.** Código de Obras do Município de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1987.

_____. **Lei 203 de 27 de junho de 1989.** Dispõe sobre a Denominação do Parque Municipal “Chico Mendes”. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 1989.

_____. **Lei 1285 de 10 de outubro de 2007.** Estabelece as atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 2007.

_____. **Lei Complementar nº 09/01 de 28 de dezembro de 2001.** Institui o código de Postura do Município de Ouro Preto do Oeste. Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste do Estado de Rondônia, 2001.

PARQUE BARIGUI. – Curitiba, 2018. **Esporte – Natureza – Gastronomia – Lazer.** Disponível em: < <https://www.parquebarigui.com.br/>>. Acessado em: 02 de setembro de 2018.

PASQUALETTO, Antônio; SILVA, Janaína Barbosa. **O CAMINHO DOS PARQUES URBANOS BRASILEIROS: Da origem ao século XXI.** Estudos, Goiânia, v.40, n 3,p, 287-298, jun./ago.2013.

PEREIRA, Matheus. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer,** 2018. Portal Archdaily. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>>. Acessado em: 22 de agosto de 2018.

PONTELLO, Isabela Soave. **Arquitetura e Paisagem: parque metropolitano em Americana.** Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

REZENDE, Ruy. **Parque Madureira – RIO + 20.** 2012. Disponível em: <<http://www.rra.com.br/projetos/parque-madureira-rio-20>>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

RONDÔNIA. **Constituição Estadual do Estado de Rondônia (1989).** Disponível para Download em: < <http://www.rondonia.ro.gov.br/constituicao-estadual/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018, às 23:13.

_____. **Lei n. 3.924 de 17 de outubro de 2016.** Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

_____. **Lei nº 547 de 30 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia- SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente, define a Polícia Estadual de Desenvolvimento Ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental-FEDARO e o Fundo Especial de Reposição Florestal-FEREF. Disponível em: <

http://www.sedam.ro.gov.br/images/PDF/Download/colmam/LEIS/Lei_547-1993_-_SEDAR.pdf >. Acesso em: 07 de agosto de 2018, às 23:32.

SCALISE, W. **Parques urbanos: evolução, projeto, funções e uso**. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v. 4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

SILVEIRA, Denise tolfo; Gerhardt, Taiana Engel; Colaboração de CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard - **INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS: objetivos, estratégias e resultados**. 2 eds. Ver. E Atual, São Paulo, 2009.

VIEGAS-LEE, Camila. **URBANISMO: High Line Park – Parque em Nova Your, de James Corner Field Operations e Diller Scofidio + Renfro, foi implantado em linha férrea elevada, desativada desde 1980**, 2009. AU Educação. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/188/high-line-park-parque-em-nova-york-de-james-155935-1.aspx>>. Acessado em: 26 de agosto de 2018.

WANDERLEY, Andrea C. T. **O Passeio Público do Rio de Janeiro**, 2017. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7080>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

7.DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

7.1.NOME

Ketulin da Silva Cota

7.2.ENDEREÇO

Rua Tiradentes, nº753 Bairro da Liberdade.

7.3.TELEFONES

7.3.1. Celular: (69) 9- 9312-7071

7.3.2.Whattsap: (69) 9 - 9312-7071

7.4.EMAIL

ketulinc@hotmail.com

Projeto aceito em ____/____/____

Professor(a) Orientador(a) Edison Carlos da Costa

Professor(a) Hariane Helena Ferreira da Rocha Teles.